

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA SOJA E A
VIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO MST NO
MUNICÍPIO DE JÓIA RS**

Dissertação de mestrado

Antonio Cossetin de Oliveira

**Santa Maria, RS, Brasil.
2014**

EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA SOJA E A VIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO MST NO MUNICÍPIO DE JÓIA RS

Por

Antonio Cossetin de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Prof. Dr. Cesar De David

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
CCNE – Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA SOJA E A VIABILIDADE DOS
ASSENTAMENTOS DO MST NO MUNICÍPIO DE JÓIA RS.**

Elaborado por
Antonio Cossetin de Oliveira

Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Cesar De David (UFSM)
(Presidente/orientador)

Prof. Dr^a Sandra Vidal Nogueira (UFFS)
(Comissão Examinadora)

Prof. Dr^a Vivien Diesel (UFSM)
(Comissão Examinadora)

Santa Maria, 30 de Julho de 2014

O conhecimento caminha lento feito lagarta.

Primeiro não sabe que sabe e voraz contenta- se com o cotidiano orvalho

Deixando nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe e se fecha em si mesmo: faz muralhas: cava trincheiras
ergue barricadas. Defendendo o que pensa saber levanta certezas na forma de muro,
Orgulhando- se do seu casulo.

Até que maduro explode em vôos rindo do tempo que imagina saber
Ou guardava preso o que sabia. Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos no orvalho de cada dia.

Mesmo o vôo mais belo descobre um dia não ser eterno.

É tempo de acasalar:

Voltar a terra com seus ovos à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim: ri de si mesmo e de suas certezas.

É meta de a forma metamorfose movimento fluir do tempo

Que tanto cria como arrasa

A nos mostrar que para o vôo é preciso tanto o casulo como a asa.

M. Iasi

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a grande família na qual está minha origem, onde comecei a dar meus primeiros passos conhecendo a vida e percebendo que muitos desafios teriam que serem vencidos e isto ao longo do tempo foram acontecendo como marca de minha conduta e personalidade, em varias etapas que foram superadas e outras que ainda estão a superar.

Nos trabalhadores (as) hoje, não podemos se calar perante as injustiças que cometem contra nossa classe, na história da humanidade nem sempre foi assim e nem sempre será assim, tudo é possível a ser mudado Dizia (MARX) “Não existe nada de tão sólido que não possa ser dissolvido no ar”. Com isso quero agradecer ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na condição de assentado no assentamento Rondinha que junto com o assentamento Simon Bolívar foram base principal de mais uma pesquisa.

Agradecer a todas as famílias dos assentamentos e do municipio com que conversei e aceitando o convite de me receberem em suas casas contribuindo com elementos fundamentais que enriquecer este trabalho. Agradecer também a Universidade UFSM, aos professores especialmente ao Prof. Cesar de David que gentilmente sempre foi prestativo e atencioso aceitando o convite de ser o orientador colaborador desde inicio do curso da construção do projeto orientando todos os passos da pesquisa. Agradeço também aos colegas que se somaram junto nesta caminhada fazendo esta troca que enriqueceu muito conviver com diferentes realidades sendo que no primeiro ano foram as atividades internas e externas nos tempos aulas e viagem de estudos.

Agradecer as minhas três filhas Veronica, Raqueli, Camila, pela força que me transmitem nesta caminhada e dizer para elas as palavras de Paulo Freire “sempre é tempo de aprender”. E aos cinco netos (as) Mahassen, Maria Eduarda, Mandi, Matias, e Hugo Ernesto, que nos dão toda alegria de ouvir suas perguntas por que isso? Porque aquilo? Começando a entender o mundo. Quero agradecer a companheira Maria Isabel que viemos compartilhando juntos este caminho, com persistência e dedicação, me incentivando e dando força para vencer todos os desafios que encontramos em mais uma etapa vencida. É por todos (as) vocês, que estou aqui hoje.

Muito Obrigado.

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria**

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA SOJA E A VIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO MST NO MUNICÍPIO DE JÓIA RS.

AUTOR: ANTONIO COSSETIN DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: CESAR DE DAVID

Data e local de defesa: Santa Maria, 30 de Julho de 2014

Neste trabalho abordamos um estudo que trata de uma realidade local, mas dentro de uma totalidade regional, nosso objetivo de analisar a produção da soja e os impactos sociais, ambientais e econômicos que a mesma vem causando no município de Joia, com especificidade nos assentamentos do MST ambos territorializados neste município. Entre eles estão os assentamentos Rondinha e Simon Bolívar, que foram à base de estudo na pesquisa realizada. A metodologia usada está na pesquisa qualitativa com um roteiro de trabalho de campo entrevistando diretamente as pessoas envolvidas na essência do objeto de estudo. Neste estudo procuramos entender a expansão da produção da soja que é predominante no município e região, tendo o município de Joia como principal produtor, com a maior área cultivada do Noroeste Colonial. E como esta produção está influenciando diretamente na matriz produtiva dos assentamentos, reproduzindo nas pequenas áreas agricultáveis dos assentados o que acontece na agricultura do agronegócio. O estudo também trabalhou averiguando as alternativas que possam ser viáveis e possibilitar uma resistência aos assentamentos em contraposição à monocultura da soja entre os assentados. As alternativas trazem a diversificação produzindo alimentos de qualidade e saudáveis sem agressão e respeito ao ambiente natural. Nas unidades de produção diversificada foram comprovadas na pesquisa que existe viabilidade, seja ele econômico com uma renda mensal satisfatória, para as famílias envolvidas nas atividades, seja no social, com boa aceitação da população com produtos de qualidade para os consumidores, ou seja, no ambiental, renunciando o uso de agrotóxicos em defesa da vida. Com essa pesquisa conseguimos avançar na compreensão que mesmos os produtores da soja nos assentamentos, eles não estão seguros de que esta produção possa garantir segurança no futuro próximo, é, pois, continuar com a ideia de uma boa produtividade com esta oleaginosa, ainda muito dependente de um clima bem regulado sem falta de chuva, além de ser vulneráveis aos ataques de pragas como aconteceu com a lagarta “helioverpa armigera” que ataca a planta em todos os ciclos e depois se espalha para outras plantas trazendo prejuízos incalculáveis. Por outro lado à pesquisa aqui relacionada não é algo acabado, poderá servir de subsídios para continuarmos refletindo sobre esta temática em outros trabalhos de pesquisas posteriores. A produção da soja não é viável para pequena agricultura familiar dos assentamentos e para o conjunto do município com pouca arrecadação está causando muitas contradições com impactos econômico, social, ambiental.

Palavras – Chaves: Chaves: agronegócio, assentamentos, agricultura, resistência.

RESUMEN

Dissertação de Máster

Programa de Post Graduação em Geografia

Universidade Federal de Santa Maria

LA EXPANSION DE PRODUCCION DE SOJA Y LA VIABILIDAD DE LOS ASENTAMIENTO DEL MST EM EL MUNICIPIO DE JOYA, RS.

Autor: Antonio de Oliveira Cossetin

Advisor: Prof. Cesar de David

Fecha y lugar da defensa: Santa Maria 30 de agosto de 2014

Ese documento se refiere a un estudio que se ocupa de la realidad local pero dentro de toda la regional el objetivo del estudio fue analizar la producción de soja y los impactos Sociales ambientales y económico que la misma he sido lo que hace que el municipio de Joya, con la especificidad de los asentamientos del MST territorializado tanto el este municipio. Entre ellos se encuentran los asentamiento Rondinha y Simón Bolívar que su la base del estudio de la investigación. La metodología usada está en la investigación cualitativa con un guion de trabajo de campo entrevistando directamente las personas envueltas en la esencia del objeto de estudio. En este estudio intentamos comprender la expansión de producción de soja que es predominante en municipio y la región con el municipio de Joya, tal como principal con la mayor superficie cultivada del Noroeste Colonial. Y como es que la producción está influyendo directamente en la matriz productiva de pequeños asentamiento en tierra cultivables de colonos los mismos que ocurre en la agricultura agroindustria. El estudio también ha trabajado averiguando las alternativas que puede ser viables y possibilitar una resistencia asentamiento viables frente a los monocultivos soja entre los colonos entre las alternativas que diversificar producción de alimentos de calidad y saludable sin agresión y respeto el entorno natural. El las unidades de diversificación de la producción se he demostrado en la investigación que es la viabilidad económica con un ingreso mensual adecuado por las de las familias involucradas en la actividad entre en el texto citado. Con esta investigación hemos sido capaces de avanzar en el entendimiento de que mismo los productores del similar de soja en los asentamientos no son ciertas que esta producción puede garantizar la seguridad en el futuro próximo, es la de continuar con un buen rendimiento con esta oleaginosa aún depende mucho de un clima bien gobernado sin falta de lluvia, además de ser vulnerable a los ataque de plagas. Lo que relacionados no es algo terminado puede servir como subvenciones para continuar con las reflexiones sobre este tema en otros trabajos de investigación. La producción de la soja no es viable para pequeña agricultura familiar de los asentamientos y para el conjunto del municipio con poca recaudación está causando muchas contradicciones con impactos económico, social, ambiental.

Palabras–Claves: agronegocio, asentamientos, agricultura, resistencia.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Mapa Mesorregião do Noroeste Rio-grandense. | 22 |
| Figura 2 - Mapa Microrregião de Cruz Alta. | 23 |
| Figura 3 - Mapa: Localização do município de Jóia no estado do Rio Grande do Sul. | 24 |
| Figura 4 - Mapa do Município de Joia localizando Assentamento Rondinha. | 25 |
| Figura 5 - Mapa do Município de Joia localizando o Assentamento Simon Bolívar. | 26 |
| Figura 6 - Destruição de lavoura da soja transgênica no assentamento Rondinha. | 37 |
| Figura 7 - Foto; Soja transgênica sendo destruída na Fazenda Guabijú município de Jóia, uma ação da juventude da Via Campesina. | 38 |
| Figura 8 - Foto Expodireto em Não Me Toque RS, Março 2014. | 42 |
| Figura 9 - Mapa do município de Joia com os assentamentos do MST. | 49 |
| Figura 10 - Foto: reunião do grupo Alto Uruguai hoje parte das famílias estão assentadas no assentamento Rondinha. | 51 |
| Figura 11 - Foto: registra momento de tensão na entrega de uma das ordens judiciais, pedindo a desocupação da área ocupada. | 52 |
| Figura 12 - Esta foto mostra algumas maquinas e implementos agrícolas que estavam abandonados sendo colocadas na frente ao portão central da sede, todas cobertas com feno.. | 53 |
| Figura 13 - Foto do acampamento na ocupação em uma das sedes da Fazenda Caldas Junior no município. | 54 |
| Figura 14 - Agrovila e parte das estruturas de produção da Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAN) Nova Santa Rita RS. | 55 |
| Figura 15 - Ocupação da fazenda Rondinha. | 57 |
| Figura 16 - Início dos assentamentos Rondinha à esquerda e Assentamento Barroca à direita. | 58 |
| Figura 17 - Núcleo 04 depois da assembleia da escolha definitiva das famílias para o assentamento Rondinha, no dia 08 de abril de 1995. | 59 |
| Figura 18 - Primeiros anos do assentamento nos núcleos começaram a sair dos barracos de lona e construir suas casas. | 60 |
| Figura 19 - Início das atividades com piscicultura e bacia leiteira no Assentamento Rondinha. | 62 |
| Figura 20 - Pode-se ver que o relevo levemente ondulado e ao longe vista parcial da agrovila núcleo 05 (Período-1996-1998). | 63 |
| Figura 21 - Primeira extensão escolar no assentamento Rondinha comunidade núcleo 06. | 64 |
| Figura 22 - Escola Estadual de Ensino Medo Politécnico Joceli Correa no Assentamento Rondinha. | 65 |
| Figura 23 - Assentamentos Simon Bolívar. | 67 |
| Figura 24 - Foto: Produção de leite junto com agroindústria familiar no assentamento Simon Bolívar. | 68 |
| Figura 25 - Mapa do Rio Grande do Sul, e da região dos assentamentos, onde se pode perceber o limite ao Centro-Norte, do Bioma da Mata Atlântica e ao Centro-Sul, o início do Bioma Pampa. | 72 |
| Figura 26 - Foto: Lançamento da colheita da soja em Tupanciretã RS (Março de 2014). | 81 |
| Figura 27 - Produção da soja no município 2012/2013. Lavoura ervas daninhas resistentes ao glifosato. | 93 |
| Figura 28 - Predomínio da produção da soja no município de Jóia. | 96 |
| Figura 29 - Lagarta helicoverpa armigera atacando as plantas causando um enorme prejuízo. | 97 |
| Figura 30 - Lavoura de soja no assentamento pronta para colheita. | 99 |

| | |
|---|-----|
| Figura 31 - Foto: Amostra da cultura camponesa com alguns utensílios e produtos que diversifica a produção, apresentada na feira municipal de Joia, em maio de 2014. | 104 |
| Figura 32 - Produtos da padaria do Coletivo Mãe Terra..... | 105 |
| Figura 33 - Produção dos assentamentos e da agricultura familiar sendo comercializados na Expo-Joia. | 106 |
| Figura 34 - Destaca a produção de mandioca e batata da agroindústria familiar do assentamento Simon Bolívar sendo comercializada na Expo-Joia. | 107 |
| Figura 35 - Produtos de agroindústria Vassoler Assentamento Simon Bolívar, comercializado na Expo-Jóia. | 108 |
| Figura 36 - Horto medicinal com plantas de boa qualidade (cidreira) no assentamento Rondinha. | 111 |
| Figura 37 - Maquinas fazendo prestação de serviços silagens de milho. | 112 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 18 |
| 1 INTRODUÇÃO | 20 |
| 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO | 30 |
| 2.1 A origem do latifúndio | 31 |
| 2.2 Do Latifúndio ao agronegócio | 32 |
| 2.3 O avanço do capitalismo, a resistencia e a construção de alternativas | 35 |
| 3 OS CAMPONESES E A SUA CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA- GEOGRÁFICA | 44 |
| 3.1 Os assentamentos no município de Jóia | 46 |
| 3.2 Dos acampamentos aos Assentamentos | 50 |
| 3.3 Outro espaço camponês: o Assentamento Simon Bolívar | 67 |
| 4 O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS DE JÓIA | 70 |
| 4.1 Os assentamentos rurais entre dois importantes biomas nacionais | 70 |
| 4.2 Os assentados: história de vida | 73 |
| 4.3 Depois de assentado a vida mudou | 78 |
| 4.4 A monocultura da soja é introduzida nos assentamentos | 80 |
| 4.5 O espaço das empresas agropecuárias | 86 |
| 4.6 O município de Jóia e a produção da soja na região: impactos socioeconômicos .. | 87 |
| 4.7 As alternativas de produção para contrapor a monocultura da soja | 102 |
| 4.8 Assistências Técnica e Instituições Públicas nos assentamentos | 113 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 119 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 127 |

APRESENTAÇÃO

Nascido no dia 10 de setembro de 1959, em Palmeira das Missões RS. Começamos a frequentar a escola com mais de sete anos de idade, quando recebemos em casa a visita de uma professora que foi falar com meus pais, para eu frequentar a escola, pois até aquele momento eu não conhecia o que era escola. Minha primeira professora Iolanda Vilarinho Conterno foi ela que me ajudou a entender as primeiras letras do alfabeto. O segundo ano de aula foi na Escola Municipal Pompilio Gomes Sobrinho, localizada na esquina gaúcha mais próxima de nossa casa. O Professor era meu irmão mais velho, Dalmiro Cossetin de Oliveira, foi com ele que aprendemos a juntar as letras e formar as primeiras palavras, a “ler e a escrever”. Os demais anos voltei a estudar na sede do distrito, na Escola Estadual Olímpio Garibaldi Vilarinho, então recentemente construída. Ali estudei até a quinta série repetindo-a duas vezes, não porque tinha reprovado, mas porque na época ainda não havia o fundamental completo, o que impedia minha progressão. Eu era o mais velho dos filhos que ainda moravam na casa materna. Éramos quatro filhos, dois meninos e duas meninas, todos menores de idade, os demais já eram casados ou estavam trabalhando fora. Com 13 anos paramos de estudar, pois não tinha mais escola próxima aonde ir. Ficamos trabalhando em casa. Somente voltamos a estudar aos dezenove anos de idade, quando na escola da comunidade avançou até ensino fundamental completo e aí recomecei novamente pela sexta série.

Estudei mais três anos para completar o fundamental, depois de morar no campo até aos 22 anos de idade, fomos morar por quase 10 anos no município de Rodeio Bonito onde tivemos várias experiências de trabalho, como empregado e como autônomo, neste município completamos o ensino médio.

Em 1991 começamos a pensar no futuro, sair à procura de outras alternativas tínhamos já três filhas, ou continuar ali se conformando com o pouco que tínhamos ou colocar em prática um sonho antigo, de voltar para origens de ter um pedaço de terra, onde pudéssemos trabalhar e viver. A família precisava de perspectivas, pois os filhos estavam crescendo e a cidade, mesmo pequena, naquele momento não constituía nosso lugar.

No dia 31 de julho de 1991 começamos nossa caminhada junto com o MST. Foram várias, ocupações, mobilizações, marchas, passeatas durante os quatro anos de acampamento, até sermos assentados definitivamente em 08 de abril de 1995, data oficial de escolha das famílias que foram definitivamente para o assentamento Rondinha município de Joia.

Mesmo na luta pela terra não abandonamos o sonho de continuar estudando fazer um curso de graduação, que conseguimos começar, depois de 19 anos que tínhamos concluído o ensino médio. Em 2004 surgiu esta oportunidade começamos o primeiro Curso de História, dos Movimentos Sociais do Campo, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. Foram quatro anos de estudo, conhecendo a cultura do Nordeste brasileiro foi uma ótima experiência compartilhar com colegas de 21 estados do Brasil, em um curso de caráter nacional concluímos em 2008. Voltamos posteriormente para a universidade, desta vez para fazer o Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, “Residência Agrária” na Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com colegas que atuavam na militância dos setores do movimento e técnicos que atuavam nas regionais de assentamentos em de todo estado.

No segundo semestre do ano de 2011 conseguimos dar um passo adiante na seleção para Mestrado em Geografia, na (UFSM) que começou no início de 2012. Depois de cumprir o tempo aulas previstas, no primeiro ano qualificamos o projeto, cujo título era: **“A expansão da produção da soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóia RS”**. Com este tema queremos compreender como estão ocorrendo a expansão da soja nos assentamentos do MST neste município, seus avanços e (as contradições), os impactos econômicos, ambientais e sociais para as famílias, para os assentamentos e para o município e região. Também buscamos analisar as alternativas de produção que não estão diretamente ligadas à produção da soja. As alternativas que já estão acontecendo na prática nos assentamentos pesquisados.

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa pretendemos analisar o território que sempre esteve e continua em disputa, mas queremos refletir, também, sobre o momento presente, relacionado à sobrevivência das pequenas unidades de produção camponesas, territorializadas nos assentamentos, frente ao desenvolvimento do capital representado pela modernidade na agricultura, expressão do agronegócio.

Quando falamos em modernidade não estamos excluindo os avanços tecnológicos que precisam ser implementados nas pequenas unidades de produção camponesa, mas ponderamos que devem ser compatíveis com a sustentabilidade do ambiente, em que os homens e a natureza possam estar em harmonia. As lutas e as conquistas somadas pelos assentamentos demarcaram o território na reterritorialização dos que estavam às margens da sociedade, sem um pedaço de terra para viver. Nossa pesquisa vai a campo fazer esta análise, investigando as alternativas de resistência nos assentamentos e os sujeitos que resistem ou se adaptam à lógica do agronegócio.

Em um primeiro momento queremos resgatar o processo histórico de como ocorreu a territorialização da luta pela terra na região de Jóia, no Rio Grande do Sul, com a chegada dos assentamentos rurais, a fim de analisar a subordinação ou resistência desses assentados em face à expansão do agronegócio, sobretudo sojeiro, nos estabelecimentos rurais.

A contradição e o conflito são característica básica do método dialético, os fatos e os acontecimentos não estão fora do contexto social, político e econômico da sociedade. Analisar os conflitos territoriais que acontecem na luta de classes no campo faz parte das pesquisas e dos estudos há muito tempo na história e na geografia da humanidade, em que estão em ação muitos atores que buscam o direito ao reconhecimento. Entre esses sujeitos estão os sem-terra, os quilombolas, os indígenas, os extrativistas, os pequenos agricultores, os pescadores, entre outros. Do outro lado está o latifúndio, muitas vezes constituído e representado pelas grandes associações ou corporações das empresas rurais, assegurados e protegidos pelos poderes constituídos do Estado da propriedade privada da terra. O que movimenta a história é a luta de classe os conflitos gera disputas, movendo as contradições, neste movimento dialético que acontece no campo brasileiro.

Assim, em relação ao método, um dos primeiros procedimentos foi estudar a realidade vivida com a escolha do objeto de estudo, que pudesse corresponder a uma análise teórica e prática no meio em que vivemos. Assim percorrendo um caminho pelo qual é possível chegar mais próximo da realidade concreta, partindo do todo para entender o particular e vice versa, porque o particular está representado no todo. A hipótese que defendo diz respeito ao envolvimento ou não dos assentamentos desta região ao agronegócio, ao qual empreendem alternativas de resistência frente a sua estratégia de expansão, dominando a produção social da vida nos assentamentos.

Com esta disputa, iniciou-se um novo processo de reterritorialização do latifúndio pelos camponeses (as) assentados (as), que demarcaram vários conflitos nesta região antes da implantação dos assentamentos, no processo de colonização desta região e depois, na caminhada da luta pela terra, na luta contra os transgênicos dentro dos assentamentos, cuja origem ocorreu nessa região, no assentamento Rondinha (município de Jóia, RS). Partimos do pressuposto de que a luta de classe ainda persiste não pode ser esquecida no antagonismo entre assentamentos rurais e agronegócio.

Nosso objetivo Compreender os processos responsáveis pela expansão da soja no município de Joia, especificamente entre os assentamentos do MST, e se estas praticas estão subordinadas ao capital do agronegócio. Estudar os assentamentos do MST relacionando as atividades de produção familiar e as razões que levam alguns assentados do município a resistir à expansão da soja, desenvolvendo outras atividades produtivas, se suas estratégias de resistências estão em contraposição ao avanço do capital no campo, representadas pelo agronegócio.

Com relação à área de estudo, consideramos a Região de Jóia, segundo a divisão regional estabelecida pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este município está situado na Mesorregião do Noroeste Rio-grandense, que compreende treze Microrregiões, entre as quais está a Microrregião de Cruz Alta, onde se localiza o município de Jóia. No Mapa 01 destaca-se a quinta Mesorregião do estado, a Noroeste Rio-grandense. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), a região abrange 216 municípios, com uma área territorial de 64.930.583 quilômetros quadrados e uma população de 1.970.326 habitantes, o que perfaz uma densidade demográfica de 30,3 habitantes por quilômetros quadrados.

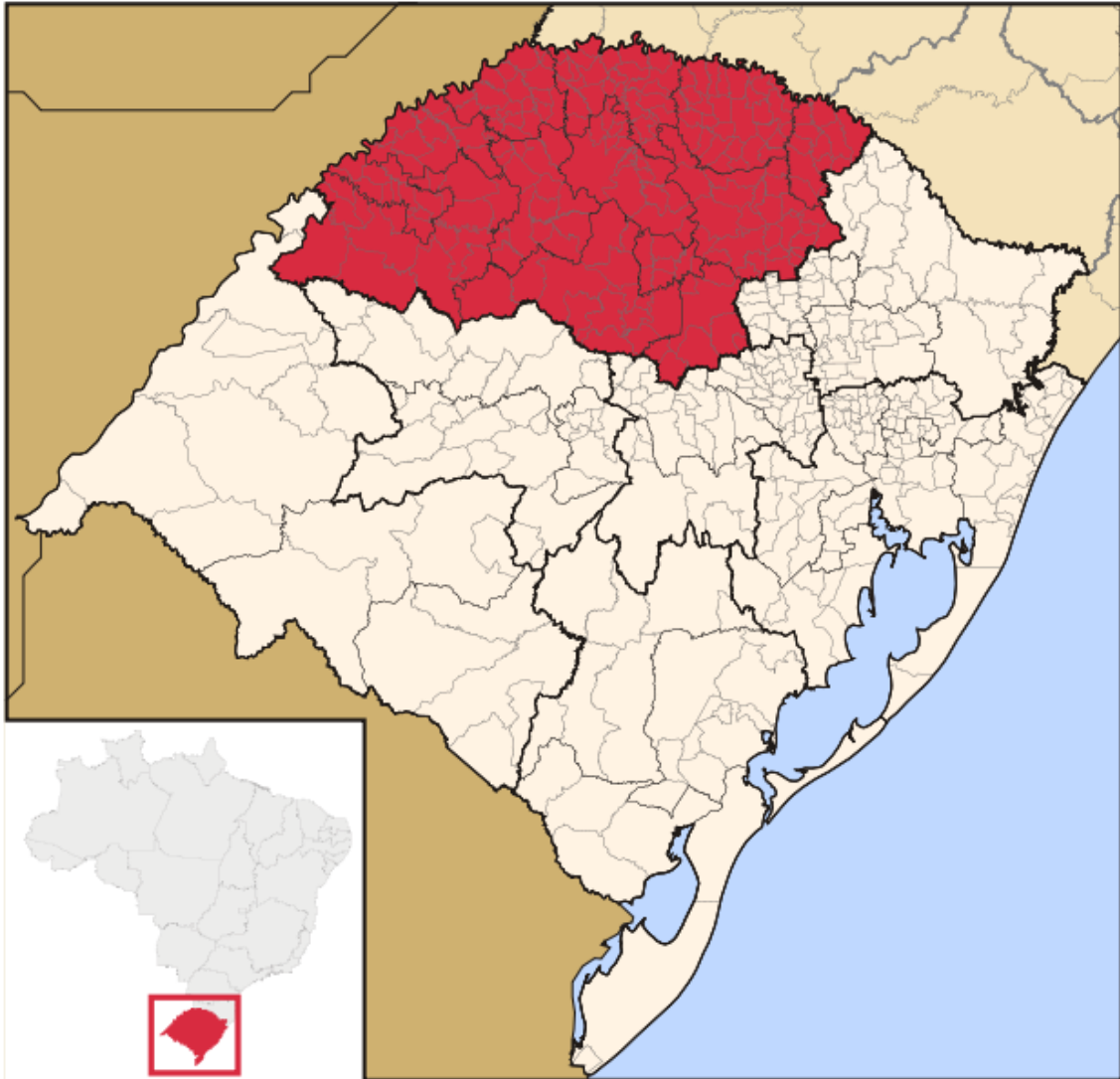


Figura 1 - Mapa Mesorregião do Noroeste Rio-grandense.

Fonte: IBGE/2005.

O Mapa 02 representa, segundo o IBGE (2005), a Microrregião de Cruz Alta, com 14 municípios, entre os quais Jóia. A área de abrangência territorial é de 8.449.170 quilômetros quadrados, com uma população 159.434 habitantes.



Figura 2 - Mapa Microrregião de Cruz Alta.

Fonte: IBGE/2005.

O Município de Jóia (Mapa 03) possui uma população de aproximadamente 8.500 habitantes, dos quais 76% residem no campo e 24% residem na cidade. O município possui uma área total em torno de 1.272 quilômetros quadrados, ou seja, mais de 127 mil hectares, no qual mais de 10 mil hectares são assentamentos rurais organizados pelo MST, com aproximadamente 585 famílias distribuídas em seis assentamentos. O Município está localizado na transição do Bioma Mata Atlântica com o Bioma Pampa, possuindo uma altitude média de 470 metros.



Figura 3 - Mapa: Localização do município de Jóia no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: IBGE/2005.

Os assentamentos rurais onde será desenvolvida a pesquisa são o assentamento Rondinha, com 232 famílias assentadas e com uma área em torno de 4200 hectares, com uma média de 17,5 hectares por família assentada, e o assentamento Simon Bolívar, com uma área de aproximadamente 1.161 hectares, dos quais 345 hectares são de reserva permanente, conta com 85 famílias, cujos lotes possuem em média 9.6 hectares.

O Assentamento Rondinha (Mapa 4) foi o segundo implantado no município. A área do assentamento foi ocupada pela primeira vez em dezembro de 1994, sofrendo violento despejo. A resistência foi grande, tanto que o proprietário do latifúndio e o governo acabaram cedendo. O assentamento foi formado por famílias que constituíram três acampamentos que vieram dos municípios de: Não-Me-toque, São Miguel das Missões e Lagoa Vermelha, sendo o mais antigo deles já tinha quatro anos de luta, contra o latifúndio, pressionando o Estado a

MST, cuja ação na região foi responsável pela resistência dos trabalhadores rurais Sem Terra frente ao latifúndio, responsável pela implantação dos assentamentos rurais. Assim, quais as estratégias empreendidas pelos agentes sociais do agronegócio são utilizadas para promover a expansão da soja nos assentamentos rurais de Jóia? Quais as formas encontradas pelos assentados para resistir a essa expansão? Que alternativas esses sujeitos tem encontrado para se manter na terra e produzir de acordo com as orientações dos movimentos sociais a que fazem parte? São questões que esta pesquisa procura chegar mais próximo da realidade.

A partir desses questionamentos, esta pesquisa tem por objetivo geral compreender os processos responsáveis pela expansão do agronegócio sojeiro entre os assentamentos rurais da região de Jóia, identificando as razões que levam alguns assentados da região de Jóia a resistir a esses avanços e os motivos que justificam a cooptação de outros. Como objetivos específicos elencam-se: (1) Analisar as políticas públicas, entre elas o crédito, voltadas para a produção camponesa ou para o fortalecimento do agronegócio; (2) identificar as características da agricultura familiar na região e nos assentamentos rurais; analisar a expansão do agronegócio na região e identificar as principais vantagens e contradições da reprodução do agronegócio nos assentamentos desta região; (3) Verificar quais os instrumentos utilizados pelos assentados e as estratégias que utilizam para manter a resistência ao agronegócio; (4) Sistematizar as estratégias de cooptação e resistências dos assentamentos frente ao agronegócio nesta região.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira foi a elaboração do referencial teórico, fundamentado em outras pesquisas já realizadas e que nos forneceu elementos de sustentabilidade para o projeto e segurança para longo caminho. Esta luz ajudou a fundamentar teoricamente a nossa pesquisa trazendo os elementos que a mesma necessitava. Trabalhamos com uma diversidade de conceitos, procurando entender o que é o acampamento, o assentamento, o campesinato, o agronegócio, e quais suas relações com o território e como acontecem as relações de trabalho nesses espaços.

A segunda etapa foi a realização de 22 entrevistas, que contemplou todos os segmentos envolvidos. Foram entrevistados assentados (as), responsáveis por empresas agropecuárias e de assistência técnicas, representantes do poder público municipal (secretarias e outros departamentos municipais). As entrevistas foram gravadas e transcritas e posteriormente analisadas por ordens das questões propostas no roteiro (em anexo)

Em todas as temáticas de estudo que já tive até o presente momento sempre me preocupou a questão agrária, pois vivemos em pleno século XXI em uma sociedade em que o Estado brasileiro tem uma dívida com seu povo que é a reforma agrária e a democratização da terra, com limite da propriedade que garanta o livre acesso à terra a milhões de famílias, que ainda não tem um pedaço de chão para trabalhar e viver com dignidade. É este resgate da totalidade geral da concentração de terra que apresento na contextualização histórico-geográfica, no início do trabalho para, assim, compreendermos o que esta acontecendo no campo, neste momento, nos locais mais distantes e singulares.

A partir dos conceitos antes mencionados, queremos salientar que nossa pesquisa teve um destaque na trajetória de um acampamento e na construção de sua emancipação, de uma luta política reivindicatória e na conquista a mais um passo na etapa superior que é o assentamento. A força organizativa na constituição destas famílias, na construção de suas comunidades, na vida social em todas as suas dimensões, com ênfase nas relações de produção e na busca de alternativas viáveis e sustentáveis, entende-se a continuidade do campesinato em áreas de assentamento.

Por outro lado, procuramos entender o processo modernizante da agricultura brasileira representado pelo agronegócio, que busca ocupar em sua totalidade todos os espaços do campo, defendendo a produção de *commodities*, fortalecendo a exportação de matéria-prima em um processo acelerado globalizante, concentrando a tecnologia no fornecimento de insumos e sementes para a produção, na comercialização direta do produtor, na industrialização e, por fim, também na comercialização, disputando os mercados globais dos produtos agropecuários.

Analisamos esta ação em sua totalidade para compreender o que realmente acontece em suas particularidades locais. Procuramos entender o que pensam os seus protagonistas, que defendem que a tecnologia é a aliada principal da agricultura de precisão, trazendo bons resultados na balança comercial. Da mesma maneira, analisamos também suas contradições que aparecem com ênfase nas entrevistas, admitidas até mesmo pelos próprios aliados do agronegócio, sobretudo no que diz respeito aos impactos causados, tanto econômicos, quanto sociais e ambientais.

Espera-se que esta pesquisa apresente discussões ainda não estudadas em nossa região sobre o antagonismo que existe entre a agricultura familiar camponesa no município, em que são protagonistas as famílias que vivem nos assentamentos e que sofrem influencia do

agronegócio e também daqueles que procuram resistir e desenvolver uma produção diversificada, garantindo a soberania alimentar, a produção de alimentos saudáveis sem agressão ao meio ambiente.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO

A terra, como meio de produção, sempre foi um bem que pertencia a todos (as). Essa compreensão possibilitou a garantia da existência e a perpetuação da humanidade no planeta Terra, por milhares de anos. Os humanos, sempre em movimento, percorreram os lugares e conquistaram espaços, territorializando os continentes e transformando a sua natureza, conforme a realidade de cada local. O trabalho coletivo era uma forma de sobrevivência para todos (as) e os frutos deste trabalho pertencia à comunidade, sem discriminação, sem explorados e nem exploradores, ou seja, sem classes sociais. Mas os conflitos aos poucos foram surgindo e começaram a mudar essa realidade, onde grandes partes dos territórios conquistados foram pela imposição da força, o fator predominante no aumento dos conflitos.

Seus povos, entre os quais os camponeses, na sua grande maioria, se tornaram prisioneiros, submetidos à escravidão. Responsáveis pelos serviços forçados braçais, garantiam a produção por meio da terra, além de serem submetidos a trabalhos pesados, na construção de estradas, pirâmides, diques, muralhas, templos, palácios entre outras obras, configurando a geografia e modificando o espaço territorial sob dominação de uma classe mais poderosa. Formada pelos aristocratas, nobres, monarcas, donos dos meios de produção assim esses coletivos ao longo do tempo foram se apropriando das terras e se tornando grandes donos de propriedades rurais, surgindo os *latus* – amplos espaços extensivos, *fundus* - fazenda que deu origem ao *latifúndio* - e quando desenvolviam a produção, ela estava representada na exploração da força do trabalho escrava.

Na últimas décadas do século XV e no alvorecer do século XVI, uma grande crise fragilizava o Feudalismo na Europa, forçando as Coroas, junto com as companhias marítimas, a financiar as navegações Ibéricas, começando a ganhar o mundo, em busca da tão sonhada riqueza. Com a acumulação e as altas somas de capital nasciam os primeiros sinais dos tempos modernos que invadiram os demais continentes, submetendo povos, na criação de colônias, em várias partes do mundo, inclusive nas Américas. Coordenadas inicialmente pelas Coroas Espanholas e Portuguesa, foram às primeiras expedições marítimas a vencerem as barreiras entre os oceanos. Com o tempo, todo esse processo histórico foi mudando, com antagonismo das novas classes sociais, que o capitalismo foi produzindo nos primeiros séculos de sua existência, entre burguesia donas dos meios de produção e os trabalhadores donos apenas da força de trabalho.

A estrutura econômica foi mudando e forçando novas relações de trabalho, com novas forças produtivas, consolidando-se o nascente capitalismo, com profundas transformações, que chegaram a todos os rincões, territorializando todos os espaços entre eles do campo. Assim, quando estudamos o agronegócio devemos entender suas contradições, que foram surgindo desde as mais complexas, até as menos complexas, levando em conta que o mesmo está avançado, cada vez mais no campo brasileiro e por isso devemos conhecê-lo sua essência, para chegar mais próximo da uma possibilidade real.

Segundo Santana (2006, p.57), Marx ao estudar o capital, afirma que a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”. “A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção na sociedade. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade”. Pois é, entendendo a sociedade burguesa, conseguimos descobrir a existência de outras sociedades menos desenvolvidas, antes do capital, do ponto de vista das forças produtivas. Uma vez que as formações sociais se constroem a partir de modificações anteriores e carregando a heranças destas sociedades que as antecederam somente a classe trabalhadora poderá ter a partir da sua organização a chave da mudança para um novo modelo.

2.1 A origem do latifúndio

No Brasil sobre o domínio da Coroa Portuguesa, o território brasileiro passou pela implantação das Capitânicas Hereditárias, e mais tarde o sistema de sesmarias foram doações de terras, concedidas pela Coroa, aos amigos do rei. Assim oficializou-se aos poucos a ocupação do território. Esta foi uma das principais políticas, que deu origem ao latifúndio. Legalizado pela Lei de Terras nº 601, de setembro de 1850. Esta lei foi criada para institucionalizar o latifúndio, colocando ponto final ao processo de doações de terras, abrindo as portas para o mercado da terra, que passou de um bem social para uma mercadoria, negociável a partir daquele momento somente através da compra e venda. Estas medidas impediram que os negros ex-escravos tivessem direito a terra, após o fim da escravidão. Conforme Stédile (2005:12) a Sociedade Brasileira ficou engessada no modelo agroexportador colonial e todo o desenvolvimento foi retardado, tanto que fomos o último país a abolir a escravidão e um dos últimos países a adotar a república como forma de governo.

No Brasil, os espaços vazios são, antes de tudo, a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal. Para perceber a significação deste

processo basta considerar a dimensão das áreas “improdutivas”, associada à quantidade de trabalhadores agrícolas, antes residentes nas grandes fazendas, que foram expulsos do campo nas últimas décadas. Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão (BAUDEL, 2001, p. 36).

O desenvolvimento do capitalismo, que foi se implantando no Brasil com a chegada dos colonizadores europeus no início do século XVI, se entendeu durante a colônia passando pela monarquia até chegar a república com objetivo principal que era a busca de riqueza, com a extração de vegetais e minerais, além da produção de variedades de produtos alimentícios. Esta intervenção aumentou sua força a partir das primeiras décadas do século XX, com referencia de uma economia baseada agro- exportação, que foi a marca principal para consolidação do latifúndio.

Estas atividades foram desenvolvidas na maior parte do tempo sustentado no trabalho escravo nas grandes fazendas. Até o início da industrialização onde esta prática escravocrata começa a se tornar obsoleta e o Brasil agroexportador entra em crise com queda nos preços dos produtos, entre os quais estava o café que, sem preço, milhares de toneladas do produto foram queimados em protesto contra a baixa dos preços no produto no período de uma das mais profundas crise sofrida pelo sistema capitalista em de 1929.

O surgimento do latifúndio no Brasil foi dado pela ineficiência em combater a rapinagem e assegurar a posse na sua maior colônia através de simples expedições marítimas, Portugal decidiu lançar – a 20 de novembro de 1530, através de três cartas régias pelas quais a Metrópole conferia amplos poderes a Martin Afonso de Souza – as bases de uma nova política econômica a ser desenvolvida no Brasil, calcada na instituição da sesmaria, a primeira forma assumida pelo latifúndio brasileiro foi o engenho e a fazenda (NIENCZEWHI, 2014: 02).

2.2 Do Latifúndio ao agronegócio

No Brasil de hoje ainda continua muito presente aquilo que foi a base da produção do período colonial, reproduzindo a produção de materia prima baseado na cana de açúcar, café, algodão, aumentando nas ultimas décadas com a predominancia da soja com tecnologia cada vez mais avançada e desenvolvida. Estes cultivares tem profundas raízes dentro da oligarquia rural, comprometendo a qualquer custo o ecossistema e os recursos naturais, provocando impactos e destruição no meio natural fato esse, que acelerou –se com a introdução a revolução verde e avançando no que é hoje o agronegócio.

A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências produzindo ali alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, cultura e infraestrutura social entre outros são os componentes da paisagem do território camponês. FENANDES, (2005) p.285,286.

Mas ainda para conceituar o agronegócio na sociedade atual, como afirmam os professores Uruguaios (Pesce e Domingues, 2012, p.01).

O agronegócio constitui um complexo de espaço econômico que convergem com as inversões de capital transnacional em conjunto com as atividades e setores vinculados com a produção, distribuição e comercialização de produtos agrários em escala global.

Conforme afirma (Senhorinha, 2010, p.102,) a origem do conceito de agronegócio remonta à década de 1950, nos Estados Unidos. A crescente integração das atividades agropecuárias com a indústria e com setores de serviços tornou obsoletas as análises baseadas na clássica divisão das atividades em setor primário, secundário e terciário. O agronegócio é uma fase avançada da modernização da agricultura brasileira em relação direta com mercado agropecuário mundial.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta nesse resgate da história da construção do conceito do agronegócio no Brasil é o contexto político e econômico da década de 1990, caracterizada pela implantação de um conjunto de reformas neoliberais, a reboque das determinações de organismos internacional como Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial. (SENHORINHA, 2010: 06).

Como afirma Pizzolatti, (1999). Os autores (John Davis e Ray Goldberg) de (Harvard). Eles se referem ao agronegócio, como uma cadeia de indivíduos e de empresas e instituições, que controlam desde os insumos, ao processamento e distribuição de alimentos, cada empresa, é responsável por determinadas cadeia produtivas, onde realizam a maior parte de seus negócios. No caso do Brasil (Senhorinha, 2011 p.106) afirma que, “o fortalecimento do agronegócio vem acrescido à reorganização do capital desde a implantação do modelo neoliberal”.

Já no século XX, a marca do desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi à Revolução Verde, introduzida no Brasil, no apagar das luzes da Segunda Guerra Mundial, que vitimou em torno de cinquenta milhões de pessoas. A primeira tentativa de modernização da

agricultura em larga escala foi desacompanhada de qualquer outra mudança estrutural no Brasil (Guimarães, 1982:304).

Ainda um pouco antes de terminar a Grande Guerra, duas empresas dos Estados Unidos elaboraram um grande projeto para modernizar o campo, nos parâmetros da acumulação do capital. A Rockefeller¹ e a Ford² começaram a desenvolver pesquisa de melhoramentos de sementes, introduzindo as sementes híbridas, selecionando um grande número de variedades, entre as quais as de arroz, trigo e milho. Junto com “melhoramentos”, vieram os pacotes tecnológicos, para dar sustentação ao que o campo iria precisar, fazendo um reaproveitamento dos estoques químicos que tinham sobrado da guerra, readequando a indústria química à indústria de máquinas pesadas e transformando os tanques de guerra em tratores ou outras máquinas similar. O Estado brasileiro deu sustentação e apoio a esse modelo, por meio das políticas públicas de créditos com juros mais acessíveis.

Com os estoques químicos foram produzidos uma grande variedades de insumos e fertilizantes e uma diversidade de agrotóxicos: herbicidas, fungicidas e inseticidas. Conforme explicam Oliveira e Nasser (2007, p.43-56), “na Revolução Verde, a apropriação do capital está baseada no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos”. Zamberlam e Fronchet (2001, p.17) também afirmam que a Revolução Verde foi a forma capitalista de dominar a agricultura e destacam que duas visões distintas que eram debatidas no Brasil na segunda metade do século XX: “uma era o aumento da produtividade por meio da reforma agrária e a outra a adoção dos pacotes tecnológicos, sem abalar a estrutura fundiária. Quando os militares tomaram o poder resolveram o dilema: optaram pela implementação dos pacotes tecnológicos da revolução verde, atendendo na íntegra a pauta imposta pelo capital.”

Foi nesse processo de modernização da agricultura, que o território brasileiro sofreu muitas transformações, entre as quais o aprofundamento da concentração da terra, provocando uma migração do campo para cidade – o êxodo rural – em todas as regiões do país. Outro resultado foi à intensificação da monocultura, principalmente na produção de matéria prima para exportação, tanto dos já cultivados, como a cana-de-açúcar e o algodão, quanto a introdução de novos produtos na pauta de exportações, com destaque como já mencionamos a soja, o milho, o arroz, a laranja, a celulose, entre outros, unindo a produção, industrialização e comercialização e formando os chamados complexos agroindustriais – CAI.

¹ Rockefeller foi uma das maiores empresa de petróleo dos EUA pertencentes a John Davidson Rockefeller considerado na época o homem mais rico do mundo.

² Ford é uma das maiores produtoras de automóveis do mundo sediado nos EUA pertencentes a Henry Ford.

Caracteristicamente o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e de insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora de matérias primas de origem agrícola. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura e a segunda de agroindústria (MULLER, 1987, apud CAMPOS, 2011: 103).

Com a modernização do capital na agricultura, o território ficou sem fronteiras sofrendo interferência e restrições do mercado externo. Quem manda nos preços não é quem produz, e tão pouco os governos, mas sim, o capital globalizado. A industrialização da agricultura traz consigo um processo de territorialização do capital monopolista, no qual o capital sujeita a renda da terra a uma lógica de apropriação para reprodução ampliada do capital. Segundo Stasiak (2012, p.1-15) o que se percebe é que, tanto por parte das empresas globais, quanto por parte do estado, o que vem sendo priorizado é a agricultura comercial e modernizada, que abrange uma pequena parte dos proprietários, com maior quantidade de terra. Mas a grande maioria é composta por agricultores familiares, segundo o IBGE (2006). São 84.4% das unidades de produção obrigadas a se ajustar às novas tecnologias, mesmo que as mesmas não sejam adequadas ao porte das condições socioeconômicas. Diante desta realidade, faz se necessário uma política para o desenvolvimento de tecnologias agroecológicas, que objetivem o fortalecimento da unidade da produção familiar e a permanência das mesmas no campo.

2.3 O avanço do capitalismo, a resistencia e a construção de alternativas.

Mais recentemente, no final do século XX, o desenvolvimento capitalista no campo provocou novas transformações na agricultura brasileira, desencadeadas pelo uso da biotecnologia, resultante de pesquisas avançadas nas mudanças genéticas em organismos vivos, transformando-os em organismos geneticamente modificados (OGMs³) no qual denominamos de transgênicos.

Conforme Fontes (1999), no Brasil o interesse por normas definidas para o manuseio e uso dos organismos geneticamente modificados - OGM partiu do interesse de empresas privadas, junto com as instituições públicas, que desenvolveram atividades de pesquisa tendo como base de apoio a engenharia genética. O primeiro encontro no Brasil para começar a discutir o assunto aconteceu em maio de 1994, em Brasília, com apoio da - EMBRAPA⁴, e o

³ Organismo geneticamente modificado

⁴ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Departamento de Recursos Genéticos e Biotecnologia, FIOCRUZ⁵, – ABRABI⁶ (FONTES, 1999). Estas instituições privadas e públicas, foram as que fizeram a articulação com a institucionalidade do Estado e da sociedade civil para atender aos interesses das empresas multinacionais, garantindo o início da experimentação e a consolidação dos transgênicos no Brasil. Fator fundamental para a expansão do agronegócio no país nas últimas duas décadas.

Segundo informações do Ministério da agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), projeção de 2012, duas commodities avançam na esfera do agronegócio brasileiro, entre eles a soja e a cana-de-açúcar, que somadas apresentam um crescimento de produção prevista no aumento de área até 2022, em 6.7 milhões de hectares de área. A soja, com 4.8 milhões de hectares de aumento e a cana-de-açúcar com 1,9 milhões hectares. A área cobiçada para esta territorialização, onde os preços das terras estão mais acessíveis do que no Centro Oeste, será no Bioma Cerrado, avançando mais na região de “Matopiba” que compreende os estados do “Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia”. A soja aumentaria sua área dos atuais 24.266 milhões de hectares para 29.087 milhões de hectares, enquanto a cana-de-açúcar passará dos 9.060 milhões hectares, para 10.971 milhões hectares em um prazo de sete anos.

Alicerçados na perspectiva histórico-geográfica de análise dos fenômenos sociais, buscou-se mostrar como o processo de avanço do capitalismo no Brasil transformou a agricultura do país, introduzindo novas formas de produção, novos produtos e, por conseguinte, produzindo impactos socioespaciais. Entretanto, a modernização da agricultura também trouxe consigo heranças de contextos históricos anteriores, resultando no processo de modernização conservadora (PIRES e RAMOS, 2009.).

A partir deste resgate do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, discutiremos a atuação do agronegócio, vinculado à soja transgênica, no município de Jóia, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Nesta escala local, buscamos verificar as transformações que o agronegócio vem produzindo na produção/organização das unidades de produção camponesa do assentamento Rondinha (1995) e do assentamento Simon Bolívar (2006) a partir de um perfil que retrata, em parte, o contexto geral dos assentamentos desta região.

Vale lembrar, no entanto, que a implantação e expansão territorial dos cultivos transgênicos no Brasil não ocorreram sem conflitos. No Rio Grande do Sul houve muita luta e resistência ao experimento e plantio da soja transgênica. Uma dessas iniciativas foi a

⁵ Fundação Oswaldo Cruz fundação a nível federal vinculada ao Ministério da Saúde.

⁶ Associação Brasileira de Biotecnologia

destruição de uma lavoura experimental da soja transgênica, plantada no assentamento Rondinha, no município de Jóia. A ação aconteceu no dia 23 de março de 1999. Sendo uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na época a resistência aos transgênicos era uma política do Gabinete da Reforma Agrária (GRA) do governo Olívio Dutra (1999-2003), que buscou apoio da sociedade civil para tornar o Estado um território livre de transgênicos.

O Rio Grande do Sul será um Estado de vanguarda, já que hoje é o mais avançado na discussão sobre os transgênicos. Com a lei proibitiva, poderá se tornar um mercado diferenciado, em que todos os componentes da cadeia produtiva terão mais lucro e mais saúde resumiu o diretor executivo do Greenpeace/Brasil, Roberto Kishinami que esteve em Porto Alegre participando do seminário que debateu assunto na Assembleia (ZERO HORA, 23-03-1999: 34).

Esta reportagem foi reproduzida em vários meios de comunicação nacionais e internacionais percorrendo o mundo, como sendo uma ação contra os transgênicos que estava sendo experimentado inicialmente na soja sendo ela a principal commodities da matriz produtiva agrícola no Brasil. Vejamos o que nos mostra a (Figura 6).



Figura 6 - Destruição de lavoura da soja transgênica no assentamento Rondinha.

Fonte: Foto: Jornal Zero Hora 23/03/1999, pg34.

Apesar das Iniciativas do governo do estado, na época, no sentido de tentar impedir os experimentos da soja transgênica, os cultivos continuaram avançando no Estado, o que levou os movimentos sociais do campo, afetados pela expansão do agronegócio, a tomar atitudes mais práticas de combater e tentar impedir os experimentos com os transgênicos nos assentamentos ou áreas próximas, como foi o caso da destruição da lavoura de soja, no assentamento Rondinha em março de 1999, cuja iniciativa foi dos assentados junto com o (GRA⁷). A outra destruição da soja transgênica aconteceu na Fazenda Guabijú em fevereiro de 2002, pela juventude da Via Campesina no mesmo município, conforme registra a (figura 07) a seguir. Entretanto, mesmo o combate aos transgênicos no Rio Grande do Sul sendo uma iniciativa política do governo estadual, não conseguiu ser uma lei que proibisse, como política de estado, o avanço dos transgênicos.



Figura 7 - Foto; Soja transgênica sendo destruída na Fazenda Guabijú município de Jóia, uma ação da juventude da Via Campesina.

Fonte: Zero Hora 25/02/2002.

⁷ Gabinete da Reforma Agrária.

Esta imagem mostra a capacidade de resistencia dos movimentos sociais ligados a Via Campesina contra os experimentos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), os transgênicos, que estavam iniciando neste período no estado, abrindo um debate de junto a sociedade Brasileira, dos possíveis impactos que os mesmos poderiam causar no ambiente, tanto para aos animais como para os vegetais.

A pressão sobre o governo federal, organizado pelas entidades ruralistas, junto com as empresas transnacionais, entre as quais a “Monsanto”, atendendo a pauta do agronegócio, fez com que o governo federal pudesse conceder a liberação experimental dos transgênicos. Mesmo com a falta de pesquisas mais profundas e com poucas informações sobre as consequências do uso dos OGMs, as propagandas publicitárias pediam sua liberação e as disputas judiciais, que tiveram como palco os tribunais, criaram as condições para enfraquecer as resistências de setores do próprio governo e dos segmentos da sociedade civil, que eram parceiros na luta contra os transgênicos. Mesmo no interior dos próprios movimentos sociais, os debates foram deixando de ser consensuais, com posturas contrárias e outras favoráveis ao uso dos transgênicos, sob o argumento de que a resistência iria excluir as famílias assentadas do mercado, justificando que os transgênicos reduziriam, em muito, o custo e aumentariam a produtividade.

A situação em Jóia não foi uma exceção. Pelo contrário, observou-se que na maioria dos assentamentos do MST no norte e noroeste gaúcho houve o predomínio de cultivos da soja transgênica. Moreira (2013), analisando a expansão da soja no município de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, constatou também essa inversão nos assentamentos daquele município, que o foco de resistência, torna-se territórios da soja transgênica.

E no âmbito nacional, a situação não mudou com as duas eleições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) como era a expectativa dos setores que lutavam contra os transgênicos. Conforme relata Fontes (1999:22), Lula concordou em não alterar a lei de Biossegurança 8.794, sancionada pelo Presidente da Republica anterior Fernando Henrique Cardoso, em 6 de janeiro de 1995, que regulamentou os aspectos da manipulação e uso de OGM no Brasil.

Com relação ao caso da Fazenda Guabijú a justiça Federal fez vistas grossas não responsabilizando o proprietário pelo acontecido dos experimentos de plantio da soja transgênica vejamos o que disse o desembargador Federal a respeito do caso no processo nº 2002.0401019115-7/RS.

O magistrado determinou que o dono da propriedade, Roberto Mascarenhas de Souza, não seja indiciado neste momento “circunstancia que pode constranger moralmente o indivíduo comprometendo a imagem pública do cidadão. O magistrado Élcio Pinheiro de Castro considerou que o fato é irrelevante, não trazendo qualquer influencia sobre a questão. Lembrou ainda que a própria defesa de Souza não negou o plantio de soja transgênica no local.

O Presidente Lula oficializou duas medidas provisórias, a 113 que se transformou na Lei 106882 de 26/03/2003, autorizando a comercialização da safra colhida naquele período, com destruição de todas as sementes até 31 de dezembro 2003. A outra medida provisória de nº 131, convertida na Lei 10814 de 15/02/2003 autorizou o plantio para aqueles agricultores que haviam cultivado ilegalmente no ano anterior. A mesma lei não atribuiu responsabilidade pelos danos ambientais inocentando, tanto as empresas, quanto os produtores da soja transgênica. No artigo 10, autorizou as empresas fazerem a cobrança pelos direitos de propriedade intelectual (Greenpeace, 2004:01). Com isso, concordou em liberar o plantio de soja transgênica e outras pesquisas do ramo, obstaculizando os focos de resistência que havia em alguns setores da sociedade brasileira, pois fortaleceu a estratégia do agronegócio e viabilizou a territorialização da soja transgênica em todas as regiões do país.

No caso do Brasil, a estratégia dos transgênicos criou as condições técnicas para a expansão do agronegócio, assim como proporcionou a reorganização do capital, com a implantação do modelo neoliberal.

Associado ao agronegócio, a contaminação do ambiente por agrotóxicos é outro fator de destaque, pois o consumo desses insumos atingiram altos índices no Brasil, como declara em entrevista ao MST o pesquisador cientista Rubens Nodari, quando perguntado sobre o que explica esse aumento do uso de venenos, cujo consumo médio, que era pouco superior a 7 quilos por hectare, em 2005, passou a 10,1 quilos em 2011 - um aumento de 43,2%.

Bom, são dois cenários possíveis. O primeiro é que algumas plantas são mais resistentes aos agrotóxicos. Isso é um fenômeno mundial, não é só no Brasil; nos Estados Unidos a última safra da soja teve uma epidemia de plantas resistentes a herbicidas, principalmente ao glifosato. No Brasil nós já temos documentado várias plantas que se tornaram resistentes ou estão se tornando resistentes aos agrotóxicos. Então o agricultor, ao invés de usar apenas uma aplicação de agrotóxico, como é o caso da recomendação da empresa quando ela registra seu produto, os agricultores aumentam a dose, o número de aplicações, ou ambas. Com a introdução da soja transgênica, o número de variedades diminuiu e sempre que tem menor diversidade genética em cultivo, se uma doença ataca uma daquelas variedades, vai atacar numa maior área. Então também são utilizados outros agrotóxicos, como é o caso dos fungicidas, especialmente no caso mais recente da ferrugem asiática (JUNIOR, 2012.p.01)

O agronegócio é um dos principais fatores de mudanças, que chegou ao campo brasileiro, inseridos pela perspectiva neoliberal e ditada pelos organismos internacionais, com uma cartilha preestabelecida, cujos resultados contribuíram para acelerar a reconcentração da terra no território agrário brasileiro.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta nesse resgate da história da construção do conceito do agronegócio no Brasil é o contexto político e econômico da década de 1990, caracterizada pela implantação de um conjunto de reformas neoliberais, a reboque das determinações de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial. Nesse sentido, é que consideramos pertinente considerar o agronegócio como a face neoliberal de expansão do capital no campo Brasileiro (CAMPOS,2011)

O capital chega ao campo muito bem articulado, controlando toda a cadeia produtiva da terra, das sementes, dos maquinários, dos insumos, da força de trabalho e da assistência técnica, territorializando a produção, industrialização e comercialização de *commodities*. E para completar, os incentivos que o agronegócio recebe do Estado são muito maiores do que os oferecidos aos pequenos agricultores camponeses, como é o caso das safras 2009/2010 e 2012/2013:

O aporte financeiro recorrente o confirma a exemplo da safra 2009/10, em que o governo federal liberou R\$ 92,5 bilhões à agricultura empresarial e R\$15 bilhões à agricultura camponesa. Apesar de envolver aproximadamente 4,5 milhões de propriedades, a última ficou com 16% dos recursos, embora responda por 56,8% do valor total gerado pela produção agropecuária, 86,6% dos empregos no campo (Oliveira, 2003, p.136) e pela produção de 70% dos alimentos da cesta interna de consumo, conforme estimativa do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009).(SAQUET e SANTOS, 2010, p.117).

O agronegócio conseguiu modernizar o latifúndio brasileiro onde se sustenta, por um lado, com recursos públicos, entre os quais está o projeto público da agrofrota – renovação de máquinas e outros equipamentos, e por outro, via cooperativas tradicionais, filiadas à (OCB⁸) e, agora mais recentemente, à (CNA⁹), que sempre manteve forte ligação com as empresas transnacionais do agronegócio. Segundo Mendonça (2011), a consolidação da (OCB) como nova força hegemônica do patronato rural brasileiro, aconteceu no início dos anos 90, a partir da proposta de criação de uma nova entidade, que se constituiria em articuladora de todas as demais, a (ABAG¹⁰), fundada em 1993e que possuía como justificativa central, a necessidade de afirmação do agronegócio no país. O agronegócio proporcionou de uma forma desigual, o

⁸ Organização das Cooperativas do Brasil.

⁹ Confederação Nacional da Agricultura.

¹⁰ Associação Brasileira Agribusines

avanço da tecnologia no campo e a ocupação de espaços, territorializados, assim, por meio de cadeias produtivas já mencionadas anteriormente.

A expressão do agronegócio ocorre, também, por meio de um dos grandes eventos, com repercussão internacional, que ocorre anualmente no município de Não Me Toque (RS). A Expodireto Cotrijal começou no ano de 2000, com 114 expositores na área de sementes, insumos químicos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas, entre outras, que são os lançamentos voltados à agricultura empresarial que estão disponíveis no mercado.

A última edição (Figura 08), da Expodireto, que aconteceu entre aos dias 10 a 13 de março de 2014, houve 500 expositores, a presença de mais de 230 mil visitantes de todo o Brasil e de 77 países, durante os quatro dias de exposição. Segundo Enio Sheroeder, vice-presidente da Expodireto, em entrevista ao canal rural, confirma-se a expectativa de, a cada ano, superar o anterior em número de participantes e em novidades que estão inseridas no planejamento dos novos lançamentos das empresas expositoras, centradas nas tecnologias, com ênfase na agricultura de precisão.



Figura 8 - Foto Expodireto em Não Me Toque RS, Março 2014.

Fonte: Canal rural

Entre os setores industriais de máquinas e implementos agrícolas, sementes, insumos químicos e fertilizantes junto com ação do Estado e as políticas públicas do governo existe um entrelaçamento de propostas afinadas entre o governo e a iniciativa privada, em prol da expansão do agronegócio, e da agricultura de precisão. Conforme afirma Vice Presidente da República Michel Temer

Há um casamento entre a produção nacional e a atuação governamental mais do que ninguém nosso governo não governa por conta própria ele governa com amparo e incentivo da iniciativa privada. Quero registrar um fato importante que está acontecendo aqui o volume de negócios é extraordinário não se fala em milhões fala- em Bilhões. O agronegócio tem um time de craques está fazendo tantos gols que nem o Brasil fez nos campeonatos mundiais. (apud CUNHA, 2014; p 01)

Com essas palavras, o governo mantém suas prioridades para a agricultura brasileira, reafirmando sua opção pelo agronegócio, com ênfase na produção de *commodities*¹¹ baseado em monoculturas, na produção de matérias primas para fortalecer as exportações e a balança comercial, sem comprometimento maior com a agricultura camponesa que resiste a influencia da agricultura empresarial, mas tendo sempre presente a preservação do meio ambiente, o fortalecimento da produção de alimentos saudáveis para o povo, livres de agrotóxicos.

¹¹ Palavra inglesa que significa mercadoria Produtos que não sofrem processo de alteração ou poucos diferenciados como frutas, legumes, cereais entre outros.

3 OS CAMPONESES E A SUA CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA-GEOGRÁFICA

Existem várias interpretações relacionadas ao conceito de Camponês, que não é o mesmo de agricultor familiar, pois não possui o mesmo significado.

O “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”. É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. (FABRINI, 2007: 09).

O camponês traz em si, na sua natureza, o princípio de autonomia, liberdade, escolha, quanto ao que fazer em sua unidade de produção. A força de trabalho que desenvolve nas suas atividades agrícolas vem da própria família e entre suas características se destaca as múltiplas funcionalidades e a defesa da policultura. O camponês é o sujeito que a qualquer momento encontra-se subordinado às imposições do sistema agrícola capitalista.

“Na Produção capitalista, temos o movimento da circulação do capital expresso nas formulas D-M-D da sua versão simples e D-M-D da sua versão ampliada. Já na produção camponesa estamos diante do seguinte M-D-M ou seja a forma simples de circulação das mercadorias onde a conversão de mercadoria em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessária à satisfação das necessidades. É por um movimento de vender para comprar”.(OLIVEIRA, 1990. P.68).

A economia camponesa tem uma característica de economia mercantil simples longe da sociedade de consumo o camponês vende o que é excedente para comprar o que ele não consegue produzir para seu uso. Mas o camponês é um questionador, um lutador permanente, neste modelo atual, em que está sempre em conflito, movido pela luta buscando a liberdade de como produzir, O que produzir, Onde produzir? Organizando suas atividades, em família, uma agricultura cuja prioridade essencial é garantir a subsistência e o excedente, podendo ser comercializada em uma troca simples, de vender para comprar o necessário, que não é possível produzir.

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados a racionalidade da família e a de produção mercantil simples (M-D-M) a subsistência e o auto consumo assumem importância significativa na garantia dos meios de vida. Essa produção mercantil simples e de autoconsumo confere à agricultura camponesa relativa autonomia e autossuficiência. (MARCOS, e FABRINI, 2010, p.113).

O objetivo principal do camponês quanto à produção, primeiro é garantir o seu consumo e aquisição de outras mercadorias, que não se produz em sua unidade de produção. E nos momentos de crises é procurar garantir o consumo a sobrevivência, sem aquela preocupação maior com o lucro. Ao contrário, a produção capitalista, objetivando ir além da produção de mercadorias, associada à corrida em busca de mais valia, a qualquer custo, em todos os espaços, compromete sua existência.

O camponês não é apenas um produtor de matérias-primas para o capital, ele é uma das únicas classes sociais que conseguiu, mesmo que subordinado, expropriado, conseguiu sobreviver em todos os modos de produção, que já existiu na sociedade, tendo a terra como seu meio de vida, desde as comunidades primitivas, até nos dias atuais. Na busca de alternativas para resistir à subordinação do capitalismo, sabe que o capitalismo precisa dele para sobreviver, porque o explora, quando o mesmo vende seus produtos e não consegue um preço justo, que possa garantir os custos de produção e uma renda satisfatória para sua família. Esta renda está sendo transferida de sua unidade de produção familiar para o conjunto da sociedade capitalista.

O campesinato não é nem burguês nem assalariado, mas contém elementos das duas classes: posse e/ou propriedade dos meios de produção e exploração da força de trabalho. Também não pode ser entendido da síntese das duas classes, porque historicamente é anterior a elas, o proletariado é que surge a partir de transformações do campesinato nas formações sociais capitalistas. (CAMPOS, 2006: 146).

O Camponês não é um assalariado, porque ele tem acesso ao meio de produção, que é a terra, por ai ele pode organizar suas atividades, mesmo sendo individuais ou coletivas, com autonomia, sem estar submetido ao trabalho assalariado. Não é um burguês, porque sua concepção de vida é diferente de um burguês capitalista, que sobrevive através exploração principalmente da força de trabalho para obter a mais valia o denominado lucro. O camponês, mesmo em sua individualidade, que caracteriza estar isolado, mas tem uma capacidade de resistência e desenvolve, uma cultura de solidariedade com o meio vinculada a suas atividades na agricultura. Por isso ele resiste!

Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana. (FABRINI, 2007, p.09).

Mesmo o camponês tendo essa capacidade de resistência, em todos os tempos de sua existência, ele nunca esteve livre da opressão imposta, quando isso está relacionado a terra, que sempre foi sua base material de garantia da produção e reprodução da vida. Mesmo nas mais duras subordinações, ele sempre esteve presente na territorialidade do campo onde foi seu habitat, produziu e repartiu o pão nas primeiras comunidades, produzindo alimentos para alimentar gerações, ajudou a desenvolver as primeiras civilizações, subordinado arrastou pedras para construir ou destruir impérios, foi usado como protagonistas nos processos revolucionários fazendo as revoluções burguesas em nome da liberdade, igualdade e fraternidade. E foram protagonistas, também, das revoluções socialistas do século XX, por terra, pão e paz, contribuindo para construir outras experiências de modo de produção como aconteceu na Rússia, na China, e em Cuba entre outras, nas ações concretas dando outro sentido e mudando rumo da história.

Não é por menos que a igreja desenvolveu ações em defesa do campesinato, esse foi o único grupo social que perdurou, praticamente por toda a história da humanidade, como demonstra CARVALHO (2005) os camponeses, não dão sinais de que poderão deixar de marcar presença ativa nas formações econômicas e sociais em toda parte do mundo. O cristianismo nasceu entre os camponeses, e o próprio Jesus Cristo de Nazaré era um camponês. O evangelho é o evangelho do mundo camponês e o campesinato continua presente até hoje em um mundo urbanizado. (JUNIOR, 2011: 1-14)

Presente em vários países, os camponeses constroem sua história e produzem sua vida de distintas formas, com dificuldades e concepções diversas, mas com pontos em comum: sua relação com a terra e com a família e a luta pela permanência no campo, que, se constitui, em sua própria essência. Em Jóia, os camponeses também estão presentes, sobretudo nos territórios dos assentamentos rurais e outros espaços.

3.1 Os assentamentos no município de Jóia

Os assentamentos rurais foram sendo implantados no município de Joia, desde 1988, em meio a uma contradição que nunca foi resolvida que é a concentração da propriedade da terra. (KORBE, 2000) afirma que apenas 56 proprietários, acima de 500 hectares possuem uma área de 65.087,49 hectares e controlam 60% do território do município. Já o território do assentamento Rondinha representa apenas 3,3% do território do município, mas estão ali territorialidades mais de 10% da população do município. A concentração de terra ainda continua aumentando mesmo entre as grandes propriedades (IBGE, 2006) com novos dados

demonstra que o município tem 51 estabelecimentos com mais de 500 hectares. Se compararmos com o vizinho município de Augusto Pestana, tem apenas um estabelecimento acima de 500 hectares, com predomínio da agricultura familiar, dos 1784 estabelecimentos rurais em sua grande maioria em média de 20 hectares por família com uma agricultura familiar diversificada (IBGE,2006).

O termo assentamento no Brasil, diz respeito a um espaço preciso que se implante uma comunidade determinada, aspecto de um território habitado, trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração desse espaço. O verbo assentar indica a ideia de instalar, estabelecer, fixar e firmar. (BERGAMASCO e EDY,1997,p.11.)

Os assentamentos constituem espaços que sofreram modificações, pois antes eram latifúndios improdutivos individualizados, pertencentes como propriedade privada no controle de apenas uma família e passaram por modificações profunda com as políticas de assentamentos implantados através da luta social nos últimos trinta anos onde os espaços territórios privados passaram a serem espaços coletivos, onde as famílias vindas de diferentes territórios se encontraram, interagindo no processo produtivo, criando suas próprias formas de resistências e construindo juntos seu espaços definitivos para trabalharem e viverem com mais dignidade.

Os assentamentos tem um papel fundamental de recampanizar os descampanizados que foram resistindo e não aceitaram a subordinação do êxodo rural que levou milhões de camponeses para os grandes centros urbanos, desde o começo da revolução verde instalados como estratégia do capital no campo brasileiro.

Os assentamentos exercem uma espacialidade com as diferentes relações, tanto de trabalho, quanto na convivência social, dos que ali se encontram, fazendo a inserção territorial. O assentamento é o espaço, o território conquistado, local onde se procura viver com certa autonomia, por isso o mesmo deve oferecer as condições estruturais mínimas para a sobrevivência com dignidade para as famílias camponesas ali assentadas.

O assentamento é o espaço fixo, onde vai determinar para sempre o seu endereço de permanência, ali está superada a fase itinerante de mobilidade desenvolvida no período de acampamento onde se desloca mais fácil de um lugar para outro. E neste espaço que as famílias começam a se conhecer compreendendo os avanços as habilidades e os problemas de cada um que antes no acampamento não dava para se conhecer porque a realidade é outra bem diferente. No assentamento onde se dá o inicio de uma nova pauta de luta que está além da conquista da terra, de como vamos organizar a produção qual modelo e a matriz produtiva que vamos adotar para produzir.

Como vamos organizar a escola que queremos para nossos filhos no assentamento. Tudo isso além da infraestrutura como moradias, saúde, estradas, água potável, luz elétrica começam a fazer parte de todas as discussões na nova vida das famílias ali estabelecidas.

Outro compromisso é continuidade da luta, contribuir para que mais gente que sonham com um pedaço de terra, possa fazer parte dessa tarefa coletiva, da luta em todos os espaços, onde há famílias Sem Terra, mesmo com todos os problemas que a sociedade possa ter materializado nas vivências dessas famílias em suas comunidades de origem, mas existe uma solidariedade imensa entre homes e mulheres que cultivaram este aprendizado junto com toda a família que já passaram por um acampamento. Esta é a marca que o acampamento, deixa nas pessoas para toda a vida onde estiver assentado ou não. Ali é uma escola para vida exercendo a solidariedade onde se reparte o pouco que se tem principalmente aquilo que faz parte do esforço e do trabalho de todos (as).

O acampamento não deixa de ser um laboratório de aprendizado permanente que ensina para o futuro que depois no assentamento pode ser colocado em prática. O acampamento pode ser considerado uma sementeira de novos camponeses que foram descampenizados pelo atual modelo agrícola, mas não abandonaram as atividades do meio e continuam resistindo buscando novamente uma maneira organizada de busca de recampanização que somente vai acontecer com a conquista da terra.

Segundo Marx “Quem move a sociedade em suas mudanças e transformação que acontece ao longo da história é a luta de classe”. Podemos observar nesta (figura 09) que representa o mapa do município de Joia que todo este espaço era predominante espaço territorializado pelo latifúndio é hoje já começa a ser reterritorializados pelos assentamentos.

O Município de Joia está localizado na transição do Bioma Mata Atlântica e o Bioma Pampa, com uma altitude média de 470 metros, latitude 27°, longitude 53°. No mapa a seguir (Figura 09), do município de Jóia, estão localizando os assentamentos rurais, os que estão em vermelho são os assentamentos estudados na pesquisa de campo: o PA. Rondinha e o PA. Simon Bolívar. Todos os assentamentos do município organizados pelo MST somam uma área de aproximadamente 10.032 hectares, correspondendo a 7,88% do total da área do município, com 585 famílias assentadas, organizadas pelo MST. Nesta soma não estão incluídos os dois reassentamentos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), também situados no município.

Podemos observar ainda conforme os dados já mencionados anteriormente que tem muito espaço vazio em torno de 60% das propriedades dos município estão nas mãos de

menos de 5% dos proprietários do município e os demais 40% estão com os 95% dos proprietários entre eles estão os médios proprietários, entre os pequenos estão os assentamentos.

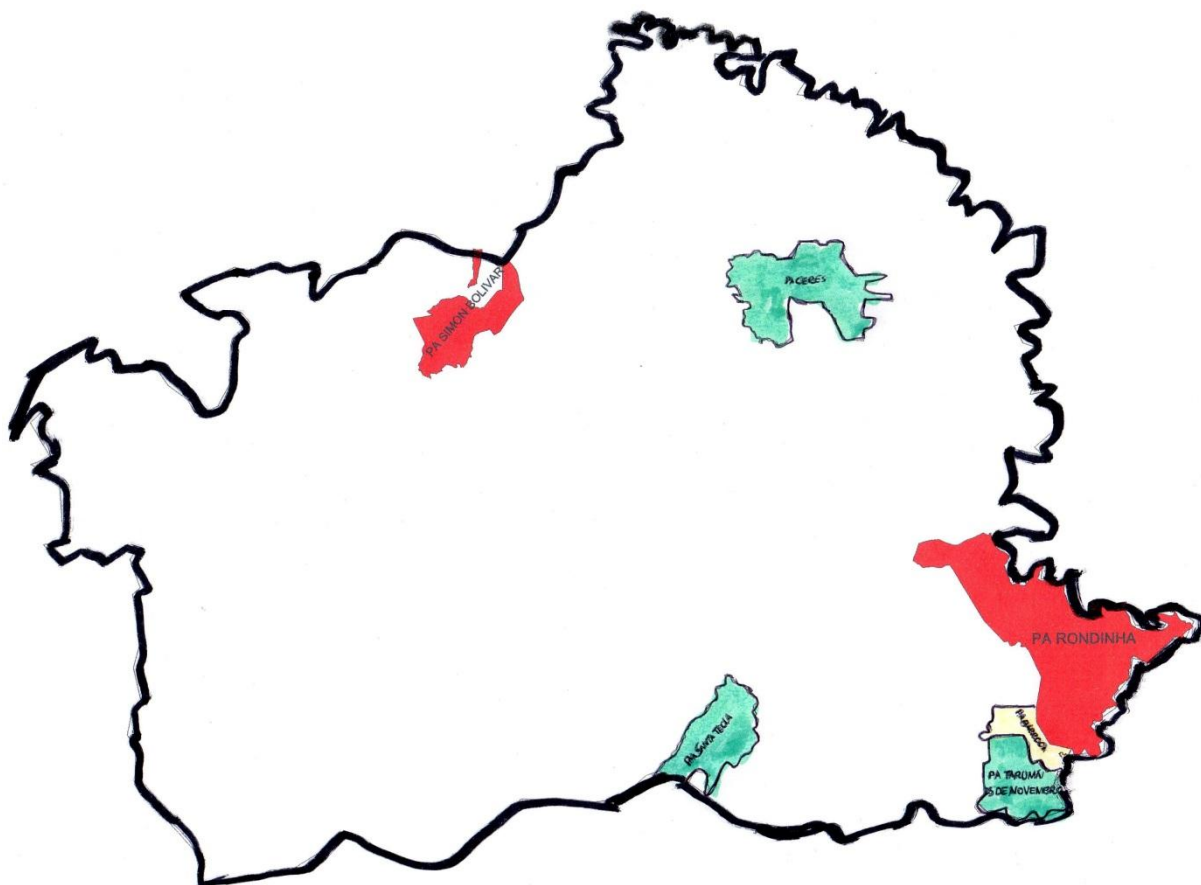


Figura 9 - Mapa do município de Joia com os assentamentos do MST.

Fonte: Setor de Cartografia do INCRA/RS 2014.

- 1 PA. Rondinha 4200 hectares 232 famílias.
- 2 PA. Simon Bolívar 1161 hectares 85 famílias.
- 3 PA. Ceres 2000 hectares 120 famílias.
- 4 PA. Barroca 514 hectares 29 famílias.
- 5 PA. Botão de Ouro 1104 hectares 64 famílias.
- 6 PA. Tarumã 1053 Hectares 55 famílias.
- 7 A área dos assentamentos no município de Joia totalizam 10032 hectares correspondendo 7.88% da área do município.

O assentamento, no entanto em muitos casos não está relacionados na vontade das pessoas de escolherem o lugar que pretendem viver, isto está fora de controle, pois independente da vontade de seus ocupantes, pode sofrer interferências externas, como é o

caso do INCRA¹², com suas normativas institucionais quando assume o controle espacial e ao fazer a escolha das famílias que vão ter de se adequar ao assentamento, cuja região é muitas vezes desconhecida, com costumes e culturas distintas, clima e solo diferentes. Em muitos casos as linhas produtivas do que vai produzir e o mercado do que deve comercializar já estão preestabelecidos naquela região. O acompanhamento da assistência técnica geralmente é feito, na sua grande maioria, por pessoas de fora do assentamento e as políticas de crédito direcionado incorporadas dentro dos pacotes tecnológicos.

3.2 Dos acampamentos aos Assentamentos

A história do assentamento Rondinha começou no ano de 1991, quando um acampamento, ainda sem nome, resultou de uma primeira ocupação ocorrida no dia 31 de julho. Mais de 600 famílias oriundas principalmente da região norte do estado, ocuparam a fazenda Arame Cortado, no município de Palmeira das Missões, pertencente ao senhor Plínio Dutra, residente neste município. A ocupação durou 10 dias nesta área, até que um violento despejo, organizado com força militar de toda região cercou o acampamento, estabeleceu o prazo, em 10 de agosto de 1991, para a retirada do acampados. O acampamento saiu antes de acontecer o despejo violento e a retirada sendo monitorada até a frente à área da (FEBEM¹³) na entrada da cidade, onde se estabeleceu as famílias que não tinham para onde ir.

¹² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

¹³ Fundação do Bem Estar do Menor



Figura 10 - Foto: reunião do grupo Alto Uruguai hoje parte das famílias estão assentadas no assentamento Rondinha.

Fonte: Foto 8x10cm material adquirido na pesquisa de campo.

O acampamento, mesmo pressionado, manteve-se por quatro dias em um pequeno espaço, compreendido em um corredor próximo a BR 158. No dia 14 de agosto os acampados resolveram entrar na área da (FEBEM), contrariando um acordo feito com a polícia que era de ir até centro da cidade, para depois voltar para os municípios de origem. No entanto, a luta pela terra nesta região é muito antiga, remonta ao século XIX, pois segundo Zarth, (2002, p. 13), já há registro de conflitos: Setembro de 1886: o juiz municipal de Santo Antonio da Palmeira solicita uma “força respeitável para expulsar e prender os invasores da Fazenda Boa Vista”. Este é o mesmo município que voltou a ser palco da luta pela terra no século XX, inclusive onde começou a caminhada de luta deste assentamento e cujo ponto de partida foi o primeiro acampamento.

O acampamento ficou ali em torno de oito meses, depois de muitas mobilizações, inclusive por meio de uma marcha até Porto Alegre, com quase 20 dias de caminhada. Em março 1992 o acampamento se deslocou para o município de Não-Me-Toque, ocupando uma área do posto agropecuário do Ministério da Agricultura que estava completamente abandonada. Outra ordem de despejo foi imediatamente expedida, coordenada pela justiça

federal. Não havendo negociação naquele momento o acampamento se retirou da área ficando no acostamento de uma rodovia estadual próximo a sede principal da área.

Abril de 1992: a polícia federal, com ajuda de tropas de a brigada militar do Rio Grande do Sul, prepara-se para expulsar, pela força, várias famílias de agricultores sem-terra que ocupam uma área do governo, no município de Não-Me-Toque. Não é nenhuma novidade para quem acompanha pela imprensa mais um conflito entre os sem-terra o governo e os latifundiários. A população, com sua sensibilidade, espera que desta vez não aconteça tanta violência ou mortes.. (ZARTH, 1992,p.13).

Para resolver os conflitos foram retomadas as negociações e as famílias saíram por conta própria e ficaram as margens da ERS 142, que liga Não-Me-Toque a Carazinho, até junho do mesmo ano, quando foi feita uma nova ocupação, definitiva permanecendo na área até concretizar o assentamento das 35 famílias que hoje estão lá assentadas no assentamento Libertação Camponesa.



Figura 11 - Foto: registra momento de tensão na entrega de uma das ordens judiciais, pedindo a desocupação da área ocupada.

Fonte: Fotografia 8x6cm do autor/acervo do autor.

Em junho, o acampamento resolveu retomar a luta com outra ocupação na mesma área preparado para não sair mais dali, enquanto não fosse transformado este espaço em um território conquistado mais um assentamento. Foram mais oito meses de disputa com quatro ordens de despejos não cumpridas, muita pressão e resistência, até se concretizar mais uma

área territorializada pelo MST¹⁴, que hoje é Assentamento Libertação Camponesa com 35 famílias, sendo referencia naquela região tanto na produção, como nas relações sociais com conjunto da sociedade nas comemorações dos aniversários do assentamento sempre acontece grandes festas com grande participação da comunidade regional.



Figura 12 - Esta foto mostra algumas maquinas e implementos agrícolas que estavam abandonados sendo colocadas na frente ao portão central da sede, todas cobertas com feno.

* Numa possível repressão policial que poderia acontecer a qualquer momento isto tudo seriam incendiados como demonstração de resistências do acampamento, mas isso não aconteceu porque as ordens de despejos foram sendo suspensas não mais foram executadas, evitando assim possíveis conflitos.

Este assentamento está situado geograficamente no município denominado capital estadual da Agricultura de Precisão que é o município de Não –Me- Toque.

Conquistando este espaço, o acampamento seguiu e fez uma nova ocupação no município de Júlio de Castilhos, na fazenda Bom Retiro, porém o aparato militar acrescido do apoio dos latifundiários da região resultou em um despejo violento.

Na (figura 12) é o próximo passo dado pelos acampamentos agora na região da grande Porto Alegre no município de Nova Santa Rita a ocupação de uma área de 2300 hectares que hoje é uma referencia de um assentamento de 100 familias naquela região. Aqui houve uma demonstração de unidade entre os quatros acampamentos existente no estado, que somaram

¹⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

suas forças e mais uma conquista se torna realidade, na historia da luta social no estado do Rio Grande do Sul.

Em um consenso ficaram ali assentadas as famílias que já tinham cinco anos de acampamento na sua grande maioria oriunda da região norte do estado, mas até o presente momento estavam nas disputas ocorridas em varias ocupações em latifúndios que começaram por Cruz Alta se estendendo até a região da fronteira mais precisamente em Bagé.



Figura 13 - Foto do acampamento na ocupação em uma das sedes da Fazenda Caldas Junior no município

Fonte: foto 8x10cm Material adquirido na Pesquisa de Campo.

Estes acampamentos Bagé, Não-Me-Toque, São Miguel, Lagoa Vermelha, organizaram a luta depois de uma caminhada a Porto Alegre percorrendo o Vale dos Sinos chegando até Porto Alegre onde acamparam no Parque da Redenção permanecendo ali por mais de uma semana. A decisão foi retornar e juntar as forças no município de Capela de Santana região do Vale dos Sinos a 40 quilômetros de Porto Alegre, onde permaneceram ali por mais de 30 dias, em uma área cedida pelas famílias do assentamento São José, estabelecido na divisa com o município de Nova Santa Rita. Ali se organizaram e foram ocupar uma área no município de Nova Santa Rita.

Esta ocupação garantiu a existência do que é hoje um reconhecido assentamento no estado, com 100 famílias onde está organizada uma das (CPAs¹⁵) existentes no estado a Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAN), com 30 famílias que trabalham coletivamente que produzem uma diversidade de produtos agrícolas, entre eles a cadeia produtiva completa do arroz orgânico, hortigranjeiros, frigoríficos, panificadoras, entre outras. As demais famílias do assentamento estão organizadas em associações, grupos informais e uma parte estão trabalhando individualmente. Nesta foto aérea, (figura 14) o que antes era de um latifúndio improdutivo da (família Caldas Junior), hoje podemos ver a estrutura de moradias e de produção da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) com 30 famílias denominada de (COPAN).



Figura 14 - Agrovila e parte das estruturas de produção da Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAN) Nova Santa Rita RS.

Fonte: foto 8x10 cm Material adquirido na pesquisa de campo.

Neste local está situada sede da Cooperativa (COPAN) no município de Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre. Esta área foi conquistada numa ação conjunta uma demonstração de solidariedade com outros acampamentos, onde estavam também as famílias, que hoje estão assentadas no assentamento Rondinha.

¹⁵ Cooperativas de Produção Agropecuária.

Depois da conquista desta área, os acampados seguiram a luta e por 30 dias estiveram ocupando a sede central do INCRA, em Porto Alegre. Desta ocupação resultaram mais duas áreas: uma no município de Encruzilhada do Sul, a Fazenda Branca, com 2300 hectares, distante 150 km de Porto Alegre, e outra na fazenda Sobrado, situada no município de Pinhal Grande, região central do estado, totalizando nas duas áreas mais de 150 famílias distribuídas e territorializadas em novos assentamentos conquistados.

Não é difícil, na prática, separar a invasão violenta da ocupação de protesto. A invasão é o “esbulho possessório” definido em lei, enquanto a ocupação constitui um ato político, como tantos outros, destinado a chamar atenção de autoridade omissa para o problema candente que afeta um grande número de pessoas. A ocupação se caracteriza ainda pelo “estado de necessidade” das pessoas que realizam a ação e pela destinação social da terra afetada (art.5 da Lei de Introdução do Código Civil). As ocupações existem porque no contexto social que vivenciamos o ocupante procura um trabalho em solos vazios, ocupar terras para o plantio não é delito; delito é o estoque especulativo de terra ociosa, sem destinação social. (GORGEN, S. apud GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.110).

Juridicamente, em muitas decisões judiciais que tratam de reintegração de posse de um latifúndio em ocupação, não está esclarecido o que é mesmo Ocupação e Invasão e os meios de comunicação social, na sua grande maioria, também não informam corretamente à sociedade, fugindo da imparcialidade, com prioridade em tratar a questão como caso de polícia denominando tendenciosamente como sendo uma invasão.

A fazenda Rondinha localizada no município de Jóia RS, com uma área de 4200 hectares foi conquistada na luta e oficializada pelo governo pelos meios legais, da compra feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a área pertencia a Empresa de Aviação Aérea Riograndense, (VARIG)¹⁶, depois de ter intensificado a luta e pressão dos acampamentos de Não-Me-Toque, São Miguel das Missões e Lagoa Vermelha, todos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, após várias ocupações feitas no estado. A ocupação específica da fazenda Rondinha aconteceu no dia 04 de dezembro de 1994, permanecendo na área por uma semana.

Na (figura15) mostra a fazenda Rondinha ocupada onde o Sem Terras percorreram uma distância de aproximadamente 400 Km desde o município de Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre, até o município de Jóia, ocupando uma área da empresa (VARIG), pois a mesma tinha uma dívida com o Instituto Nacional de Previdência Social ai facilitou os encaminhamentos da negociações.

¹⁶ Aviação Aérea Rio-grandense.



Figura 15 - Ocupação da fazenda Rondinha.

Fonte: Foto 8x11cm material na Pesquisa de campo de 1994

Depois de sofrer um forte despejo com a retirada da área, homens, mulheres e crianças foram humilhados pela força policial militar, obrigados a se deslocar com o acampamento e seus poucos pertences para o município de Tupanciretã, onde foram “jogados” em uma área municipal localizada no antigo frigorífico, próximo ao assentamento Novo Tupã, um dos mais antigos do município. Ali permaneceram por vários dias se reorganizando e decidindo os novos rumos, a luta recomeçou em 04 de fevereiro de 1995 com uma “grande marcha rumo a terra prometida”: a Fazenda Rondinha. A marcha foi interrompida novamente por um forte aparato militar localizado na comunidade de São Bernardo, impedindo que a marcha continuasse. Os marchantes resolveram não retroceder e foram acolhidos pelo assentamento Botão de Ouro, situado próximo daquele local, sendo o primeiro assentamento do município de Jóia, iniciado em 1988. A pressão teve êxito no avanço das negociações em Brasília, em 15 de março de 1995, o governo anuncia a compra da área que foi adquirida para mais um assentamento.

O sorteio das famílias aconteceu no dia 08 de abril de 1995, no acampamento provisório, esta data passou a ser comemorada como o dia do aniversário oficial do assentamento Rondinha. A chegada das famílias na área aconteceu no início de junho de 1995, com a distribuição das famílias territorializando o novo assentamento. O método foi

baseado no critério de preferência para os mais antigos acampados, o os demais foi feito o sorteio completando as 232 famílias com representação dos três acampamentos que naquele momento lutavam juntos.

No início do assentamento Rondinha a paisagem era de um latifúndio, muita terra e pouca gente. Com a chegada das famílias este espaço foi aos poucos sendo territorializado com famílias oriundas de três acampamentos do estado, dos municípios de Não-Me-Toque (1991), São Miguel das Missões (1992) e Lagoa Vermelha (1993). Em sua grande maioria eram pequenos agricultores ou filhos, meeiros, diaristas arrendatários que residiam na região norte do estado. Os primeiros passos foram muito difíceis, pois as habitações eram improvisadas em acampamentos com barracas de lonas pretas. No verão o calor era muito intenso e no inverno era muito frio, com o vento que soprava forte nos campos limpos.



Figura 16 - Início dos assentamentos Rondinha à esquerda e Assentamento Barroca à direita.

Fonte: Foto: 8x10cm acervo da escola.

Cada família conquistou um área com 17.5 hectares, em média. O assentamento localiza-se no município de Jóia, fazendo divisa ao leste com o município de Cruz Alta, hoje, município de Boa Vista do Cadeado, e ao Sul, com o município de Tupanciretã.

O município de Jóia está distante de Porto Alegre aproximadamente 480 km. O assentamento Rondinha foi o segundo assentamento a se estabelecer no município. Com a chegada do assentamento no município o mesmo não estava preparado para receber tantas famílias vindas de diversas regiões do estado, que ali estavam começando outras lutas relacionados a infraestrutura necessária como escola, estrada, moradias, luz elétrica, as primeiras iniciativas na produção, entre outras.



Figura 17 - Núcleo 04 depois da assembleia da escolha definitiva das famílias para o assentamento Rondinha, no dia 08 de abril de 1995.

Fonte: foto 8x10cm Pesquisa de Campo.

A vida no assentamento é sempre uma retomada, em todas as suas dimensões, no início, dá uma sensação de alívio, daquela vida itinerante do acampamento, de não ter um lugar, um espaço definitivo. A chegada à terra cumpre a primeira parte do dever, mas te remete as responsabilidades de construir um espaço definitivo, onde se vai viver toda uma vida, buscando na luta organizada, o espaço da consolidação do assentamento. Nestes espaços podemos destacar que as definições coletivas dos lotes, moradias, água, luz elétrica estradas, escolas, saúde são ações prioritária logo na chegada das famílias aos assentamentos.

O nome do assentamento Rondinha leva o mesmo nome já estabelecido ainda no tempo da Fazenda Rondinha, que também tinha o mesmo nome da comunidade Rondinha. Sua Origem vem de um local chamado de banhado cercado, onde as tropeadas de gado, depois de caminhar o dia inteiro, faziam sua parada para pouso a noite. Os tropeiros se revezavam tirando ronda, cuidando do gado foi por isso que no passar do tempo este local passou a denominar de Ronda, mais tarde de Rondinha. Por ser próximo do local o assentamento leva o mesmo nome. (OLIVEIRA, 2008, p.38).

Como não foi escolhido pelos assentados (as) outro nome, o assentamento começou a ser chamado de Rondinha que passou a ser oficializado pelo INCRA com o mesmo nome da antiga fazenda. Nos primeiros anos as famílias foram se estabelecendo depois de conviver ainda por um tempo morando nos barracos de lona preta na chegada ao assentamento e aos poucos foram construindo suas casas, territorializando e modificando o espaço que antes se constituía num campo nativo cheio de caraguatá. As formas de moradias adotadas por muitas famílias de morar em agrovilas facilitaram a chegada da luz elétrica, da água, das estradas e ajudou na relação de convivência entre as famílias. A agrovila, ainda existe, por mais que não se tenham todas as famílias morando próximas, uma vez que resolveram se estabelecer junto as suas unidade de produção ou seja seus lotes.



Figura 18 - Primeiros anos do assentamento nos núcleos começaram a sair dos barracos de lona e construir suas casas.

Fonte: foto 8x10cm acervo do autor.

Olhando estas fotos podemos ter uma compreensão do que era este espaço antes e como está a atual configuração espacial do assentamento, que cumpre com a função social da terra, pois estas famílias garantem a cidadania, tendo um espaço para morar e viver com dignidade. Podemos observar nas fotos no início do assentamento a predominância do campo nativo, dominado por caraguatá,¹⁷ porém, com o tempo a espacialização foi tendo outra dimensão mudando cada vez mais. Hoje se fossemos observar a paisagem, a realidade é muito diferente.

Se observarmos como muda a territorialidade, pois antes o latifúndio era uma enorme extensão de terra vazia e ociosa, enquanto hoje o assentamento modificou a paisagem criando espacialidade e territorializando novas relações que antes neste espaço não existiam. Os camponeses que chegaram aqui desterritorializados da terra, da cultura, com muita saudade de seus locais de origem, tiveram que reconstruir uma nova sociabilidade, reterritorializando cada um no seu território, tanto individual, quanto coletivamente, as metas e os objetivos sonhados discutidos e planejados durante os tempos dos acampamentos foram aos poucos sendo implementados.

¹⁷ Caraguatá planta existente no campos do Sul, nome dado a várias plantas da família bromeliáceas, são também chamadas de curuatá,gravatá.



Figura 19 - Início das atividades com piscicultura e bacia leiteira no Assentamento Rondinha.

Fonte: foto 8x10cm acervo do autor

Um das coisas importantes deste assentamento, além de ter uma terra de boa qualidade, são as nascentes de água doce, como podemos ver nesta foto (figura 19). Esta nascente com grande potencial. Que precisa ter um acompanhamento técnico ambiental é uma riqueza natural que precisa ser preservada.



Figura 20 - Pode-se ver que o relevo levemente ondulado e ao longe vista parcial da agrovila núcleo 05 (Período-1996-1998).

Fonte: Foto 8x11cm Pesquisa de Campo.

A dimensão geográfica pode destacar a composição do solo desta região, tem três características, mas vamos destacar as duas principais como afirma (KORB, 2000, p.55). “O solo Santo Ângelo com predomínio latossolos roxos distróficos textura 60% de argila apresentando relevo andulado como substrato basalto solo profundo bem drenado de coloração vermelha escura” A denominação do solo Cruz Alta “Latossolo vermelho escuro distrófico de textura média 35% argila com substrato de arenito” os dois são favoráveis para a mecanização e próprio para atividades agrícolas diversas.

Na (figura 20) podemos observar também a formação de mais uma agrovila sendo construído pelo núcleo 05 com a terraplanagem para construção da Escola Estadual hoje denominada Joceli Correa e já construída, completando 15 anos de atividades, onde estudam mais de 350 educandos (as), desde a educação infantil até o terceiro ano do Ensino Médio.

A área do assentamento Rondinha tem uma dimensão de 18 km de extensão, dividido em quatro comunidades para melhor organizar a população, mas foi na comunidade 02 que foi estabelecida a extensão escola provisória (Escola Municipal Leônidas Nicoletti) com séries iniciais atendendo as crianças do assentamento. Na foto a seguir registra uma das primeiras formaturas da Pré-Escola feita nesta escola provisória do assentamento. Os demais educandos

precisavam se deslocar mais de 20 km para o distrito de São José, na Escola Estadual de Primeiro Grau Edmar Krueel. Foram anos de muito sacrifício para o deslocamento e transporte porque as estradas estavam em péssimas condições principalmente nos dias de chuva. Neste período nossos educandos (as) sofreram muita discriminação porque eram do assentamento do MST. Na foto, a seguir, observa-se local da escola provisória estabelecida na comunidade 02.



Figura 21 - Primeira extensão escolar no assentamento Rondinha comunidade núcleo 06.

Fonte: foto 8x10cm Pesquisa de Campo acervo da escola.

A comunidade do assentamento lutou, também, para ter uma escola, um dos maiores projetos do Assentamento era construir uma escola estadual no Assentamento Rondinha que pudesse atender as demanda locais da comunidade e dos demais assentamentos, entre os quais mais cinco assentamentos do MST, o Assentamento da Barroca, 25 de Novembro, o Reassentamento 31 de Maio, do (MAB)¹⁸ todos em Jóia e os assentamentos Estrela que Brilha e Várgea no município de Tupanciretã. Atualmente todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos estudam nesta escola. Na foto a seguir registra a escola construída tendo uma

¹⁸ Movimento dos Atingidos por Barragens.

capacidade para atender 400 educandos (as) onde estudam filhos (as) de assentados (as) entre outros das comunidades mais próximas.



Figura 22 - Escola Estadual de Ensino Médio Politécnico Joceli Correa no Assentamento Rondinha.

Fonte: Foto 8x10cm Escola Joceli Correa acervo da escola.

A escola estadual Joceli Correa é hoje (2014) a segunda maior escola do município, a maior do interior, sendo a primeira escola em área de assentamento a ter Ensino Médio no estado do Rio Grande do Sul. Seu funcionamento em três turnos: manhã, tarde e noite, está muito bem estruturado, ofertando desde a educação infantil até o terceiro ano do Ensino Médio, com capacidade para 400 educandos (as), e transporte escolar atendendo todos os assentamentos.

Vários educadores (as) fazem parte do assentamento, sendo assentados (as) ou filhos(as) de assentados, há até educadores que moram direto no assentamento mesmo não sendo assentado (a). Mas ainda tem um grupo de educadores que vem de fora do assentamento, até mesmo de outros municípios da região. A proposta pedagógica tem a participação da comunidade todos os anos escolhe, através de uma pesquisa, um tema gerador que a escola deve trabalhar junto com os conteúdos obrigatório durante todo ano. Todos os educadores (as) funcionários (as) de escola se envolvem na pesquisa.

A conquista da Escola definitiva foi uma batalha ardua enfrentada pela comunidade em geral, pais, professores, lideranças, instituições publicas, municipais, estaduais e federais, para se ter uma escola de qualidade, uma Escola do Campo. Foram necessários quatro anos desde a chegada das famílias para seu efetivo início, que começou em março de 1999, em condições de atender o ensino fundamental completo. A partir de 2004 avançou e passou a ser Escola Estadual de Ensino Médio Joceli Correa.

O nome da Escola foi uma homenagem ao companheiro Antonio Joceli Correa, morto por um tiro de fuzil disparado do local onde estava o efetivo policial e seguranças da fazenda, em uma ocupação do latifúndio no dia 20 de novembro de 1992 na fazenda Pelágio no município de São Miguel das Missões.

Uma escola dentro de um assentamento igual a nossa ou em qualquer assentamento ela teria que ser uma escola do campo e não uma escola no campo. Hoje na própria merenda escolar, nossa escola está comprando coisa que a escola teria que produzir. Uma escola com a quantidade de alunos que nem a nossa ai no campo dentro de um assentamento para mim essa escola teria que ser uma escola técnica teria que ter uma área de terra onde se pudesse pegar os alunos e fazer uma experiência vamos pegar aqui 1000 metros quadrados vamos plantar alho, para ver o que dá vamos comparar com um pedaço de soja lá que o pai plantou, vamos fazer qualquer outra coisa para nós conseguir mostrar para nossa juventude a diferenças das coisas aqui em casa (entrevista V).

Nas entrevistas os assentados também deram sugestões para o melhoramento das praticas da escola de ter uma educação mais voltada para realidade da produção do campo já que somos uma escola do campo e uma das únicas com esta característica de escola de assentamento da grande região.

Eu já convidei várias vezes já fiz vária tipos de experiências cada pouco um professor me diz qualquer hora vou passar um meio dia lá na tua propriedade com os alunos, para mostrar as coisas das experiências que eu fiz com dados eu mostro tudo para nós fazer uma comparação até hoje ninguém apareceu. Então nós se preocupamos a juventude hoje não quer saber mais da agricultura (entrevista V).

Acredito que a escola não tem conseguido acompanhar todas as demandas da comunidade de ter um acompanhamento junto com as famílias fazendo esta troca de experiência de trazer o conhecimento da pratica desenvolvidas pelas famílias para dentro da escola.

Temos que começar a trabalhar hoje a educação que as crianças tenham uma visão da escola do campo escola que eles vão trabalhar para que se preparem e vão trabalhar e tocar as propriedades eu acredito hoje que o pessoal está achando que a cidade está mais fácil (entrevistaVII).

Um das grandes angustia das famílias assentadas é mesmo com relação à substituição da força de trabalho, quem vai ficar na unidade de produção para dar prosseguimento às atividades. Muitos dos nossos jovens estão mais voltados para a cultura urbana achando que na cidade pode ser o melhor lugar não querendo a permanecer no campo.

3.3 Outro espaço camponês: o Assentamento Simon Bolívar

É o mais novo assentamento do município de Jóia, está localizado na parte oeste do município, na saída para Santiago, na antiga fazenda Saúde, ocupada pelos Sem terras com o objetivo de pressionar a conquista do assentamento, uma vez que a terra já estava em processo de negociação, pois o proprietário queria vender, mas a burocracia dificultava a negociação. A área foi ocupada em setembro de 2006 para pressionar o assentamento. Depois de uma negociação com os Sem Terras a retirada da área ocupada foi pacífica e dentro de 60 dias a área foi comprada e no acampamento foi realizado o sorteio definindo as famílias que seriam assentadas. O assentamento foi inaugurado no dia 14 de dezembro de 2006, sua data oficial.



Figura 23 - Assentamentos Simon Bolívar.

Fonte: foto parte do Assentamento 8x10cm Pesquisa de Campo.

Na entrega da área para os assentados estavam presentes as famílias contempladas pela conquista, uma representação da regional dos assentados, principalmente do assentamento Rondinha, o INCRA, juntamente com o prefeito municipal, o prefeito de Cruz Alta e demais autoridades regionais, além do antigo proprietário da área. O nome do assentamento foi uma homenagem ao nacionalista das Américas Simon Bolívar, responsável junto com seu exercito, de proclamar a independência de vários países da América, entre eles a Venezuela Colômbia, Equador, Peru, Bolívia.



Figura 24 - Foto: Produção de leite junto com agroindústria familiar no assentamento Simon Bolívar.

Fonte: Foto 8x10cm Pesquisa de Campo.

O assentamento localizado a 16 km da sede do município tem uma área de 1161 hectares, distribuída entre 85 famílias, cada uma com área aproximada de 9.6 hectares. Estas famílias eram organizadas em seis acampamentos dos municípios de Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Sarandi, Palmeira das Missões. As famílias estão distribuídas em seus lotes com casas, luz elétrica e água potável. Todas as famílias produzem

o necessário para a subsistência e o restante do lote destina-se ao consórcio de soja, leite, hortigranjeiros, além de duas agroindústrias familiares uma relacionada ao leite e seus derivados e outra ao beneficiamento da mandioca, que apresentam uma boa comercialização na feira do município e em outros mercados da região.

4 O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS DE JÓIA

Este capítulo tem por objetivo descrever o espaço geográfico em que se encontram os assentamentos de Jóia, analisando primeiramente as características ambientais dos biomas e sua ocupação pelas atividades agrárias. Em um segundo momento são relatadas, com base na interpretação das entrevistas realizadas com os assentados, as dimensões históricas e de vida nos assentamentos, abrangendo múltiplos aspectos necessários à sua compreensão, em seus devidos contextos territoriais.

4.1 Os assentamentos rurais entre dois importantes biomas nacionais.

Segundo o (Ministério do Meio Ambiente) o Bioma da Mata Atlântica contemplava no seu espaço territorial uma área geográfica de aproximadamente 1.300.000 km² e abrangia 17 estados do Brasil, começando no litoral do Rio Grande do Norte e se estendendo até a parte central do Rio Grande do Sul. A depredação sem controle destruiu um território de 93% da área deste Bioma. Hoje, existem cerca de 7% deste bioma que está sendo conservado em espaços territoriais acima de 100 hectares. Destruída e fragmentada, estima-se, ainda, que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais que totalizam 35% das espécies que existem no Brasil, entre as quais várias ameaçadas de extinção.

Esse patrimônio natural é maior do que outros existentes no mundo, um exemplo é o da América do Norte que chega a 17.000 espécies e da Europa com 12.500 espécies. É por isso que o Bioma da Mata Atlântica necessita de políticas de conservação ambiental prioritárias no cumprimento das leis ambientais, como por exemplo, a lei 11.428/2006 e o decreto 6.660/2008 que trata de sua recuperação e conservação, pois ali está grande parte da biodiversidade mundial. Levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes. (MMA¹⁹,2014)

Na região norte do Rio Grande do Sul, onde se localiza o Bioma da Mata atlântica, que chegava a cobrir grande parte desta área, houve uma grande retração ocasionada, sobretudo, pela intensificação da colonização que avançou, introduzindo as monoculturas do trigo e, mais recentemente, da soja que se tornou predominante na ocupação do espaço agrícola desta região. Este cultivo iniciou com a implantação da Revolução Verde no auge das décadas de

¹⁹ Ministério do Meio Ambiente.

1960 e 1970, tornando-se o carro-chefe do agronegócio. No município de Jóia, a consequência foi à redução drástica das áreas de mata nativa, quase todas destruídas.

No entanto, a maior reserva de Mata Atlântica existente no município está localizada em um assentamento do MST, o assentamento Ceres, distante a 7 km da sede do município, totalizando aproximadamente 250 hectares de reserva de mata nativa existente no assentamento.

Tem início também no município de Joia a transição com o Bioma Pampa, que se torna dominante no centro-sul do Rio Grande do Sul, chegando a ocupar 63% do território gaúcho. Assim, o município de Joia apresenta características dos dois Biomas, pois está situado em área de transição (Figura 25). Em relação ao Bioma Pampa pode-se destacar que suas características começam a se manifestar entre o sul e o oeste do município, se estendendo para a Fronteira Sul do estado. O Bioma Pampa (cuja etimologia de origem indígena indica terra plana) abrange os Campos Sulinos, com um território aproximado de 178,5 mil quilômetros quadrados, sua principal vegetação são as gramíneas herbáceas uniformes, com poucas árvores, presença de matas ciliares e de encostas, e muitos banhados. (MMA, 2014)



Figura 25 - Mapa do Rio Grande do Sul, e da região dos assentamentos, onde se pode perceber o limite ao Centro-Norte, do Bioma da Mata Atlântica e ao Centro-Sul, o início do Bioma Pampa.

Fonte: CSR/IBAMA, 2010. (BRASIL2003).(MMA).

No Brasil, o Bioma Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde cobre uma área de 63% do território, ultrapassando as fronteiras com os vizinhos países do Uruguai e da Argentina, totalizando entre os três países aproximadamente 750 mil quilômetros quadrados. Seu clima é temperado, com temperaturas médias de 18 graus centígrados. Sua diversidade na flora e fauna ainda não está totalmente classificada. Estima-se que há cerca de 3000 espécies de plantas, 100 espécies de mamíferos, muitos dos quais ameaçados de extinção. São ratos d'água, lobos e o veado campeiro, entre outros. Há, ainda, 500 espécies de aves e, pelo menos, uma espécie de peixe, o Cará, existente na bacia do rio Ibirapuitã. No subsolo está localizado o aquífero Guarani, uma das maiores reserva de água doce do mundo, que se estende pelo Centro-Sul do Brasil.

O Pampa gaúcho faz parte da trajetória do início da colonização do Sul do Brasil, a pecuária tradicional. Baseada na criação de gado e no desenvolvimento das Charqueadas para

a produção e venda do Charque e seus derivados, também se desenvolveram o comércio de animais muares, transportados pelos tropeiros para regiões de mineração e produção do café no sudeste brasileiro.

Nesta região, um dos assentamentos pesquisados a Rondinha constituía parte da rota dos tropeiros que cruzavam o caminho para as minas e paravam a noite para o descanso dos peões e dos animais. Nessa ocasião, os peões se revezavam na guarda dos animais e mantimentos que constituíam a tropa, montando ronda. Razão pela qual o assentamento leva o nome da comunidade da Rondinha, local de parada da tropa e onde era realizada a ronda do gado. Este peão, nativo do pampa e possuidor de uma cultura mestiça, dedicado à lida do gado, constituiu a figura originária do Gaúcho.

Nos últimos anos, o Pampa sofre com a intervenção direta do agronegócio, que avançou primeiramente com a produção do arroz irrigado, destruindo a estrutura natural do solo devido a pesada infraestrutura de maquinários e agroquímicos. Esse processo seguiu com as monoculturas do eucalipto e dos pinos, principal matéria-prima para as indústrias da celulose, representadas na região pela Aracruz, Votorantim e Stora Enso.

Mais recentemente, mesmo contrariando as orientações técnicas estabelecidas, está em expansão a monocultura da soja, cobrindo o território dos solos rasos e pobres de pouca fertilidade do Pampa gaúcho, trazendo desequilíbrio e graves impactos ambientais, comprometendo a preservação do bioma. Sabe-se que existem ainda muitos estudos a serem realizados no Bioma Pampa, porém ele já está sendo destruído pela intervenção do capitalismo no campo, sem um manejo adequado que respeite sua biodiversidade, tanto da fauna, quanto da flora.

4.2 Os assentados: história de vida

Para traçar a história de vida dos assentados de Jóia, utilizamos as informações coletadas por meio das entrevistas, que tiveram por objetivo responder a questão: quem são os assentados? Inicialmente elaboramos um roteiro de entrevista (em anexo) que serviu de base para a conversa. Suas falas foram registradas na íntegra depois de transcritas e foram interpretadas, tendo em vista os objetivos da pesquisa.

Os Sem Terras assentados (as) são oriundos da região norte do estado do Rio Grande do Sul, onde tiveram suas raízes na agricultura familiar camponesa. Trabalhavam com a família em pequenas propriedades ou como trabalhadores meeiros, arrendatários, assalariados rurais, diaristas, sempre integrando famílias numerosas. São todos (as) descendentes desta

invenção do povo brasileiro que aconteceu desde a formação do Brasil, com a mistura cultural dos povos indígenas, africanos, europeus, entre outros, que desbravaram e povoaram o norte gaúcho.

Esta geração tem suas raízes nos povos nativos aqui já existentes no cruzamento com os descendentes da migração de várias etnias que vieram das colônias velhas da região de São Leopoldo, Caxias do Sul, Lajeado e da Quarta Colônia de Silveira Martins, que ajudaram a consolidar as duas primeiras colonizações das regiões Noroeste e Norte, Ijuí e Erechim, no final dos séculos XIX e início do século XX, ocupando a região das matas.

Desenvolveu nestes espaços uma agricultura com características da pequena agricultura familiar, com forte tendência à diversificação, que correspondia à produção de alimentos, posteriormente submetidas e influenciadas pela propaganda do modelo capitalista da Revolução Verde. Como as famílias foram ficando numerosas e com os impactos da modernização introduzindo a mecanização e os insumos químicos e a queda nos preços dos produtos agrícolas, estabeleceu-se uma crise generalizada que provocou a redução deste espaço da agricultura familiar camponesa, levando milhares de famílias a abandonar o campo. Intensificou-se o fenômeno do êxodo rural nas décadas de 60/70/80 com uma grande migração dos camponeses para a região metropolitana em busca de trabalho nas indústrias calçadistas e metalomecânica que estavam localizadas nos polos industriais em torno de Porto Alegre, Vale dos Sinos e Serra Gaúcha.

Além disso nos anos 90 a agricultura camponesa começou a perder espaços para o novo modelo do agronegócio, que monopolizou o campo como uma proposta de cercamento determinadas pelas empresas dos Estados Unidos para os países em desenvolvimento. Com isso acelerou-se ainda mais a concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários, obrigando a quem não queria migrar para a cidade, buscar outros meios de sobrevivência, entre as quais resistirem e lutar para conquista da terra, foi uma das alternativas. Esta foi a gênese e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi se organizando em vários acampamentos e voltando a desterritorializar o latifúndio, antes fora negado o espaço da terra aos seus antepassados.

Os assentamentos na região constituem uma realidade concreta que iniciou em 1988, quando no município de Jóia foi implantado o primeiro assentamento, denominado Botão de Ouro. Posteriormente foram criados os assentamentos Rondinha, Ceres, Barroca, e 25 de Maio, em 2006 quando o último assentamento, o Simon Bolívar, também se estabeleceu.

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerada a forma mais eficiente de resistência dos camponeses. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais. (FABRINI, 2007, p.09).

Dessa forma, os camponeses tem uma história que vem desde antes e não se limita somente neste passo importante que foi a retomada da luta pela terra no Brasil. Assim, os assentados desta região entre eles estão os do assentamento Rondinha e do assentamento Simon Bolívar, relataram nas entrevistas, como era a vida em suas comunidades de origens.

Nove irmãos, meu pai com sacrifício da vida conseguiu o mínimo de terra, então até os 30 e poucos anos a gente estava tentando ficar lá em Rodeio Bonito e com a idade dos filhos que já estavam vindos né eu e a [nome da esposa] resolvemos pensar uma coisa para melhorar nossa situação, foi então lá por noventa e um por ai que a gente ingressou no movimento Sem Terra achando que ali ia ser uma das alternativas e perspectiva de nossa vida. (entrevista II).

Esta era a realidade das famílias que tiveram que enfrentar um acampamento e buscar alternativas para permanecer no campo e garantir o futuro para seus filhos, pois os locais onde viviam não ofereciam condições mínimas para permanecer por muito tempo devido a pouca terra.

Pois vivia no interior do Rio Grande, no município de Pinhal, [na] agricultura familiar, meu Pai tinha 25 hectares de terra nós, que éramos em nove irmãos e nós cultivávamos produtos agrícolas entre soja, milho, feijão, e produção de leite na época, muito timidamente (entrevista IV).

Outra característica das famílias desta geração de acampamentos oriundos da região norte, era que, em sua grande maioria, tinham vínculos estreitos com as atividades rurais.

Somos filhos de pequenos agricultores que moravam na região do Alto Uruguai. Uma terra muito dobrada, de difícil acesso, muito dificultoso, mas sempre, desde o começo, aprendemos a trabalhar na terra (entrevista XIII).

Os entrevistados II e IV viviam com suas famílias em regiões muito próximas umas das outras. Seus pais, com uma família numerosa, viviam em pouca terra, insuficiente para manter todos (as) na mesma comunidade e pelas características da região as terras eram limitadas, impossibilitadas de maior aproveitamento, pois apresentavam muita pedra e relevo com alta declividade.

Sempre morrei junto com meus Pais no Novo Barreiro, em 1985, o Pai foi acampar na Anoni eu fui junto, ficamos desde 1985, uns dois anos na Anoni, sempre acompanhei eles (entrevista XI).

Antes de ser assentado morava no assentamento Rondinha junto com o Pai e meus seis irmãos que nós vivia em cima de um lote onde o Pai e a Mãe vivem até hoje (entrevista XIV).

A luta pela terra passou a ser uma saída para os pequenos camponeses, criou se uma cultura da pratica da luta que passou de pai para filho, primeiro foram seus pais e abrindo caminho para seus filhos, como afirmaram os entrevistados XI e XIV.

Eu vivia com o Pai e Mãe, pequenos agricultores do municipio de Coqueiros do Sul, uma família com cinco irmãos, quatros homens e uma mulher, meu pai tinha e tem 12 hectares de terra, em uma região predominantemente de pequenos agricultores (entrevista XII).

Muitas vezes, a decisão do filho de lutar por um pedaço de terra não dependia somente da vontade dos pais em querer ou não que seus filhos fossem à luta, mas dependia exclusivamente da vontade e da convicção dos filhos, como afirma um dos entrevistados (XII).

Erámos dez irmãos e meu Pai com três hectares de terra e na época as famílias o que encaminhavam os filhos as filhas iam para um convento e os filhos de preferencia iam estudar para padre, eu tenho hoje uma irmã religiosa e eu também fui seminarista e voltei do seminário com 17 anos, fui morar com os pais (entrevista XV).

Entre os entrevistados, na busca das alternativas os pais com muitos filhos e pouca terra encontravam era encaminhá-los para um seminário ou convento. Estudar para ser padre ou para ser freira, mesmo que a vocação dos filhos fosse outra, era o destino de muitos dos filhos e filhas de agricultores camponeses, cuja terra era insuficiente para manter todos (as) no campo.

Desenvolvendo estratégias para subsistir no campo, a família camponesa também cultivava terra alheia, pois mesmo que no Brasil a atividade agrícola sempre tenha sido voltada para o desenvolvimento do mercantilismo, tanto na produção de matéria prima, quanto para o consumo interno, na produção de alimentos para populações urbanas, ou para exportação tendo em vista o aumento do superávit primário, entende-se que não houve feudalismo, pois o capitalismo, desde o início da apropriação das terras, submeteu as atividades do campo ao seu plano estratégico de desenvolvimento. Assim, entre os

camponeses desenvolveu-se uma atividade que faz parte da cultura brasileira, principalmente daquele que não tinham a propriedade da terra, os denominados Sem Terras, que eram submetidos, por meio de sua força de trabalho, a garantir a sua sobrevivência e a da sua família. Mesmo trabalhando em terra alheia, como meeiro ou parceiro, tinha que dar uma parte da produção para o proprietário da terra. Essa forma de exploração do trabalho agrícola, muito usado no feudalismo, em que o senhor da terra se apropriava do trabalho dos servos, em troca de seu serviço, também se reproduziu no capitalismo.

Assim, vários depoimentos relatam experiências com a atividade de meeiro, em seus municípios de origens. Entre os meeiros estavam também os filhos dos agricultores camponeses que tinham pouca terra e uma família com vários filhos (as), com experiência nos trabalhos da agricultura, mas que juntos construíram uma cultura camponesa de resistência e de permanência na terra.

Vivia lá então nossa família tinha arezinha pequena, eram oito irmãos, tinha 16 hectares, então para poder sobreviver nós plantava em torno de uns 10 ou 12 hectares, pegava terra dos outros, plantava a meia, os caras só davam a terra e nós fazíamos tudo e tinha que dar metade para o dono da terra, (entrevistado I).

A exploração dos proprietários sobre os não proprietários era considerado como uma normalidade no campo pois os meeiros tinham trabalhavam o dobro do tempo para poder ficar com a metade da produção.

Antes morava de agregado, meeiro, trabalhava com quem cediam cinco hectares, seis hectares ou oito hectares, plantava soja e criava porco, tudo consorciado, mas a gente achava que era aquela saída, depois que veio o movimento a gente conheceu e entendeu o que era e fomos à busca de outro rumo, mas já bastante velho para poder lutar, agora temos terra, mas não tenho mais força para trabalhar (entrevista III).

Depois que as pessoas descobriram que a luta era uma saída para ter um pedaço de terra muitos abandonaram seus padrões e aderiram ao MST esse foi o caminho para ter um pouco mais de liberdade.

A gente migrou para Erval Grande, no norte do estado, perto de Santa Catarina. Trabalhar nas terras dos outros, me criei lá, trabalhando lá, sempre na agricultura braçal, que era terra de morro até 1991, quando a gente saiu para o acampamento do MST (entrevista V).

Era uma prática comum entre os camponeses da região norte, que não tinham terra ou que tinham pouca terra para trabalhar, a alternativa de trabalhar nas terras dos outros. Por vezes os proprietários possuíam terras em difíceis condições de trabalhar, porém era esta terra que destinavam aos meeiros. Com muitas dificuldades, sacrificando até mesmo a própria família, em longas jornadas de trabalho, durante o ano todo, no calor do sol, ou nas temperaturas negativas do rigoroso inverno, para depois na colheita dividir a metade da

produção para o proprietário da terra. Mesmo alcançando uma produção razoável, muitas vezes o que sobrava não compensava o trabalho realizado.

4.3 Depois de assentado a vida mudou

Um passo importante na vida deste povo foi à conquista da terra, foram vários anos de luta, em diferentes tempos, que variavam entre dois há até seis anos, vivendo nos acampamentos, enfrentando todo e qualquer tipo de sofrimento e discriminação, resistindo à repressão. Mesmo no frio, calor e chuva os acampamentos eram itinerantes, não tinham um lugar fixo somente até alcançar definitivamente o assentamento, o território conquistado para as famílias. Ali foram se estabelecendo e replantando suas raízes.

Mudou muito depois de ganhar terra, a gente teve outra forma de vida depois que vim para cá, conseguiu até estudar mais um pouco como antes de ir acampar eu tinha só a quinta série, aqui eu consegui completar o primeiro grau, (entrevista I).

O assentamento mudou em muitos sentidos a vida das pessoas. Além da terra, muito tiveram acesso a outros direitos, entre eles a educação, que quando estavam sozinhos, em seus locais de origem, não conseguiam realizar.

Bom quanto a essa mudança de acampamento para assentamento, com certeza a gente quando veio para cá tivemos uma ansiedade enorme de progredir, de avançar, de melhorar a situação de vida. E com essa expectativa que se tinha a gente também errou bastante nos primeiros anos, como nós iniciamos nosso trabalho aqui no coletivo, em grupo coletivo, então a gente misturou várias culturas, várias formas de trabalho, várias ideias e se jogou e se apostou muito nisso, nos primeiros anos e com o decorrer do tempo as coisas foram ficando mais difíceis, as famílias começaram a sentir na pele que teriam que progredir (entrevista II).

No início, quando se dá a transição do acampamento para o assentamento, sempre aparecem dificuldades de adaptação, seja com a mudança de região, dos costumes, da cultura, do clima, do solo, da matriz produtiva, seja pela convivência com outras pessoas, que até então se conheceram somente no período do acampamento. Todos estes fatores estão presentes nesta transição:

Para mim foi uma mudança. Sai do mato para o limpo. Aqui a terra tem condições boas, em pouco tempo eu já tinha energia elétrica e tudo já se consegue a trabalhar, parte da terra com mecanismo, já não precisa tanto braço, tanto arado, tanto boi, tanto sofrimento (entrevista V).

Para quem morava em lugares difíceis de trabalhar, o assentamento foi uma grande mudança, pois as coisas ficaram mais fáceis. Era melhor decidir junto e reivindicar as melhorias que começaram a ocorrer depois no assentamento. Para muitas pessoas foi uma mudança extraordinária:

Mesmo com dificuldade, o assentamento foi uma coisa que mudou, ter uma propriedade de terra. Na época, aqui no assentamento, veio gente de 42 municípios que estamos aqui, que foi uma forma de sobreviver, achar uma forma de sobrevivência (entrevista VIII).

A diversidade de culturas, de costumes, de regiões e de municípios diferentes foi uma riqueza enorme, como por exemplo, a experiência de conviver com pessoas que trilharam a mesma caminhada, como relata uma das famílias:

Melhoraram as condições de trabalho, porque lá era tudo braçal, tudo com boi, não tinha nada de máquina e aqui, na verdade, se trabalha, mas as condições de trabalho são melhores, há uma facilidade maior, tu consegues por mais que tu trabalha numa cultura de trigo, soja e aveia a gente consegue ainda fazer alguma coisa bem melhor (entrevista X).

A grande novidade no assentamento para muitos assentados foram às terras propícias à mecanização agrícola, pois os assentados, na sua maioria, eram acostumados a arar e trabalhar a terra com tração animal, principalmente com bovinos.

A diferença é que eu chego ao meu assentamento com uma muda de roupa né, dentro de uma sacola, era minha mudança, depois de uns seis ou sete meses assentado eu voltei lá no Pai ele me deu umas quatro cabeças de gado. Esse foi o meu início de assentado (entrevista IX).

A situação de alguns assentados era de muita dificuldade, pois ao longo de quatros anos de acampamento, nos diversos locais que passou, já não lhe restava mais nada a não ser a vontade de lutar e alguns pertences pessoais que traziam junto consigo.

A mudança, na verdade, é que nós somos donos do próprio nariz. O horário é teu, se tu perder uma hora, tu recupera outra hora, e se não recuperar, você é dono do seu próprio nariz, tu faz os seus negócios dentro dos teus limites, os tempos. Se chegou uma visita, tu pode receber, tu não tem aquele compromisso de estar sendo escravo da hora, os empregados só tem dois ou três dias do feriadão, no mais é trabalho, não tem tempo, e não são dono da hora, tem que obedecer (entrevista XIV).

Este é um dizer muito comentado no meio dos camponeses, sua liberdade está na conquista de algo que lhe possa dizer que não precisa mais de ninguém, que possa lhe dar ordens e fazer cumprir horários. Somos “donos do nosso nariz”.

E é claro que houve uma transformação, é, foi muito grande, desde o acampamento, como a gente morou quase que 40 anos na cidade, isso se torna bastante difícil, não é fácil tanto para mim quanto para minha esposa. Hoje essa transformação, essa mudança ali de vida, também trouxe o lado bom, o lado positivo da alegria dentro da convivência (entrevista XV).

O retorno à terra de quem nasceu no campo, viveu até antes de ser assentado, um bom tempo na cidade e hoje retorna ao campo é uma significativa mudança na convivência e no estilo de vida.

Era pequeno agricultor, as terrinhas ruins, dificultosas, que era pedra, ladeira, mas assim fui vivendo, não podia perder um meio dia de serviço, sempre meio atropeladinho, até para sair passear longe não dava, não tinha condições, mas se viveu criei a família, oito filhos com dificuldade (entrevista VI).

O sistema perverso do capital submete as pessoas a viverem em situações precárias, com o mínimo possível. Para as pessoas que viviam nesta situação estar junto no assentamento proporcionou uma mudança revolucionária.

Era pequeno agricultor. Morava na grande região de Frederico Westphalen, e dados aos problemas que a gente tinha lá, como pequeno agricultor, sem incentivo, sem nada, aderi ao movimento no qual foi muito bem, estou assentado (entrevista XI).

A falta de incentivo por parte dos governantes fizeram com que muito pequenos agricultores com pouca terra aderissem à luta. Passassem pelos acampamentos e hoje possam viver como assentados, com mais perspectivas de investimentos, pois já tinham um início lá na comunidade de origem.

4.4 A monocultura da soja é introduzida nos assentamentos

Estamos em um estado pioneiro na produção da soja em grande escala no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, mesmo hoje estando na terceira colocação na produção em nível nacional. O Rio Grande do Sul também foi um dos pioneiros na introdução dos transgênicos no Brasil. Segundo a (CONAB) dados da (Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, 2014) a área plantada de soja no estado, na última safra (2013-2014) atingiu 4,8 milhões de hectares, o que corresponde a um aumento de 5.8% em relação ao período anterior, com uma estimativa

de produção de 12.3 milhões de toneladas, sendo que a área plantada para (2014-2015) aumenta ainda mais ultrapassa a cinco milhões de hectares. O Rio Grande do Sul também passou a ser o estado que mais se usa agrotóxicos. E para anunciar a pujança do agronegócio, no estado e no Brasil, foi feito o lançamento oficial da colheita da soja no município de Tupanciretã, localizado na Região Central do estado, considerado o maior produtor de soja no Rio Grande do Sul. O evento aconteceu no dia 29 de março de 2014, com a presença do governador Tarso Genro, do ministro da agricultura Neri Geller e demais autoridades estaduais e liderança do agronegócio do estado e da região, como se pode observar na (figura:26)



Figura 26 - Foto: Lançamento da colheita da soja em Tupanciretã RS (Março de 2014).

Fonte: Fotografia 8x10 cm Assessoria de comunicação Secretaria da agricultura Pecuária e Agronegócio RS.

Estava presente também o secretário Claudio Fioreze anunciando alguns projetos de investimento no setor do agronegócio que são: *melhorias no programa Mais Água, Mais Renda e o lançamento de um programa de energia elétrica no campo, que deve ocorrer dentro de alguns meses*. O Ministro da Agricultura, que representou o governo federal, também anunciou medidas para atender a demanda do agronegócio.

O ministro da Agricultura estacou a responsabilidade do governo em fazer os enfrentamentos necessários e também fez referência aos programas federais e

estaduais de apoio aos produtores rurais. “O Governo Federal liberou R\$ 108 bilhões aos agricultores com taxas de 3,5% por meio de linhas de créditos. São avanços importantes nos últimos anos. Teremos um foco muito voltado à abertura de mercado”. O grande momento vivido nas safras agrícolas e na pecuária se deve “às políticas públicas de crédito, incentivo e parceria com os produtores rurais” (SECRETARIA AGRICULTURA 2014.).

As medidas que o ministro anunciou agradaram os produtores rurais, pois houve o comprometimento em fazer alguns enfrentamentos legais dentro do governo para atender a demanda do agronegócio. Houve o anúncio também, de políticas de créditos para produção de matéria prima, produção de grãos, que é a grande demanda do mercado mundial. Com essas medidas, criou-se uma expectativa que a solução para o campo estaria dentro dessa estratégia, do agronegócio adequando às pequenas unidades de produção camponesas a serem reféns dos pacotes tecnológicos.

Creio que estão postos pelo menos dois perigos quando da “aplicação” desta visão teórica nas políticas públicas no tocante à questão agrária: o primeiro é imputar uma camisa de força (empresarial) nos camponeses que já estão estabelecidos, o segundo é o refreamento da reforma agrária por não conceberem a continuidade do campesinato, a despeito da atuação de milhares de famílias sem-terra no campo.

Por consequência dessas dinâmicas mencionadas, os movimentos sociais que representam a pequena unidade de produção camponesa podem estar perdendo “espaços para o capital” - representados pelo agronegócio - na medida em que estes encontram mais condições de proliferarem suas ideias. Observa-se a defesa do agronegócio diariamente na mídia, ao afirmar-se, que o país precisa aumentar exportação, o superávit primário. Se oculta, assim, o lado indesejado dessa dinâmica.

Intencionalmente, deixei por ultimo, a catástrofe ambiental, social, econômica e política que o paradigma do agronegócio – produção vegetal e animal – está produzindo, através das monoculturas vegetais e animais: soja, cana-de-açúcar, eucaliptos, pinos e confinamentos de bovinos e suínos e aves, produzindo alimentos contaminados e contaminando o ambiente, enfim, do agronegócio, absolutamente falido em termos financeiros, sociais e ambientais. Não fosse o subsídio de 100 bilhões de reais que o governo, anualmente, injeta no sistema com prazo de pagamento de até 40 anos e juros ridículos, certamente os produtores do agronegócio não sobreviveriam. (PINHEIRO,2009,p411-423)

Na região de Jóia, a produção da soja é a matriz produtiva principal estabelecida na estratégia do agronegócio. Somente o município de Jóia, segundo dados da Secretaria da Agricultura do município de Jóia tem uma área total de aproximadamente 127 mil hectares, 80 mil hectares foram cultivados com soja.

Desde o início dos anos 1980, o município já apresentava uma área de 25 mil hectares cultivados com soja, passando em 2001 para um crescimento de 120%, alcançando 55 mil hectares cultivados, aumentando ainda mais nestes últimos 13 anos, chegando à atualidade, nas safras 2013/2014, com um crescimento de 45.5%, atingindo os 80 mil hectares de soja cultivados no município. (IBGE, 2013).

Em termos de produtividade, o município de Jóia, nos últimos 13 anos, apresentou uma média de 1.870 kg/hectare, menor se comparada a apresentada pelo município vizinho de Augusto Pestana, que no mesmo período ficou com 1.970 kg/hectare, e com um crescimento da área plantada de Augusto Pestana cresceu somente de apenas 5.2% no mesmo período.

Se compararmos com o vizinho município de Augusto Pestana, com uma área de total de 34.740 hectares, do município, mesmo período dos últimos 13 anos, teve um crescimento de apenas mil hectares, passando de 19 mil para 20 mil hectares cultivados com soja.

Mas a sua posição no ranking da arrecadação estadual, dos 497 municípios do estado, Augusto Pestana figura na posição 136º enquanto que o município de Jóia, com todo o aumento na área de plantio de soja, a maior em toda região, ficou apenas na 368ª posição, bem atrás do município vizinho. Augusto Pestana tem mais diversidade com majoritariamente pequenos agricultores e apresentando uma maior produção com mais arrecadação proporcional ao município de Joia.

Mas a grande área do município é uma única cultura, da soja, para o município eu entendo é o céu e o inferno, o céu porque você pode ter um ano agrícola excelente e isto vai trazer retorno satisfatório, movimento satisfatório na safra e o inferno, pode dar um ano de frustração da safra e praticamente deixa estagnada a economia do município (entrevista XVI).

Mesmo a monocultura da soja sendo a principal produção no município de Joia, ela é vulnerável, não apresenta toda segurança necessária para obter uma excelente safra. Está muito relacionada ao clima, qualquer problema de estiagem ou outro problema climático, a frustração e os prejuízos são inevitáveis.

Jóia não tem outra possibilidade, é vital a produção da soja para o município, até porque tem toda estrutura voltada para isso. Hoje soja é tudo, se nós perder a soja o município vai virar um caos, nós não vamos atender as questões básicas se não temos arrecadação, se os índices estão todos baseados na produção, praticamente, totalmente agrícola e a soja é carro chefe, ela é indispensável (entrevista XVIII).

Se a soja fosse tão rentável para a arrecadação do município, o mesmo não estaria neste momento passando por tantas dificuldades financeiras para atender as demandas básicas da população em geral, conforme ressaltam os entrevistados.

Com relação à produção dos assentados, pode-se destacar que há entre eles muitos produtores de soja, muitos dos quais tem nessa monocultura a matriz básica e a principal fonte de renda do seu estabelecimento. Inclusive, em alguns casos, os mesmos plantam em áreas que vão além de seu lote. Esses defendem essa monocultura, pois garantem já ter experiência adquirida nesse cultivo, desde seus lugares de origem, antes mesmo de serem assentados. Os produtores destacam também, entre as justificativas que encontram para o desenvolvimento desta atividade, a facilidade de empregar a mecanização associada ao pacote tecnológico que inclui sementes, insumos e químicos, disponibilizados pelas empresas agropecuárias do ramo, além das possibilidades concretas de acesso às políticas públicas, entre as quais o crédito.

Hoje, aqui nós desenvolvemos basicamente quatro atividades produtivas, um delas, como carro chefe, é a bacia leiteira, muito timidamente ainda, mas cultivamos a produção de soja e milho (entrevista IV).

A produção em grande escala no assentamento está relacionada a essas quatro atividades produtivas, pois muitos assentados fazem o consórcio entre a soja e o leite.

Eu mudei a ideia que se tinha de trabalhar com soja e acho que a gente, desde pequeno, trabalhou com soja, e daí a gente se organizou assim uma área de soja e mantendo [a produção] dos alimentos básicos (entrevista VII).

O cultivo da soja está materializado na cultura das pessoas, desde a produção que realizavam antes de ser assentados, em seus locais de origem. O que muda é a maneira de produzir, entre o trabalho braçal e o que estão usando hoje, com a mecanização.

Nós. É essencialmente trigo, soja, aveia, isto acima da subsistência, mandioca, porco, uma vaca de leite, um carneiro para engordar, se consegue dá volta, mas é aplicando muita tecnologia, com plantio direto (entrevista IX).

A reprodução da monocultura da soja é o mesmo caminho que o agronegócio consegue expandir nas grandes áreas, assim, essa prática se fortalece internamente na reprodução das mesmas tecnologias, nos pequenos lotes dos assentamentos.

Em função de ter problemas de saúde e ter feito já três cirurgias e maioria dos companheiros trabalham com a bacia leiteira né, com a questão do leite, então optei, em função da saúde aqui, em trabalhar com gado de corte e planto soja, já que me facilita, já que estou só eu e a esposa (entrevista XV).

Para as famílias com pouca força de trabalho disponível é forte a defesa do argumento de que a produção da soja passa a ser uma alternativa de sobrevivência, pois a mesma é facilitada pelo uso da mecanização agrícola no plantio, no controle e na colheita, mesmo que existam outras atividades mais que podem dar mais retorno na unidade de produção, como é o caso do leite.

Entre os produtores de soja nos assentamentos muitos estão cientes que a soja exige muito investimento e é uma produção de risco, devido às condições climáticas. Os prejuízos são evidenciados quando não se tem um seguro que possa dar mais tranquilidade e segurança aos produtores além de ser uma oleaginosa que produz somente uma vez durante o ano. Alguns produtores comentaram que, quando sua produção é inferior a média regional, com pouco investimento na tecnologia, conforme recomenda as empresas do setor do agronegócio, é preciso que outra fonte de renda da unidade de produção, inclusive o leite, possa ajudar a pagar os prejuízos ou garantir o sustento da casa e da família.

Se correr bem o tempo, a soja vai bem, mas se toca de desgarrar aí que machuca, por causa da seca, qualquer coisa não colheu está com aquela dívida porque custa caro e a vaca, como diz, se não der muito lucro, mas [com] ela se mantém o rancho. (entrevista VI).

Já aconteceu no assentamento das pessoas investirem muito na produção da soja e depois, com a carência de chuva, os prejuízos se acumularam deixando as pessoas endividadas, inadimplentes, com restrições ao acesso de novos créditos.

Nós pensamos que plantar soja em uma região que nem nós plantávamos nas comunidades lá em nosso tempo, porque estamos com dias contados não é tu olhar a estrutura que o assentamento tem, não é de soja sabe de onde vem, do leite, a captação do pessoal que tem um motinha, ou um carro não é do soja. Porque eu tiro o leite 12 meses no ano e o leite que eu tiro é para pagar à parte da soja, daí eu chego lá na safra me sobra 100 ou 200 sacos eu pago o carro, mas não é da soja é do leite (entrevista XI).

A falta de conhecimento da região foi outro fator de muitas frustrações de safras no início dos assentamentos. Além disso, o baixo poder aquisitivo das famílias dificulta o investimento em tecnologia no plantio, para não ter um índice de produtividade muito baixo. Segundo um dos entrevistados, é a produção leiteira que garante o investimento na produção da soja.

Das 85 famílias aqui, eu sou o único que não trabalho com leite, e sempre digo para meus companheiros: olha, a soja pode me dá dinheiro, mas a garantia que vocês tem com o leite é superior aquilo que eu produzo com a soja (entrevista XV).

Os plantadores da soja tem renda anual não tem a mesma garantia de renda que os produtores de leite, pois estes têm uma renda mensal garantida.

4.5 O espaço das empresas agropecuárias

Para dar sustentação à expansão da soja no município e nos assentamentos várias empresas dos ramos agropecuários estão estabelecidas no município, territorializando a monocultura da soja, fornecendo insumos, sementes, assistência técnica, diretamente a seus clientes, entre os quais estão os assentados. Nas entrevistas com alguns representantes das empresas, eles relataram os percursos dessas empresas nas atividades agrícolas, destacando que procuram investir sempre mais para mostrar eficiência na prestação de serviços, na garantia de manter a estratégia do agronegócio na produção da soja, processos esses cada vez mais tecnificados, segundo o modelo vigente.

As disputas entre as empresas também se inserem na ordem concorrencial, responsáveis, muitas vezes, pelo tratamento igualitário que os assentados recebem em comparação aos demais produtores, garantindo melhores preços dos produtos vendidos e no recebimento da produção que movimenta a comercialização dos grãos.

Bom, a empresa no município tem muitos anos de atuação. Ela trabalhava no segmento mais diversificado, com o passar dos anos foi se aperfeiçoando no ramo de negócios: sementes, químicos e fertilizantes em contrapartida, na compra de soja, trigo, milho e aveia, que são os principais produtos que nós trabalhamos. Os assentados são nossos clientes, são fornecedores e trabalhamos em parceria (entrevista XVI).

Entre as empresas também existe certa disputa comercial, pois interessa a elas ter o maior número de assentados no seu controle, tanto no que diz respeito à venda de insumos, quanto na compra da produção. Várias empresas agropecuárias com este objetivo se instalaram no município.

A [AGROPAN]²⁰ está há 40 anos no ramo do agronegócio, uma cooperativa que hoje no Brasil é considerada forte, uma administração trabalhando bem. A nossa unidade de São José trabalha com pequenos agricultores. Tem uns 100 associados de assentamento, nossa relação é boa, hoje mais de 40 associações novos o pessoal está vindo para a [AGROPAN], o preço para o pessoal assentado ou para outro produtor não tem diferença, uma cooperativa séria não tem privilégio para fulano, paga um real a mais, para ciclano paga dois, o preço da pedra, seja para vender 5 mil sacos, seja para vender 50 sacos. Temos um técnico para trabalhar dentro dos assentamentos. (entrevista XVII).

²⁰ Cooperativa Agrícola Tupanciretã LTDA.

Esta é uma maneira das empresas irem disputando mercado nos assentamentos. Manter uma boa relação com os assentados e ter uma garantia tanto na venda de insumos para fazer a lavoura, como depois na colheita à compra da produção. Com isso as empresas fazem um bom marketing dos novos lançamentos dos produtos do agronegócio. O público-alvo são os assentados que estão mais relacionados à produção da soja nos assentamentos.

4.6 O município de Jóia e a produção da soja na região: impactos socioeconômicos

O município de Jóia geograficamente é o maior município em extensão territorial dos onze que compõem a região da Associação dos Municípios do Planalto Médio (AMUPLAM). Com a expansão da soja nas últimas décadas é o que tem a maior área plantada. Assim, a soja, como toda monocultura do agronegócio, traz consigo impactos econômicos, impactos sociais e ambientais.

A produção é o que alavanca nosso município. O produtor é que leva nossa economia. É a produção primária, porque nós temos uma das maiores produções aqui da região, então a perspectiva é que se o clima ajudar nós vamos continuar. O município é muito pujante na área agrícola (entrevista XX).

O município de Jóia, com uma área de 127.200 hectares, dos quais 80.000 hectares são destinados à produção da soja, apresenta um impacto econômico na sua arrecadação geral, segundo a secretaria de finanças, no ano de 2013, foi de R\$ 25.411.837,14 por ano. Como o município possui uma população de 8.629 habitantes, pode-se afirmar que a arrecadação per capita totaliza 2.944,93 por ano.

Comparando com o município vizinho de Augusto Pestana, com uma área geográfica de 34.743 hectares, ou seja, quatro vezes menor que o município de Jóia, com uma predominância de pequenas propriedades rurais, apresenta uma arrecadação anual (2013) de R\$ 20.118.619,04, com uma população de 7.206 habitantes, perfaz um valor per capita de R\$ 2.791,00. Esse índice cresceu em 20 anos, 143%.

O município de Jóia, apesar de contar com uma área de produção da soja superior ao município vizinho em 60.000 hectares, apresentou uma arrecadação per capita superior em apenas 5.5%. Assim, pode-se afirmar que somente a monocultura da soja não corresponde ao crescimento econômico desejável para um município, onde esta oleaginosa é predominante na produção. Com relação à produção, o município de Augusto Pestana comparado com o município de Jóia, além da soja, trigo, milho, leite e pecuária, tem uma diversificação ainda maior, pois conta com suinocultura, erva mate, cana-de-açúcar, amendoim, videira,

floricultura, piscicultura, hortigranjeiros, alho, pepino, entre outros, todos agregando valor e renda na economia do município. Isso comprova que a diversificação produtiva, mesmo Augusto Pestana com uma área quatro vezes menor que município de Joia, onde predomina a pequena propriedade, o município Augusto Pestana tem maior arrecadação.

Com relação ao ICMS²¹, todas as principais empresas existentes no município, que trabalham no ramo de venda de insumos e comercialização de grãos, tendo exclusividade na produção da soja, têm suas matrizes ou sedes principais em outros municípios. Não há nenhuma empresa no município que transforme esta matéria-prima em outros produtos derivados. A Cotrijuí, por exemplo, tem sua sede principal em Ijuí, a Agropan tem sua matriz em Tupanciretã, a Campo e Lavoura te sua sede em Augusto Pestana, a Marasca tem sede em Cruz Alta e, a partir de 2014, está se instalando a empresa Três Tentos, com matriz no município de Santa Barbara do Sul entre outras. Muitas empresas com atuação comercial no município fazem a transferência da produção comercializada no local direto para as sedes principais das empresas instaladas em outros municípios, causando um problema na arrecadação, pois se houvesse uma empresa que pudesse industrializar a produção em Joia, agregava mais valor e gerava mais arrecadação para o município e não somente a transferência de matéria prima in natura.²²

Total não fica no município porque muitas vezes a gente tira o produto dali da unidade e manda para Tupã simplesmente como uma transferência, mas na maioria os impostos ficam no município, o produto que é transferido para Tupã transferência não gera impostos vai gerar quando vende o produto com certeza as outras empresas fazem muita transferência. (entrevista XVII).

As empresas admitem que as transferências gerem menos arrecadação para o município local, pois o produto sai da sua origem para a matriz das empresas que estão localizadas em outros municípios.

O produtor que vai guiar a nota se ela vai para Tupã, se vai para Eugenio de Castro, ou para Ijuí, o que vale é a origem do produto, então nós não temos, infelizmente, uma indústria que absorva essa produção nossa, então toda ela é comercializada e vai para a indústria da região (entrevista XX).

O questionamento é o seguinte: com toda essa produção que poderia agregar mais valor em uma possível industrialização, o município somente assume o papel de produtor em

²¹ Imposto sobre Circulação de Mercadoria.

²² In natura produtos em seu estado natural sem processamento industrial

grande escala regional e meramente repassador dessa matéria-prima para as empresas da região fazer o processamento.

Outra questão levantada pelos entrevistados são os desvios na arrecadação da produção para outros municípios, a falta de fidelidade, principalmente quando os produtores tem suas lavouras ou suas áreas de produção na divisa de outros municípios. Não existe uma fiscalização adequada para que este produto passe pela arrecadação do município de origem.

Se nós pegar o valor da soja bruto num valor se isso realmente girasse dentro do município isso seria uma coisa agora realmente tu vai pegar a base de recolhimento dessas empresas a grande maioria são de fora então esse dinheiro não circula ele pode ter uma passagem por conta da produção, mas os recursos não circula pelos cofres do município. Isso a gente tem debatido com o poder publico. Mas essas empresas facilitam para ter os blocos de fora não há uma fidelidade de o município dizer que o cara que planta a margens das divisas territoriais aquele bloco lá pode estar fugindo muita produção para outros municípios (entrevista XXI)

Segundo dados da prefeitura municipal, a arrecadação mensal do município (em 2014) ficaria em torno de pouco mais de R\$ 2.000.000,00 por mês, com uma receita totalmente comprometida com a folha de pagamento de funcionários efetivos e mais os cargos de comissão sempre acima da normalidade presentes nas administrações comprometendo as finanças dos municípios.

Mas a falta de recursos financeiros para atender as questões básicas, entre as quais a saúde (as unidades de atendimento dentro dos assentamentos, neste primeiro ano de gestão, foram fechadas, começando a funcionar depois de uma ano e meio desta administração) e a educação, que não tem um orçamento definido (têm uma coordenação que substituiu a função de secretaria e também com sérias dificuldades para administrar as escolas com um transporte escolar com 1500 quilômetros por dia com estradas em precárias condições). A Secretaria de obras com mais de três mil quilômetros, porém a maior parte fica intransitável nos dias de chuva. Por outro lado, as autoridades da administração atual não tendo outras alternativas esperam na soja a única fonte de arrecadação e geração de renda para município.

A soja hoje é o principal produto da nossa produção do município. É 100% agrícola e também além da soja nós temos outros produtos, mas a soja hoje é disparada na frente o produto mais produzido no nosso município, hoje, segundo estatística, nós estamos em 5º lugar no estado. É um produto que o pessoal assimilou muito, a soja, hoje, no momento, ela está muito estável, os preços favorecem a plantação dela também então hoje a soja está em alta no nosso município é o maior produto, a maior produção e eu acredito que ainda vai um longo tempo, que a política da soja está bom para o produtor, então o que faz com que hoje nosso município baseado a praticamente a produção da soja (entrevista XX).

As questões climáticas influenciam na produção de grãos no município. As safras recordes, principalmente da soja, dependem muito do clima, pois é uma produção de riscos. A estiagem fragiliza a economia do município, em virtude da dependência geral da soja.

Estamos basicamente dependentes da soja, isso é um problema para o município principalmente na diversidade da matriz produtiva, porque estamos sujeitos as intempéries como tivemos anos ai que na verdade, praticamente não se colheu nada, chegamos a 10 sacas, em média, por hectares, isso para o município é um prejuízo, na arrecadação. (entrevista, XVIII).

Mas, mesmo que esta produção tenha excelentes rendimentos, financeiramente somente esta monocultura não resolve a questão econômica do município, se fosse verdadeiro que pudesse resolver este município com toda esta produção da soja, estaria bem economicamente, atendendo todas as demandas nas áreas sociais, com uma atenção básica de qualidade. Mas ao contrário, está sempre com dificuldades financeiras, na dependência de projetos externos de outras instituições, estadual e federal e as vezes sem condições de acessar futuros investimentos.

E toda essa extensão produzindo soja dizer que o município hoje é um município quebrado, não tem condições de investir na saúde, não tem condições de fazer a manutenção da estrada, porque a arrecadação do município é muito baixa, então se soja fizesse milagre, o município de Joia seria um município um dos mais ricos da região (entrevista XII).

Quando constatamos, em algumas entrevistas, que a soja é o carro chefe do município, podemos perceber a contradição, pois esta produção não se transforma em arrecadação, pois a economia do município está muito aquém da quantidade de área plantada e isto não reverte em riqueza real para o município, pois suas finanças estão com muitas dificuldades.

Hoje nós estamos com uma dificuldade muito grande de programar ações da agricultura e outras ações de governo, de políticas públicas pelo engessamento que existe no orçamento do nosso município, porque é uma folha de pagamento levando 50% do orçamento do município, nós temos uma despesa muito grande com saúde e muito grande com transporte escolar, então são despesas necessárias, mas que o município tem que investir. Nós investimos 34% na educação e 18 % na saúde e ainda não conseguimos dar aquele atendimento condizente com que a população merece, então com esses investimentos nos deixa poucos recursos para poder investir (entrevista XX).

A administração atual lamenta a dificuldade que o município está passando, de acessar recursos do próprio governo federal. Uma das causas é o engessamento do quadro de funcionários e outros cargos da administração pública, que é uma herança ainda do passado, mas continua sem perspectiva na administração atual, com pouca capacidade de investimento.

Então a soja é aquela coisa utópica, tu tens aquele volume, tem aquela produção, tem aquele dinheiro, lá no final não sobra quase nada e o município também está nessa mesma situação. Assim, ele não enxerga todo esse montante de dinheiro circulando dentro do nosso município. Se não seria um riqueza enorme (entrevista XXI).

Existe uma grande área plantada da soja, existem boas safras, com alta produção, mas não existe arrecadação. Esta é a grande contradição analisada no município que perde com a evasão do produto, que não é beneficiado no local.

No debate com os entrevistados, um deles calculou uma previsão, baseado em dados técnicos da produção da soja no município de Joia, partindo da realidade da área plantada na safra 2013/2014, veja o que ele concluiu:

Se nós fizermos uma análise: pegar 40 sacos por hectares, em 80 mil hectares cultivados de soja, no caso, nós teríamos três milhões e duzentas mil sacas produzidas. Ao preço de hoje, que está no mercado, que gira em torno de R\$ 65,00 a saca, isso aí são R\$ 208.000.000,00. É um recurso razoável, o que de fato retorna gira e permanece, e traz uma fonte de riqueza dentro do município? (entrevista XXI).

Porém, para conseguir esta produção há um custo significativo por hectares, desde a preparação, sementes, insumos, plantio, algumas lavoura mais, outras um pouco menos, dependendo da tecnologia empregada.

Um custo médio, vamos fazer isso aqui, em torno de R\$ 1.000,00 por hectares, daria R\$ 80.000.000,00 destes, o que girou no comercio local, quanto foi comprado de insumos, quanto foi comprado de maquinas, quanto foi comprado de peças infelizmente, também isso aqui não é numero que gira dentro do município, o nosso comercio também não tem isso (entrevista XXI).

Depois de analisarmos os impactos econômicos da soja no município, que estão influenciando principalmente na arrecadação, podemos avançar e ver quais são os impactos ambientais que estão afetando os recursos naturais existentes, começando pelo Assentamento Rondinha. Houve alguns depoimentos de plantadores de soja com relação à questão dos impactos ambientais que a soja está causando ao meio ambiente principalmente com o envenenamento.

Existe alguma coisa que vem se notando, já que a soja pode causar sim é a resistencia de alguns inços, alguns matos, que hoje já tem, muito inços difícil de controlar, hoje, automaticamente, a soja passa, daqui mais uns tempo, há ser inviável pelo auto custo de produção, vai começar aparecer ervas daninhas vai começar aparecer insetos (entrevistas XIX).

A resistência que algumas ervas daninhas apresenta ao glifosato já é fato comprovado em muitas lavouras no município e nos assentamentos, o mesmo está acontecendo no combate a outras pragas que precisam de várias aplicações, cada vez com dosagem maior.

A primeira coisa que a soja vai terminar é com a terra, a segunda coisa, ela não vai conseguir absorver tanto veneno que nós vamos largar e nós temos se envenenando, digo e as futuras gerações. Qual é o impacto que a soja vai ver, a média do Brasil é 7 litros de veneno por habitante, este ano nos vamos chegar a 10 litros. Nos anos anteriores nos fazia com dois tratamentos este ano vai ser cinco tratamentos, cada ano está aumentando a quantidade de veneno (entrevista XI).

A soja é uma monocultura com produção anual, mas em muitos casos mencionados nas entrevistas, não é feita rotação de cultura no inverno, para recuperar o solo, há um desgaste com perdas de nutrientes que precisam ser recuperados, e que a soja não repõe.

Ainda com relação aos impactos ambientais, outra agressão à natureza mencionada na pesquisa de campo, com algumas ocorrências nos assentamentos e outras no município, refere-se à drenagem de banhados, abrindo mais espaço para as áreas de produção, principalmente da soja.

Primeiro impacto é ambiental porque onde tem produção de soja a gente olha ao redor não existe mais banhado nenhum, e aonde que anoitece um banhado, amanhece sem banhado, tudo *envaletado*, capoeira que se vão tudo para baixo da terra, destruição da natureza, das nascentes de água, e além de junto a isso, o uso indiscriminado de produtos químicos (entrevista XII).

A prática de drenagem de banhados tem ocorrido nos últimos anos, no município, em vários momentos das entrevistas elas foram mencionadas, até mesmo pelas instituições públicas locais.

Na data dessa fomos jogar futebol, essa pessoa que fez essa corrida para nós disse que só ele ajudou a drenar 800 hectares de banhado em uma fazenda aqui, então ele disse assim: olha o aquecimento, as estiagem aqui nessa região, são frutos de 800 hectares de banhado de uma fazenda que eu drenei, então você imagina quantos mil hectares de banhados foram drenados aqui na Joia, nós enchemos a boca para dizer que somos a terra das nascentes. Qual a nascente que estamos preservando aqui na Jóia? Qual é a nascente que esse progresso da soja preservou? (entrevista XIII).

Segundo representantes da Secretaria Municipal de Jóia esta questão da agressão ao meio ambiente já vem acontecendo desde os anos 1980 com desmatamento, drenagem e abertura de novas lavouras onde tem áreas de preservação permanentes (APPs) que deveriam estar sendo preservadas, estão sendo destruída. Precisamos preservar a terra das nascentes.

Na realidade, o impacto ambiental vem crescendo desde os anos 80, teve um crescimento na produtividade da soja e houve um grande desmatamento em função das aberturas de lavouras, ela diminuiu bastante, principalmente, na beira dos rios nossos banhados a gente tinha muitos olho d'água, muita vertente de água, hoje você não consegue encontrar mais, algumas dessas vertentes em virtude desses banhados serem drenados (entrevista XIX).

Entre os agrotóxicos mais usados está o glifosato, usado para controle das ervas daninhas nas lavouras da soja transgênicas. Mas existem algumas ervas daninha que se tornaram resistentes ao glifosato, entre elas está a buva e alguns tipos de gramíneas (figura 27). Nas lavouras no município podemos constatar que as buvas, mesmo com várias aplicações de glifosato, continuaram resistentes.



Figura 27 - Produção da soja no município 2012/2013. Lavoura ervas daninhas resistentes ao glifosato.

Fonte: Foto 8X10 cm acervo do autor.

Uma das práticas usadas para controlar as ervas daninhas que se tornaram resistentes ao glifosato é o denominado componente do agente laranja, 2.4.D que a legislação proíbe,

mas que continua sendo usado independente das consequências que pode causar à natureza e à saúde humana. As entrevistas foram uma forma de alerta, de denúncias, inclusive dentro dos assentamentos.

No combate à buva, que é uma praga que ninguém consegue mais controlar, há um descontrolado uso de 2.4. D, que é um produto que teoricamente deveria ser proibido, que é proibido, mas todo mundo compra em qualquer bodega aqui de Jória e todo mundo usa, quem produz soja. Essa porcaria é usada de forma indiscriminada duas, três, quatro aplicações, que fazem, além de outros produtos, que toda semana usado na produção da soja (entrevista XII).

Esta denuncia aparece em várias entrevistas e permite perceber que não há uma fiscalização rigorosa no município e região, por parte das autoridades que cuidam desta questão ambiental para averiguar o que está acontecendo.

O que está detonando nossa saúde é um veneno proibido, mas se tu pegar aqui os granjeiros, que plantam, eles estão usando 2 4 D prejudica a própria saúde, quando o vento traz prejudica até para respiração do cara (entrevistas XIV).

As pequenas lavouras próximas as grandes propriedades estão sendo prejudicadas devido ao uso irregular dos agrotóxicos, causando sérios problemas de contaminação ao meio ambiente e destruindo com as pequenas plantações.

Hoje o 2 4 D são para uso restrito, e foi um agrotóxico muito tempo usado pelo produtor de forma incorreta, o uso indevido dele foi bastante usado, ele tem uma alta toxicidade, o controle dele está acontecendo na venda desse produto, infelizmente ainda a população usa esse agrotóxico para fazer a dessecagem (entrevistas XIX)

Aqui o entrevistado afirma que existe certo controle deste produto na venda do comercio, mas sua aplicação por parte do produtor não tem controle, pois o mesmo está usando sem medir as consequências, advindas das complicações que podem surgir. Estes depoimentos estão alertando para uso nas lavouras deste componente químico que está causando sérios prejuízos nas unidades de produção dos vizinhos assentados, que não aplicam agrotóxicos, prejudicando com a contaminação das pessoas, dos animais e das plantas. O vento leva os agrotóxicos para além da lavoura onde é aplicado, causando danos em uma grande área.

Hoje a questão da soja é uma maldição, a quantia de químicos que se usa na produção da soja é um impacto. O ano passado tinha umas parreiras aqui com cachinhos tinha feito tratamento, em uma semana não tinha mais nada então usando 2 4 D vamos ser sincero. Lutei para consegui outras sementes em uma semana morreu tudo. Outra questão é as abelhas, você não cria mais, cheguei a ter colmeias

boas, quase 20 caixas, por causa dos inseticidas e outras coisas não têm mais. Sabemos muito bem que não vai haver agricultura sem abelhas (entrevista V).

Ainda com relação aos impactos que a produção da soja causa pode dizer que as desigualdades sociais determinadas pelo poder aquisitivo de quem tem mais acesso aos meios de produção, planta mais área, com maiores condições de financiamento, diferente de quem tem uma pequena unidade de produção familiar até mesmo o tratamento nos bancos são diferenciados. As políticas públicas são diferenciadas, enquanto os governos investem no agronegócio, a pequena unidade de produção familiar perece por falta de incentivos.

Para os participantes do agronegócio, através do Ministério da agricultura e Pecuária (MAPA²³) e os valores liberados para a agricultura familiar, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA²⁴), na safra 2012-2013, verificou-se que a estes foram destinados apenas 15% do total dos créditos disponíveis. Enquanto o MAPA destinou R\$ 115,25 bilhões para o agronegócio, o MDA repassou R\$ 18,3 bilhões para toda a agricultura familiar camponesa e o governo ainda considera positivo este valor, pois é o maior já liberado para a agricultura familiar (SANTOS, 2013:p.17).

Entretanto, são nas pequenas propriedades onde vive a maioria da população rural e onde há a maior diversidade de produção e uma maior preservação da biodiversidade. Estes índices continuam inalterados nas mesmas proporções nos financiamentos da safra 2013/2014 como sendo uma política nacional do atual governo. Na safra 2014-2015 o governo anunciou 156 bilhões da moeda nacional, com ênfase maior ao agronegócio destes apenas 24 bilhões estão destinados para o conjunto da pequena unidade de produção Familiar

Então para futuro se imagina é que a tecnologia seja o diferencial, faça a diferença do produtor bem sucedido para o outro. Se imaginar que o País é voltada à sua atividade agrícola seja mais tecnificados ainda, vai fazer com que o produtor tem se preparar mais (entrevista XVI).

Para as autoridades municipais que cuidam da questão da produção agrícola, não há nada que se possa fazer contra a monocultura da soja. Ela ainda será predominante por muito tempo, pois a soja está consolidada, com áreas disponíveis com capacidade produtiva e uma estrutura de armazenamento e comercialização de caráter regional que atende a demanda de captação da matéria-prima disponível. Com relação à tecnologia aplicada espera-se que seja capaz de nortear o futuro agrícola. Mesmo assim, ainda pairam dúvidas em relação a algumas

²³ Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

²⁴ Ministério Desenvolvimento Agrário

mudanças que poderão ocorrer na matriz produtiva, na medida em que se agravam os impactos ambientais, econômicos e sociais da monocultura da soja.

Eu acho que é assim olha: existe uma grande possibilidade de diferenciar um pouco essa produção. Evidente que a soja não vai deixar de existir, ela vai existir até por questão de aptidão para produção das áreas tem que ter cultura mais extensivas aí a soja é uma das culturas que está aí, estabilizada, existe um comércio facilitado de tecnologia (entrevista XIX).

As configurações das paisagens estão mudando neste território. Antes da chegada dos primeiros assentamentos predominava neste espaço o campo nativo para pecuária extensiva, hoje este cenário mudou: predomina a monocultura da soja, como pode ser observado na (Figura 28).



Figura 28 - Predomínio da produção da soja no município de Jóiá.

Fonte: foto 8x11cm acervo do autor

Pode-se constatar que a monocultura da soja cobre a grande maioria do território do município. Como já citado neste trabalho, a grande propriedade resiste à diversificação da produção. Se analisarmos os avanços realizados, na agricultura de precisão podemos averiguar que existem também contradições que estão preocupando seriamente os plantadores da soja. Como o aparecimento, com maior intensidade, na região, da lagarta *helicoverpa armigera*, que provoca um prejuízo de aproximadamente cinco bilhões de reais, ao ano, em todo país. O inseto ataca principalmente a soja e o algodão, mas alcançaram, também, as pequenas lavouras de milho, feijão, tomate, abobora e moranga, entre outros. Atinge, no presente momento, mais de 60 países, com potencial de destruição de mais de 200 espécies de plantas, tornando-se praticamente incontrolável, devido ao seu poder de propagação e amplitude, atingindo diversos ciclos da planta, como pode ser observado na (Figura nº 29).



Figura 29 - Lagarta *helicoverpa armigera* atacando as plantas causando um enorme prejuízo.

Fonte: Guia da lagarta da soja tecnologia e produção soja milho 2011-2012 Embrapa Jaboticabal São Paulo Foto: Paulo Saram, Marcos Guimarães, Fabio Santos.

Com a proliferação das lagartas houve preocupação entre os produtores e as tentativas de combatê-las fez aumentar ainda mais as aplicações de agrotóxicos, que passou de duas aplicações mensais para cinco aplicações, aumentando as possibilidades de contaminação do meio ambiente, além de aumentar o custo das lavouras. Entre os inseticidas empregados esta o *clorfenapyr*, industrializado pela multinacional alemã Basf e o *indoxacarbe* industrializado pela Dupont, duas empresas transnacionais no ramo do agronegócio global.

Conforme Viegas Canal rural (março 2014) entrevistando Enio Sheroeder, vice-presidente da Cotrijal o mesmo afirma que a “lagarta helicoverpa armigera é uma praga que exige grandes desafios “nos prejuízos da produção da soja na região”. Este debate esteve presente em uma das maiores feiras do agronegócio do Brasil a Expodireto Cotrijal, que aconteceu em março deste ano no município de Não Me Toque e coloca em xeque o agronegócio brasileiro porque a mesma está presente em todas as regiões do Brasil”.

Na região as preocupações continuaram, pois mesmo com todos os procedimentos de combate, o inseto retornava causando prejuízos, mesmo no ciclo final da soja, atacando, inclusive, outras plantas. Porém, no município de Jóia, onde a confiabilidade na produção da soja é muito grande, se torna difícil crer que a lagarta helicoverpa poderá comprometer as próximas safras: Na entrevista a seguir o entrevistado menciona algumas propriedades onde é desenvolvido em grande escala a produção da soja no município.

As grandes propriedades que chegam a plantar até dois mil, três mil, ai talvez chegando a quatro mil hectares da soja, dentro do nosso município, são famílias que se estabeleceram também em nosso município há mais tempo. Não eram pessoas nativas aqui do município, mas que vieram de outras regiões se estabelecendo ai e hoje com áreas de grande extensão foram comprando, adquirindo de outras famílias, foram agregando essas áreas e hoje nós temos dois ou três casos ai que plantam em torno de três, quatro, talvez até cinco mil hectares de soja (entrevista XVII).

Tem ainda grandes proprietários no município, dentro de uma grande extensão de terra, dividida em vários estabelecimentos, como é o caso da fazenda Guabijú, da “família Mascarenhas”, e o caso da fazenda Tarumã, da “família Terra”, entre outras fazendas no município.

Olhamos acima de 1000 hectares, nós temos poucas propriedades, tem propriedades em torno de 6000 hectares, as maiores. Já tivemos propriedades acima de 10.000 hectares, há pouco tempo que era do Marcial Terra, onde tem os assentamentos (entrevista XVIII).

Os Assentamentos Rondinha, Ceres, Barroca e Tarumã, ambos no município de Jóia, têm suas origens históricas no período das grandes fazendas nas propriedades da “Família

Terra,” que também eram grandes proprietários nos vizinhos municípios de Tupanciretã e Cruz Alta. Mais tarde, parte destas terras era da Empresa de Aviação Aérea Rio-grandense (VARIG), que foram palcos de muitas lutas e finalmente conquistadas, e adquiridas pelo governo Federal onde hoje são prósperos assentamentos.



Figura 30 - Lavoura de soja no assentamento pronta para colheita.

Fonte: Fotografia 12x11cm acervo do autor

Com impactos na saúde, devido ao acentuado emprego de agrotóxicos nos assentamentos, e no conjunto do município, além de termos mencionado que os recursos são insuficientes para atender a demanda. *Na questão da saúde temos perdendo programa que nós tínhamos antes pelas dificuldades econômicas que o município está vivendo (entrevista IV).*

Em relação ao assentamento, hoje nós estamos praticamente sem saúde, posso dizer no município de Jóia. Se tiver um morrendo, tem que adiar para morrer,

nunca se conseguiu encaminhar um exame. Minha mulher fez cirurgia nos dois pés, tem muita dor, não conseguimos, é tudo particular. Jóia dá para dar um zero na saúde (entrevista XIV)

As reclamações com relação à saúde no município estão sendo constantes, nestes últimos dois anos, principalmente as famílias mais distantes da unidade principal de atendimento, entre os quais estão os assentamentos. Como afirma um dos entrevistados, as famílias buscam alternativas, pois *“cada família hoje tem um pé de chá plantado no canto da horta, tem uma horta produz de forma difícil por causa dos abusivos ao redor de venenos (entrevista XIII)*

Precisamos organizar uma proteção natural para manter o chá caseiro na horta perto de casa, está ficando cada vez mais difícil, pois a contaminação dos agrotóxicos, em alguns locais, se torna inevitável.

Hoje a gente vê, nós temos pessoas que comentam até hoje elas não podem sentir o cheiro do produto, que na verdade é intoxicação, elas foram intoxicadas e as pessoas tem problema para o resto da vida, isto nós temos, a gente nota (entrevistas XVII).

As intoxicações são inevitáveis para quem está exposto nas atividades de aplicação de agrotóxicos, mesmo usando todos os equipamentos necessários. O organismo humano é muito vulnerável, mais cedo ou mais tarde alguns sintomas vão aparecer.

Tínhamos que pensar dentro dos assentamentos uma forma de diminuir esse uso de agrotóxico e ter uma alimentação mais saudável. Eu acredito que a Emater que trabalha com nós poderiam contribuir nisso (entrevista VII)

Podemos imaginar que o solo recebe uma dosagem de agrotóxico muito elevada, desde a preparação da terra para semeadura, começa dissecar, depois no controle das ervas daninhas são várias aplicações. Sobretudo naquelas ervas daninhas já resistentes ao glifosato. Para o controle das pragas que atacam as plantas se repetem novamente, com várias aplicações, quando chega à fase final de maturação, novamente, se aplica a dosagem final para adiantar a colheita. Percebeu-se, frequentemente, na última safra (2013-2014) este expediente em muitas lavouras da soja.

O próprio milho hoje os caras usam produtos até para dessecar o milho, não seca mais ao natural, tem que matar. **O trigo também** os caras plantam cuidam para nascer e controlam depois na etapa final para poder antecipar a colheita, colocam secante (entrevista XIX).

Os próprios técnicos da Secretaria da Agricultura do município afirmam que é muito difícil nesse estágio querer mudar a cultura agrícola, hoje predominante, tanto nos pequenos, quanto nos médios e grandes produtores. Eles tentam justificar que a monocultura é uma estratégia regional, baseada no uso dos agrotóxicos.

Em relação ainda os agrotóxicos hoje mudar a mentalidade não é fácil, vem surgindo pragas novas e os produtos vêm junto com elas, então há as indústrias e todo um comércio em função disso. É toda uma pressão que vem vindo atrás (entrevista XVII).

Analisando o desenvolvimento da pesquisa, os assentados (as) também estão preocupados com as perspectivas de futuro dos assentamentos, caso persista esta realidade da monocultura da soja e o alto emprego, sem controle, dos agrotóxicos. Segundo o entrevistado III, *os próprios dirigentes nosso tem um discurso do agronegócio*. Outra questão está relacionada à fragilidade que é a organicidade interna dos assentamentos, que está passando por uma profunda crise organizacional, pois em alguns locais há muito descrédito entre as famílias assentadas. Há muitas promessas não cumpridas, tanto por parte dos governos, quanto pela ilegitimidade das lideranças internas dos assentamentos. *“Nos nunca estivemos tão fragilizados, tão no chão, que nem esses últimos dois anos, até comentava estes dias, nós nunca falhamos em uma organização do movimento”* (entrevista XI).

A organização popular também tem seus momentos de retrocessos, pois convive diretamente com as contradições existentes na sociedade, que em alguns momentos avança, em outros recua. *“Esteve melhor do que está hoje, a questão da organicidade no assentamento, hoje está bastante desleixado, o pessoal se acomodou demais, não estão muito interessados, a gente vê bastante falha nesta parte da organização interna”* (entrevista I).

Os assentamentos são espaços onde existe disputa interna e muitos casos influenciados por agentes externos, como é comum existirem em outros lugares, outros territórios. Em certas ocasiões estas crises internas ajudam a chamar a atenção e a definir com mais maturidade os rumos e os próximos objetivos.

Houve época quando governo era nosso inimigo, que a nossa organização era melhor, não vou dizer que o governo hoje não seja nosso inimigo, porque deixa muito a desejar, com o passar do tempo, o assentamento veio assim em certa decadência, né, vamos ser bem sincero (entrevista V).

Existe uma frustração por parte dos assentados (as) em relação à ação dos governos, tanto estadual quanto federal, havia certa expectativa que alguma coisa fosse mudar a situação, mas o que realmente está acontecendo é um descontentamento geral devido algumas

promessas que não estão sendo concretizadas, entre elas estão à continuidade de assentamentos com a retomada das desapropriações no Estado e no País. Com relação aos assentamentos, não se tem ainda uma política agrícola alternativa que pudesse proporcionar maior inclusão entre as famílias. Os projetos que existem estão engessados, o crédito, associado ao pacote tecnológico está orientado para a reprodução do agronegócio. Não serve para a unidade de produção camponesa.

4.7 As alternativas de produção para contrapor a monocultura da soja

As alternativas de produção nos assentamentos, que podem constituir-se possibilidades de resistência à expansão da soja, que atinge hoje os índices entre 70% a 80% das áreas nos assentamentos, estão sendo estudadas. Entre as alternativas de produção encontradas neste trabalho de pesquisa está uma diversidade de atividades produtivas que fortalecem a resistência e a permanência dos assentados em suas unidades de produção camponesa. Estas alternativas ajudam a pensar o futuro das gerações, com garantia da preservação da vida entre os seres humanos e a natureza.

Encontramos entre os assentados aqueles que trabalham com foco principal na matriz leiteira. Abandonaram a produção da soja e se dedicaram ao leite por ter uma garantia de renda mensal, com animais de boa qualidade, com piquetes rotativos e pastagens permanentes, tendo cuidado com a conservação do solo com intensa dedicação a atividade.

Hoje nós estamos com uma ideia mais fixada na produção de leite, achamos que o leite é uma produção para pequena propriedade, o que mais dá retorno. Mesmo com muitas dificuldades, não é coisa tão fácil, mas como produção no lote hoje o leite seria fator principal. O milho, principalmente, é uma questão de transformação para a questão do leite e a soja está praticamente descartada neste momento (entrevista II).

Outra linha de produção consiste nos hortigranjeiros, com uma diversidade de produtos entre os quais a alface, a cebola, o tomate, o morango, a mandioca, a batata, a moranga, a abobora, a cebolinha, a cenoura, a beterraba, entre outros. A comercialização ocorre nas feiras da cidade, uma vez por semana. Parte da produção também se destina ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNE²⁵), para a escola local.

Surgiu a oportunidade de nós lidarmos com hortigranjeiros, então, hoje, estamos mais na linha de horta. Plantar essas miudezas tem uma demanda grande, essa

²⁵ Programa Nacional de Merenda Escolar

questão de produção de alimentos hoje, porque na região é muita a monocultura da soja (entrevista I).

A produção de hortigranjeiros desenvolve uma produção diversificada, pois são muitas as variedades que são produzidas em uma pequena área, aproveitando melhor a força de trabalho familiar.

Os hortigranjeiros, hoje, nós temos mais melão, beterraba e cenoura, fruta na verdade hoje nós entregamos pêssego, mas temos agora com melão, estamos entregando na feira melão, mandioca, batata-doce, moranga, abobora. É uma diversificação isso, nós chegamos, na época, agora em março nós intercalamos tudo, ai tem alface, rúcula, couve, brócolis, outros (entrevista XIV).

As unidades de produção mantêm uma relação orgânica na produção de alimentos saudáveis e na produção de sementes, mas tem dificuldades de acessar as políticas públicas, entre as quais o crédito oficial, pois há muitas limitações e exigências burocráticas (Figura 31)

Tenho muitas coisas com experiências com sementes, tinha quase quarenta variedades de sementes de feijão. O governo e a (FAO²⁶) estão dizendo que vai faltar alimentos em pouco tempo, mas financiam para produzir a soja e tem seguro. Para produzir feijão, mandioca, batata, não financiam, nem tem seguro. (entrevista V).

²⁶ Organização das Nações Unidas Para Alimentação.



Figura 31 - Foto: Amostra da cultura camponesa com alguns utensílios e produtos que diversifica a produção, apresentada na feira municipal de Joia, em maio de 2014.

Fonte: Foto 8x11cm acervo do autor.

No Assentamento Rondinha existe uma associação denominada Mãe Terra, formada por um grupo de mulheres que, no início, se reuniam para o lazer, mas nestes encontros começaram a discutir no coletivo o que elas poderiam fazer que pudesse ser alternativa na produção. Hoje, trabalham em quatro atividades, distribuídas em grupos. Inicialmente, foram as protagonistas, começaram a lidar com alguns fitoterápicos e com manipulações de ervas medicinais com essas iniciativas está tendo um reconhecimento na comunidade.

A gente faz fitoterápicos daquelas plantas que já foram liberadas pela Anvisa. Os fitoterápicos as famílias estão usando bastante, a gente vende os remédio bem baratinho a gente só tira mesmo é o custo e o povo acha que às vezes nem precisa ir lá na farmácia comprar os remédios, uns xaropes e melhora (entrevista X).

A associação avançou e um grupo das mulheres começou a trabalhar com artesanato, de diversas maneiras, diversos modelos, com isso foi adicionado nestas atividades mais renda. Mas o que mais conseguiu absorver força de trabalho do coletivo foi as atividades da padaria, que começaram a fazer pães, cucas, bolos, bolachas e todos os tipos de massa caseira e começaram a vender na comunidade e na região. (Figura 32).



Figura 32 - Produtos da padaria do Coletivo Mãe Terra.

Fonte: Foto 8x11cm acervo do autor.

Entre os produtos produzidos na padaria está uma variedade de pães, cucas, bolachas, bolos, massas caseiras, entre outros, todos comercializados na feira do município e região e também fornecem para o programa da merenda escolar.

Temos organizado uma padaria e vendemos para merenda escolar, temos indo nas feiras, está sendo bem melhor para se reunir, trocar presente nos aniversários, agora a gente vem ai todo dia trabalhar para a merenda escolar, está bem bom. O coletivo é dividido em setores, temos quatro setores que seria um setor de produção da padaria, os fitoterápicos, os artesanatos e as conservas. Também cada uma trabalha naquele setor que acha melhor, que tem mais disponibilidade para trabalhar (entrevista X).

Hoje, comercializam sua produção na comunidade local, nos eventos festivos, na feira municipal que acontece uma vez por semana (Figura 33) e nas feiras regionais em outros municípios. Os produtos são comercializados para o Programa de Alimentação Escolar na Escola Estadual Joceli Correa, localizada no assentamento Rondinha. Estão agora com um projeto de ampliação de sua estrutura para ter a sede própria e aquisição de novos equipamentos aumentará as condições de produção da agroindústria.

A venda é só no município, estivemos em contato com merenda escolar, mas aqui interno a gente tem boas vendas no município, na cidade. A gente vai às casas é bem recebido, nas feiras, entre outros. Estamos ali com projeto para financiar os quatro funções que seria a padaria, o artesanato, os fitoterápicos e as conservas (entrevista X).



Figura 33 - Produção dos assentamentos e da agricultura familiar sendo comercializados na Expo-Joia.

Fonte: Fotografia 8x11 cm acervo do autor 2014.

Na busca de alternativas produtivas, as agroindústrias agregam mais valor à cadeia produtiva, com o beneficiamento dos produtos que são produzidos nos assentamentos, tentando viabilizar a unidade de produção das famílias assentadas e colocar um produto de qualidade aos consumidores, seja na venda direta, nas feiras, ou nos mercados.

Nesta visão de produção de alimentos a gente começou com uma feira, há um ano, na cidade, vendendo os produtos que a gente produz aqui na terra. Então, na feira a questão da mandioca, outros produtos como abobora, melão, então agora tentando dar um passo para frente que é nessa linha da produção da mandioca para tentar industrializar. Estamos montando uma pequena agroindústria para fazer um processo de descasca da mandioca para vender também nos mercados da região. Nossa produção é sempre voltada à produção da alimentação (entrevista XII).

Existe entre os assentados que tentam resistir o interesse de produzir outros produtos que não seja a soja. Os mesmos têm uma confiança e certeza, do que estão planejando e fazendo acontecer o novo em suas unidades de produção. No começo a produção de mandioca estava restrita a meio hectare, depois aumentou para um hectare, em 2014 perfaz três hectares de mandioca, em um lote, em parceria com mais dois produtores que aderiram a iniciativa e estão fazendo parte do grupo. Esta iniciativa insere-se na busca de alternativas que se somam às estratégias para permanência no campo.



Figura 34 - Destaca a produção de mandioca e batata da agroindústria familiar do assentamento Simon Bolívar sendo comercializada na Expo-Joia.

Fonte: Fotografia 9x11cm acervo do autor. 2014

Com certeza é uma alternativa para contrapor esse modelo que está aí. Se a gente olhar aqui, nós estamos em um canto do assentamento em três lotes, se olharmos a produção da soja é dos dois lados que visualizar e grande quantidade de produção da soja. É uma alternativa, é uma obrigação política nossa, retribuir o apoio da sociedade trazendo nossa produção e produzir alimentos (entrevista XII).

Na produção leiteira, como alternativa, existem vários produtores que produzem o leite na sua unidade de produção e depois vendem direto para os grandes laticínios que o

industrializam e revendem no mercado. Mas existe entre os assentados uma experiência que é a industrialização do leite produzido na própria unidade de produção, assim consegue-se agregar valor aos produtos que a unidade mesmo produz, complementando as experiências das agroindústrias, de toda cadeia produtiva: produção, industrialização e comercialização, realizada pelos próprios assentados (as), no interior de suas unidades familiares (Figura 35).



Figura 35 - Produtos de agroindústria Vassoler Assentamento Simon Bolívar, comercializado na Expo-Jóia.

Fonte: Fotografia 8x11cm acervo do autor maio, 2014.

Estamos produzindo o queijo de um tipo colonial, que é o mais consumido aqui no município. A gente está pasteurizando o leite e produzindo a bebida láctea e também estamos produzindo um pouco de doce de leite e alguma coisa de queijo minas frescal, o que é uma novidade na feira para os consumidores (entrevista XIII)

Além da comercialização na feira do município, juntos com os demais produtores, estão se inserindo no Programa Aquisição de Alimentos (PAA²⁷) e no Programa Nacional de

²⁷ Programa de Aquisição de Alimentos

Alimentação Escolar (PNAE²⁸), este último já com vendas diretas nas escolas, e estão também abrindo mercado para os produtos em outros municípios da região. Entre os produtos produzidos por esta agroindústria familiar estão os queijos de várias qualidades, doces de leite, iogurtes entre outros, todos comercializados nas feiras do município e região, além de fornecer para merenda escolar (Figura 35).

Então todo mundo dizia, que Joia não tinha essa característica de feira, as pessoas não têm o hábito de ir à feira, tem muita oferta de casa em casa e muitas pessoas diziam: olha isto é difícil de construir, hoje nós estamos com um processo que eu diria consolidado. Na região é Ijuí, Tupanciretã, Eugenio de Castro, onde a gente também vende, mas nesses mercados para fora de Jóia é muito mais a venda de queijo mesmo (entrevista XIII).

Nas três experiências de agroindústrias familiares, uma das questões mais debatida entre os assentados é a falta de uma política pública, sobretudo crédito. O crédito é insuficiente, engessado na burocracia, não atendendo a demanda das pequenas unidades e empresas familiares interessadas em produzir alimentos de qualidade. Todas estão começando com iniciativas próprias ou pequenos empréstimos de outras organizações, entre as quais a Caritas Regional aqui no assentamento Rondinha com pequenos empréstimos para o Coletivo das Mulheres.

Não tivemos acesso a nada, uma das coisas que tivemos acesso até hoje que está em andamento é o Projeto da padaria, a crédito dinheiro de banco não tivemos acesso a nada, o que nós fizemos até hoje, o que temos aqui foi com nosso suor. Um projeto da Caritas pegamos R\$ 7.000,00, devolvemos uma parte e pegamos mais dois pelo social, era isso aí que foi colocado a gente espera que melhora (entrevista X).

Este exemplo é a realidade do Coletivo Mãe Terra, no Assentamento Rondinha tudo o que foi conseguido até o presente momento decorreu do próprio esforço, do trabalho e dedicação de um grupo cooperado do interior do assentamento.

Para comprar alguns equipamentos para nossa agroindústria, parece que tu estás pedindo um favor para os agentes financeiros, para conseguir uma migalha, para tu montares uma estrutura. Ao contrário se tu fores produzir soja financiar cinco, ou seis hectares tu saí de lá com 15 ou 20 mil reais se for produção da soja (entrevista XII)

Nas políticas públicas disponíveis, entre elas o crédito destinado a financiamentos das pequenas agroindústrias ainda é muito burocratizado e insuficiente para atender um maior número de projetos.

²⁸ Programa Nacional de Alimentação Escolar

Sei a peregrinação que foi quando foi no processo de construir a minha agroindústria, até que eu não encontrei um avalista que fosse de fora do assentamento, com reais garantias, o banco não financiou, era coisa pouca para construir (entrevista XIII).

Os assentados do município sempre tiveram problemas, que foi interpretado em muitos casos como discriminação, principalmente no tratamento recebido na agencia do Banco do Brasil, no município vizinho de Augusto Pestana que atende os assentamentos de Joia. *No Banco do Brasil que tu vai lá chegou o granjeiro forte ali eles te passam na frente, não respeitam tua senha. Passam na frente quem planta 700 hectares de soja. Eles abandonam o pequeno, praticamente o cara sofre uma discriminação (entrevistas XIV).* Estas são, ainda, algumas dificuldades que continuam acontecendo, prejudicando os pequenos agricultores camponeses, principalmente os assentados (as).

A produção de ervas medicinal também é uma alternativa que está se desenvolvendo no assentamento Rondinha, com um grupo de famílias assentadas, em uma área livre de qualquer resíduo de agrotóxico. Além das famílias envolvidas, tem o acompanhamento de uma equipe técnica coordenada pela (UNIJUÍ²⁹). As perspectivas para o futuro são satisfatórias: de, até junto com governo federal, atender as demandas com fornecimento de matéria prima para a indústria que atende a rede publica de saúde e o excedente tem uma demanda garantida para exportação. É uma experiência ainda pequena, mas que poderá ser uma referencia de produção no futuro veja (figura nº 36).

²⁹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.



Figura 36 - Horto medicinal com plantas de boa qualidade (cidreira) no assentamento Rondinha.

Fonte: Fotografia 7x9 cm Pesquisa de campo.

Exatamente este é o ponto ideal porque os Europeus estão vindos aqui buscar as plantas, só vamos achar outra saída se organizar com governo de comercializar este produto, introduzir dentro de uma política para isto, é uma alternativa para a pequena propriedade com pouca terra, consegue viver muito bem, melhor que plantar soja e ou tirar leite (entrevistas III).

Esta é uma alternativa de renda que está estimulando um grupo de famílias aqui do assentamento Rondinha, a produção de ervas medicinais livre de agrotóxicos, com isso estão contribuindo com a saúde pública fornecendo essências naturais e dando exemplo de preservação e cuidado com a natureza.

Para atender a demandas dos assentamentos foi criada a Cooperativa Regional dos assentados a “Coopercampo” suas principais atividades estão voltadas para prestação de serviço e de industrialização e comercialização direta de produtos agrícolas, entre eles o feijão e arroz. Hoje com 150 associados tem suas atividades voltadas diretamente para os assentamentos. A comercialização direta com entregas de produção nas Prefeituras de Caxias do Sul, Canoas e Cachoeira do Sul, além da entrega no PAA e PNAE.

Também a cooperativa está integrando junto com MPA³⁰ e MAB fazendo parte da entrega de 200 cestas de alimentação para os Metalúrgicos da região Norte do estado às entregas estão vai ser feitas nos próximos dias no município de Passo Fundo e posteriormente no município de Santa Rosa existe demanda para um contrato no próximo ano de 1600 cestas de alimentação somente para a categoria de trabalhadores dos metalúrgicos no estado.

Para Prestação de serviços a Cooperativa tem patrulha de maquinas de três tratores, duas maquinas de fazer silagem, dois caminhões, e uma maquina de colher feijão. A diretoria da cooperativa é composta por assentados (as) para bacía leiteira a cooperativa distribuiu 80 resfriadores a granel para armazenamento do leite e mais recuperação de solo com adubo orgânico para dois hectares por familias atingindo os 150 associados. Todas essas infraestruturas foram adquiridas junto ao governo do estado através do em Convênio com o BNDES³¹ do governo federal financiado em longo prazo. (Figura 37).



Figura 37 - Maquinas fazendo prestação de serviços silagens de milho.

Fonte: Fotografia 7x9cm acervo da Cooperativa Regional 2014.

³⁰ Movimento dos Pequenos Agricultores

³¹ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

4.8 Assistências Técnica e Instituições Públicas nos assentamentos

A responsabilidade pela assistência técnica nos assentamentos do município resulta de um convênio entre a (EMATER)³² e o (INCRA). Esta relação de técnicos e assentados, em muitos momentos, é conflituosa. Existem casos de rejeição da equipe técnica, desde o planejamento das tarefas, que se estendem do acompanhamento do trabalho de campo, ao cumprimento das metas estabelecidas, junto com os assentados. Os mesmo reclamam que o trabalho não responde a todas as demandas dos assentamentos e se reduz a poucas visitas e a levantamentos de dados a elaboração de relatórios, que a contratante exige.

Eu acho que a dificuldade do programa que o INCRA contrata a assistência técnica dos assentamentos um programa muito engessado, o técnico que vai atender 100 famílias precisa fazer tantas visitas durante um mês, depois tem que fazer tantos relatórios, mas assistência técnicas para famílias é muito limitado, então tu consegue uma visita com muita dificuldade (entrevista XII).

O que os assentados gostariam é que o técnico tivesse disponibilidade para fazer um atendimento de qualidade nas suas unidades de produção. *O tipo de assistência técnica que a Emater faz aqui no assentamento para mim não serve, não consigo me encaixar dentro deste programa de assistência técnica (entrevista XI).* Entre os assentados existe uma grande dificuldade na concepção de trabalho em equipe. Há uma preferência ao trabalho personalizado, individualizado e aí as equipes que são reduzidas, não conseguindo acompanhar todas as unidades familiares.

Mas com assistência técnica lá na lavoura, junto para acompanhar que realmente as coisas aconteçam, não existe um projeto, não existe um grupo de técnicos que conseguem sentar com os colonos e discutir um projeto, não existe nada, acho que está quase estaca zero (entrevista II)

A assistência técnica insere-se em um programa nacional, coordenado pelo INCRA e executado pelas Prestadoras de serviço no caso de Joia é a Emater. No caso do Rio Grande do Sul, são três as prestadoras: a COPTEC³³, que é uma cooperativa de técnicos gestada pelo MST, a EMATER, autarquia ligada ao governo do estado do Rio Grande do Sul e o CETAP, uma ONGs com sede em Passo Fundo. Uma parcela dos técnicos (as) são assentados (as) ou filhos(as) de assentados(as), contratados pelas prestadoras, com exceção da EMATER, cujo quadro é composto por servidores públicos, aprovados em concurso ou outras denominações.

³² Empresa Assistência Técnica Extensão Rural

³³ Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos

Mas quando um técnico é contratado para ir lá fazer uma visita periódica por mês para 80 ou 90 famílias, para visitar significa que quantos minutos ele vai ficar na verdade. É muito mais para vir, pegar assinaturas e tirar uma foto para justificar ao governo que teve assistência técnica, foi lá me visitar (entrevista XIII).

Essa é uma das principais críticas à assistência técnica, que é como está sendo feito o acompanhamento direto das famílias, pois, em detrimento da qualidade destas visitas, constituem apenas no cumprimento de tarefas burocráticas.

Vou ser bem sincero, eles têm muitas coisas que eles deixam a desejar, muitos recursos de companheiros para repassar, vai falar com eles não tem conhecimento de nada, não querem trabalhar, o serviço deles é isso, sabem que estão ganhando para isso. Nas reuniões deles, o pessoal pouco participa (entrevista XIV).

Nas tarefas que os técnicos (as) da EMATER realizam, segundo suas próprias alegações, estão as que preveem a discussão com as comunidades dos assentamentos e orientações a respeito da diversificação das atividades nas unidades de produção familiar.

Com relação às instituições públicas e os assentamentos, há um consenso em relação às alternativas para a agricultura familiar camponesa no município.

O que está florescendo no município, no ramo da agricultura familiar, é as agroindústrias, a feira do produtor, foi criada a associação dos produtores, e estamos elaborando a construção da feira do produtor, até acertando um espaço para a feira permanente no município, a legislação de produtos de origem animal e até mesmo de origem vegetal, adequar as leis da fiscalização sanitária que são produzidos que também tem a questão da legalidade do registro dos produtores (entrevista XX).

Outro fator importante analisado pelo poder público do município é a questão social que representa a vinda dos assentamentos, dando um impulso e aumentando a população do campo, fortalecendo as atividades produtivas, com o desenvolvimento do comércio local, que estava estagnado.

Na questão social, onde tinha quatro ou cinco propriedades, hoje nós temos 600, os assentamentos contribuíram e contribuem muito para o desenvolvimento do comércio local, isso não tem como negar, esses pequenos agricultores na verdade trabalham, comercializam, o mais próximo possível da sede do município, contribuem em muito na produção, na diversificação. Produzem coisas básicas de alimentação (entrevista XIX).

Os assentamentos mudaram a Geografia do município, territorializando-se em juntamente com os reassentamentos aproximadamente, 10% da área do município, pequenas unidades de produção com características camponesas.

Os assentamentos criaram comunidades, novas populações que vieram com perfis diferentes que mudaram a cara do nosso município, então dá para dizer o seguinte: que os assentamentos trouxeram o desenvolvimento para o nosso município, nós até pouco tempo falávamos com o pessoal da coordenação do MST para ver se nós teria possibilidade de ter mais alguns assentamentos em Jóia (entrevista XX).

Os assentamentos transformaram o que era chamado antes de vila Jóia em uma cidade próspera, com muitos estabelecimentos comerciais se instalando e trazendo para o município o desenvolvimento econômico e social.

Ele acaba produzindo e investindo, consumindo dentro do seu local, é diferente às vezes dos outros produtores que acabam saindo muito mais para buscar alternativas em outros municípios da região (entrevista XXI).

Essa é uma característica das pequenas unidades de produção camponesa: contribuir com a economia local, ao invés da grande propriedade, que pouco contribui com a economia local, buscando fora do município o que precisa.

Porém, há que se pensar nas possibilidades de futuro para os assentamentos e os demais pequenos agricultores, haja vista o atual modelo do agronegócio e as possibilidades de resistência que estão sendo aplicadas. Uma das preocupações dos assentados é com a continuidade do assentamento, pois os filhos (as) estão indo trabalhar na cidade e poucos estão interessados em permanecer no campo, *no momento não tem muita coisa palpável para manter os jovens no assentamento, estão ficando os troncos velhos, os jovens estão saindo a maioria indo para cidade (entrevista I)*. Com isso, dificulta a sucessão na unidade de produção camponesa.

As iniciativas vão ser de grupinhos a gente tem que fazer dar certo. São as pequenas associações que conseguem sobreviver. É uma visão de pequena propriedade sobram uns com essa visão. Quem garantir seu sucessor na propriedade com essas novas alternativas (entrevista III).

Este debate está retomando a discussão da cooperação entre os assentados, como uma necessidade de sobrevivência, partindo dos pequenos grupos, mantendo a sucessão das unidades de produção familiares camponesas.

Se não conseguir organizar a produção, está sem perspectiva organizar o assentamento para tirar uma carga por dia de alimentos e levar para a cesta básica do governo ou para o fome zero. É a organização da classe, você conseguir juntar 100 produtores para começar seria o mínimo para viabilizar (entrevista V).

Uma das iniciativas estratégicas do setor de produção do MST para os assentamentos, juntamente com outras organizações camponesas, é a produção de alimentos saudáveis, sem emprego de agrotóxicos, garantindo a todos (as) aquilo que o agronegócio não está preparado para garantir, que é a soberania alimentar.

Tem que acreditar na gente mesmo, milagre não vem de fora, temos que criar perspectiva se desafiar para muita coisa, por mais difícil que seja, ter capacidade na gente mesmo, não acreditar nisso, a gente não tem futuro promissor, tem que se ajudar, se encorajar, e botar a mão na massa, com certeza as perspectivas existem, vai ter muita coisa boa para futuro.(entrevista II)

Para os camponeses ter garantia do que estão fazendo, precisam de políticas de Estado, com mudanças estruturais, que possam priorizar a democratização da terra, com limite de propriedade, e políticas agrícolas adequadas, que permitam realizar a produção de cada região como defendem as organizações do campo, com responsabilidade na produção de alimentos, dando sustentação à permanência das pequenas unidades de produção.

Acredito na maioria das famílias que estão aqui. Elas estão acertando a matriz produtiva. Quem vai produzir leite está se aperfeiçoando na genética, na estrutura física. A segunda questão tem muita gente produzindo nos PAA e PNAE (entrevista IV)

Os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mesmo constituindo políticas públicas com dificuldades de gestão, são boas iniciativas que podem ser aprimoradas para o fortalecimento da produção familiar camponesa.

A nossa perspectiva é de continuar produzindo um produto cada vez de melhor qualidade aquilo que foi dito no começo de um dia nos conseguir a produzir um produto orgânico e oferecer para as famílias um produto orgânico de qualidade para que possa ser consumido e aí sim se trata de saúde e educação da onde é produzido este produto da onde ele vem e tudo isso (entrevista XIII).

A produção de alimentos é uma das perspectivas fundamentais das famílias assentadas que querem avançar na produção oferecendo um produto de boa qualidade sem agrotóxicos. Esta ação apresenta o ponto central da resistência, na esperança de continuidade da produção camponesa, garantindo que os assentamentos estão cumprindo a função social.

Nós sempre tivemos a formação profissional qualificada porque precisamos ser bons administradores de nossas pequenas propriedades, mas que lê possa trazer além profissionalmente conhecimento explorar o máximo professores, educadores no sentido de construção do processo de nada adianta aprender só por aprender, o aprendizado tem ter uma prática (entrevista XIII)

A qualificação deve ser permanente, principalmente quando a unidade de produção é responsável por toda a cadeia produtiva, desde a produção, industrialização e comercialização, como é o caso dessa experiência de agroindústria familiar do assentamento Simon Bolívar.

Nós queremos organizar nossa produção e conseguir estar bem estabilizado, ter uma renda chegando em R\$ 5.000,00 mensais, melhorar a horta, não ficar somente dependente do leite, sonho nosso é que nós consigamos construir um assentamento de verdade. (entrevista XIV).

Entre os assentados (as) muitos já estão se preocupando com o futuro, se organizando com suas metas definidas na diversificação do que produzir e como produzir, com garantia de uma renda mensal satisfatória.

Mas nós temos que estar mais voltados à questão da agricultura familiar, aí que nós temos uma grande maioria da população, que de fato vamos correr atrás um pouco dessa questão, de novas atividades viáveis e duradouras. Uma grande preocupação que devemos ter é a sucessão da agricultura familiar, como trabalhar isso com os produtores que estão aí. A gente já nota nos assentamentos que estão ficando só os velhos e a gente conversa com as pessoas: o que vamos fazer com isso? Então o investimento do pessoal da agricultura familiar também está relacionado à sucessão porque vou investir se daqui dois anos não vai ter mais ninguém aqui (entrevista XIX).

Uma questão preocupante mencionada pelas entrevistas é a garantia da sucessão na unidade de produção da familiar camponesa, incluindo os assentados (as). Está difícil assegurar a permanência da juventude no campo. A falta de um incentivo maior na garantia da diversidade da produção facilita esse processo, uma vez que a monocultura da soja proporciona a liberação da força de trabalho, aumentando a migração do campo para a cidade.

Então, as perspectivas para futuro da pequena propriedade é acreditar em um processo de transformação e independência da soja, dele entender que a soja não dá. Sem ele entender que a monocultura não gera riqueza, e traz outros problemas não só os ambientais mais os sociais também. Então, o que nós reservamos, eu acho, que é um trabalho forte no sentido de provocar as mudanças também de postura não é só o técnico, a família, o conjunto todo, eu acredito assim, ainda, com perspectiva de futuro se as políticas públicas na minha visão das ATES³⁴, possa fazer algo diferente (entrevista XXI).

Muitas vezes, os projetos e políticas públicas governamentais e as condições tecnológicas oferecidas não são destinados a atender a demandas das unidades de produção

³⁴ Programa de Assessoria Técnica Social

camponesa. Na sua grande maioria, estão destinadas a atender as demandas do agronegócio tradicional com pacotes agrícolas direcionadas a produção de matéria prima principais commodities para exportação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, cujas bases de sustentação estão na produção primária, destinada a produzir alimentos para as massas de trabalhadores (as) que se concentrava no espaço urbano, disponibilizando a força de trabalho que o capital precisa e, além disso, fornecer matéria prima para a produção de mercadorias, conciliando, assim, a expansão econômica no espaço agrário e no espaço urbano. Desta forma, o capital acelera seu avanço no campo, ocupando os melhores territórios e garantindo, com mais segurança, sua reprodução.

Assim, o território brasileiro, desde sua colonização, foi sempre expropriado pelo capital, que em nome do desenvolvimento, começou a explorar através do extrativismo da madeira, a das riquezas minerais juntamente com as atividades agropecuárias.

Entre os diversos produtos da produção primária esta pesquisa analisou a produção da soja em uma totalidade, para compreender a especificidade que a mesma vem desenvolvendo no município de Jóia. Como esta monocultura interfere diretamente na matriz produtiva dos assentamentos rurais. A porcentagem dessa oleaginosa cultivada nos assentamentos é superior a 70% da área ocupada com lavouras, mas mesmo assim nem todos os produtores estão satisfeitos com a sua produção, pois a mesma apresenta problemas decorrentes das contradições criadas pelo modelo de agricultura que predomina nessa região. Outro fator de insegurança é o clima, que por alguns momentos ofereceu riscos, traduzidos em prejuízos, sobretudo decorrentes das estiagens que assolam as lavouras. O Rio Grande do Sul é o terceiro estado do Brasil em produção da soja, mas e o primeiro no emprego de agrotóxicos na produção da soja. O município de Jóia está entre os quatro maiores produtores da soja no estado e figura entre os municípios que mais utilizam agrotóxicos nesta atividade.

Os quatro municípios que se destacam como os maiores produtores da soja no Estado (2013-2014) são Tupanciretã, Cruz Alta, Palmeira das Missões e Jóia. Neste último, encontra-se uma predominância de 63% de sua área com produção da soja, isto corresponde, aproximadamente, a 80 mil hectares, segundo dados adquiridos em pesquisa de campo.

Mesmo o município com uma predominância na produção da monocultura da soja, sua arrecadação continua sendo deficitária, não atendendo as demandas básicas da população, como saúde, educação e conservação das estradas, que apresentam péssimas condições de tráfego, dificultando o escoamento da produção. Em comparação com o município vizinho de Augusto Pestana, cuja área territorial correspondente a um quarto da área do município de Joia, onde predomina agricultores familiares com produção diversificada, conforme os dados

do (IBGE), este município apresenta uma arrecadação equivalente a 80% da auferida pelo município de Joia, em cujo solo predomina a monocultura da soja.

Com esses dados podemos afirmar que a monocultura da soja não acarreta um desenvolvimento econômico satisfatório para o município, deixando o mesmo dependente de projetos externos, oriundos das instituições estaduais e federais para manter suas responsabilidades administrativas em dia. Mesmo com a situação predominante da monocultura da soja com uma alta produção e pouco retorno econômico para o município, a defesa da permanência de sua produção continua muito forte, pois o município sempre dependeu da soja como principal produto de arrecadação, dificultando a busca de alternativas que possam aumentar a diversificação da produção, respeitando o equilíbrio ambiental.

Nas entrevistas com responsáveis pela secretaria da agricultura do município afirmaram nesta pesquisa que pensar alternativas é quase que impossível, no momento pois o projeto apresentado é a continuidade do que ai está sem proposta de perspectivas para o futuro. As empresas fornecedoras de sementes, insumos e defensivos químicos detêm o controle da comercialização do produto. Segundo os empresários, a tecnologia é a grande aliada da produção e marcará o sucesso da produção da soja no município e região.

Com relação aos assentamentos, o que constatamos em muitas famílias é que a produção da soja é uma questão cultural, pois veio com os mesmos lá dos seus locais de origem, principalmente da região norte do estado. Quando chegaram à região, aos poucos foram influenciados pela cultura predominante do agronegócio e seduzidos pelas terras que oferecem condições favoráveis para a mecanização agrícola. Além disso, há que se destacar a facilidade de adquirir o pacote tecnológico, constituído de insumos agrícolas, entre os quais as sementes transgênicas, os fertilizantes e os agroquímicos. Assim se estabeleceram no município empresas agropecuárias de toda região, com o objetivo de atender a demanda de uma área de produção já consolidada, atraindo assim os assentamentos que estavam sendo implantados no município.

Os assentados que produzem a soja nos assentamentos, e que foram mencionados neste trabalho, defendem suas atividades na facilidade em produzir suas lavouras, principalmente para aqueles que já têm o mínimo de estrutura como a mecanização, associada às facilidades de acesso às políticas públicas governamentais. Entre elas está o crédito agrícola, que garante o custeio e os investimentos nas lavouras. Outro argumento mencionado pelos produtores da soja é a carência de força de trabalho familiar, já que as famílias estão cada vez mais reduzidas e, muitas vezes, os filhos já não estão mais com os pais, foram

trabalhar em outros lugares. Nesses casos, a produção da soja torna-se uma alternativa conveniente, uma vez que exige menos força de trabalho.

Nos assentamentos, todos os anos, existe migração temporária de trabalhadores (as), principalmente os mais jovens, que vão trabalhar na colheita da uva, do pêssego, da maçã, do cáqui, entre outras frutíferas, na região da Serra Gaúcha, sobretudo nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi. Outros vão para a região de Vacaria ou até mesmo em para o vizinho estado de Santa Catarina. Depois de uma temporada de trinta, sessenta, noventa dias, retornam a suas atividades no assentamento e aguardam até a próxima temporada.

Produtores assentados, para expandir a produção da soja nos assentamentos, fazem um sistema de parcerias com outros assentados, dividindo as despesas de produção para depois dividir também a colheita, com 50% para cada um. Este método permite desenvolver a cooperação, pois dividem entre si os elevados custos da monocultura. Outra forma, embora ilegal, é a cedência dos lotes ou parte deles às famílias que apresentam melhores condições financeiras, em troca de uma percentagem da produção, pelo uso da terra. O que arrenda assume todas as despesas de produção, pagando apenas uma percentagem da produção, que varia no máximo até 10% do que produz. Esta prática é de difícil controle pelo INCRA, que é o órgão responsável para averiguar se é mesmo arrendamento, pois entre os envolvidos não existe nenhum documento que formaliza essa prática.

Os limites que os assentados produtores de soja encontram nos assentamentos estão relacionados ao tamanho da área, que compromete a viabilidade da produção, pois a soja necessita de uma área maior, porém a média no assentamento Rondinha, incluindo as áreas de preservação permanentes (APPs)³⁵ ou de reserva legal, é de 17,5 hectares por famílias, enquanto que no assentamento Simon Bolívar esta média é reduzida, em torno de 9,6 hectares para cada família, já que estão descontadas as áreas de APPs.

Então, mesmo entre os produtores da soja dos assentamentos a produção em área muito pequena se torna inviável, pois as condições reais que os assentados estão produzindo ainda são de baixa tecnologia, com uma média de produção ainda distante da chamada agricultura de precisão, desenvolvida pelo agronegócio. Existe um consenso que entre a pequena propriedade há alternativas viáveis de geração de renda, semanal ou mensal, satisfatória. Entre elas está a produção leiteira, que é muito considerada nos assentamentos, junto com a produção de alimentos ou criação de bovinos ou pequenos animais.

³⁵ Áreas de Preservação Permanente

No entanto, outro obstáculo encontrado entre os produtores da soja nos assentamentos, citado nas entrevistas, são os fatores de ordem climáticos. A região, em alguns meses do ano, apresenta insuficiente precipitação pluviométrica. Isso ocorre com mais frequência quando a soja mais precisa de água, nos períodos de verão. Nos assentamentos estudados, nas safras de 1998-1999 houve uma forte seca, quando foram perdidas as sementes que foram semeadas no verão, que naquele ano não nasceram.

Já nos anos 2005-2006 houve falta de chuva para a soja no período de floração e formação dos grãos, ocasionando uma perda em algumas lavouras de 100% e a última forte estiagem, que atingiu todo Rio Grande do Sul, com falta de água para plantas e animais foi nos anos 2011-2012, ocasionando perdas significativas na produção.

O grande desafio dos produtores da soja nesta grande região é mesmo a falta de chuva em períodos decisivos para o desenvolvimento da planta. Quando a predominância da matriz produtiva do município está na monocultura da soja, o risco de uma frustração de safra assombra tanto os produtores quanto as autoridades municipais que depositam nos grãos de ouro suas expectativas financeiras, sobretudo na perspectiva de aumento do lucro ou da arrecadação municipal.

Por outro lado, os mesmos que jogam suas esperanças no bom comportamento climático entram em contradição com o uso indiscriminado de agrotóxicos, contaminando a natureza, lançando entre 10 a 12 quilogramas de agrotóxicos por hectares. Outra contradição que a pesquisa levantou está relacionada à questão da água, com a intensificação do uso de drenagem de banhados abrindo espaços para soja, destruindo “a terra das nascentes”, alcunha com que é conhecido o município de Joia.

As denúncias que apareceram nas entrevistas precisam ser averiguadas em conjunto com órgãos competentes que cuidam do ambiente, como é o caso do (IBAMA,³⁶) (FEPAM³⁷) ou o próprio Ministério Público, que atende esta região. Segundo os depoimentos, há drenagem de vastas áreas de banhados, destruição de plantas nativas, nascentes de água e emprego indiscriminado de agrotóxicos, alguns proibidos, como é o caso do 2 4 D, comprometendo a saúde do agricultor e o meio ambiente em sua totalidade.

Um ponto fundamental que esta pesquisa buscou foi encontrar entre as famílias assentadas nos dois assentamentos pesquisados, aquelas que não têm a soja como sua principal matriz produtiva, mas continuam resistindo na busca de viabilizar sua unidade de produção. São os camponeses que exercem uma atividade familiar que sabem o que precisam

³⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

³⁷ Fundação Estadual de Recursos Naturais.

para continuar a resistir no campo com dignidade. Porém as políticas agrícolas são baseadas na valorização do agronegócio em detrimento da produção familiar do campo. Dos R\$ 156 bilhões do plano safra (2014-2015), lançado pelo governo federal, apenas R\$ 24 bilhões foram destinados à agricultura familiar. Além disso, entre os pequenos produtores existe muita inadimplência, impossibilitando-os de acessar recursos públicos.

As pequenas agroindústrias que estão surgindo nos assentamentos estão com dificuldades de acessar créditos oficiais, com prazos e condições de pagamentos, acessíveis um exemplo é o que aconteceu a padaria do coletivo das mulheres do assentamento Rondinha. O que foi conseguido até o presente momento resultou do trabalho do próprio grupo, com alguns recursos externos, oriundo de pequenos projetos financiados alguns financiados pelas Caritas regional, que já foram pagos. Estão em atividade há mais de quatro anos, buscando a possibilidade de um financiamento junto ao (BNDES³⁸) para construir uma sede própria e melhorar os equipamentos, mas até o presente as decisões políticas e a burocracia das instituições responsáveis não deram nenhuma resposta. Mas a persistência das mulheres lhe deram muitos méritos reconhecidos nacionalmente quando ganharam um prêmio nacional pelos bons exemplos prestados nas atividades desenvolvidas. O coletivo tem sua produção dividida em setores: a padaria, com pães,ucas, bolachas, bolos, salgados, entre outros; o setor de fitoterápicos, com remédios caseiros, xaropes; o setor de artesanatos e o de conservas. Os produtos são comercializados nas feiras municipais e no comércio regional e entregam para merenda escolar na Escola Estadual Joceli Correa no assentamento Rondinha.

No assentamento Rondinha está organizada uma associação de produtores de ervas medicinais, de forma orgânica. As primeiras colheitas já foram realizadas. O projeto tem um acompanhamento técnico da Universidade Regional Noroeste Colonial “Unijuí” e conta com o acompanhamento da equipe da Emater do município. Existe uma demanda de consumo destes tipos de produtos em todo estado e um mercado favorável para o incentivo destas atividades, com boa rentabilidade.

A agroindústria familiar do assentamento Simon Bolívar, que trabalha com a cadeia produtiva do leite orgânico e seus derivados, também iniciou com recursos próprios e com um financiamento do Banco do Brasil, segundo os critérios normais e não específicos às políticas públicas do estado, que não atendeu toda demanda da família. Para conseguir este recurso a família teve que buscar um avalista fora do assentamento, caso contrário o banco não liberava o recurso. A agroindústria beneficia o leite produzido na unidade de produção familiar,

³⁸ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.

transformando o leite em duas qualidades de queijo, doce de leite, iogurte, entre outros produtos, com uma aceitação muito boa nas feiras municipais e no mercado regional e estadual.

A agroindústria familiar de beneficiamento da mandioca, no assentamento Simon Bolívar, também constitui uma forma alternativa à monocultura da soja. A família começou com meio hectare no primeiro ano, no segundo ano com três hectares e hoje já estão com cinco hectares de mandioca plantada e a demanda de mercado é a feira municipal e o mercado da região está aumentando a cada ano.

Uma das dificuldades encontrada pelos produtores está relacionada às políticas de financiamentos, totalmente desvinculadas do que as famílias gostariam de produzir que é alimentação. Pelo contrário se quiseres produzir a soja, vai lá ao banco e na hora sai com os recursos necessários, mas para buscar alternativas de produção para pequena produção familiar camponesa quando é aprovado o processo é lento e mais difícil de ser liberado.

Outros estão organizados na cooperativa regional Coopercampo que atende uma parcela dos assentados que são associados. Para isso estão desenvolvendo iniciativas e projetos de produção de alimentos. Uma das medidas tomadas para incentivar os associados foi à distribuição de adubo orgânico. Outra medida é a produção de feijão, mandioca, amendoim entre outros. Para auxiliar a produção leiteira uma dos principais matrizes produtiva dos assentamentos a Coopercampo adquiriu tratores e outros equipamentos para plantio de pastagens, máquina de fazer silagem acompanhada de um caminhão, uma colheitadeira para colher feijão. Existe uma estrutura mínima de transporte de produtos com aquisição de um caminhão para viagem mais longa.

No conjunto dos assentamentos, as famílias assentadas estão passando por momentos de dificuldades histórica. As políticas de assentamentos que territorializaram em todo país milhares de agricultores em programas de governos nos últimos trinta anos, foram resultado das lutas sociais que aconteceram no campo Brasileiro. Mas esta realidade aos poucos está saindo da pauta do governo federal, pois não há vontade política de avançar nesse sentido, ao contrário, há o desmonte dos programas estabelecidos na política fundiária, por meio da suspensão dos orçamentos para novos assentamentos. Todas as conquistas, aos poucos, estão desaparecendo.

Assim, a reforma agrária nunca foi uma política de estado no Brasil, na medida em que as mobilizações camponesas foram se reduzindo o estado atendendo as pressões ruralistas organizados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) junto com a bancada do agronegócio no Congresso Nacional, retiram da pauta do governo federal estas prioridades. A

terra permanece concentrada, com milhares de famílias vivendo em condições desumanas. Os movimentos sociais do campo, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estão fazendo uma avaliação profunda sobre a realidade agrária do país, trazendo ao debate não mais uma discussão da reforma agrária clássica, pois a mesma não oferece mais viabilidade econômica, política e social neste modelo de produção capitalista vigente no Brasil.

Os movimentos sociais, entre eles o MST, no seu último Congresso realizado em Fevereiro de 2014 em Brasília, definiu que o debate da reforma agrária deve ter um caráter popular, em que todos (as) pudessem participar criando as condições reais para uma mudança estrutural, afirmando que o país necessita de uma política agrícola que contemple a todos(as), com a democratização da terra, com uma lei que garanta o limite de propriedade e o acesso à terra de milhões de famílias que ainda esperam por uma reforma agrária, com política agrícola e respeito à natureza, soberania alimentar, tecnologia acessível e eficiente à pequena unidade de produção camponesa.

A soja está presente nos assentamentos rurais de Joia, contrariando as orientações dos movimentos sociais e a própria lógica produtiva, em razão dos altos custos de produção, sobretudo em pequenas extensões. Porém, se olharmos pela questão econômica, essa cultura traz muitas ilusões, de fácil convencimento, entre elas a facilidade de produzir com emprego de pouca força de trabalho e o alto preço que até o presente momento está alcançando nas cotações do mercado globalizado. Mas a atividade carrega consigo suas próprias contradições que são os impactos sociais que a mesma tem causado, aumentando ainda mais a concentração dos meios de produção do campo nas mãos de poucas pessoas, que concentram e reconcentram a riqueza, aumentando ainda mais a pobreza no campo. Onde tem riqueza é porque existe pobreza. Não existe riqueza sem produção de pobreza.

Os impactos ambientais já estão presenciando o agravamento da contaminação pelos agrotóxicos e as mudanças do funcionamento do planeta que poderá comprometer a harmonia da vida no futuro próximo. Assim, o assentado vive um duplo dilema: sucumbir ao modelo hegemônico voltado à produção do agronegócio, dedicando-se à produção da soja e correndo o risco (extremamente alto) de ser novamente expropriado de sua terra, como foi outrora. Ou arriscar em atividades alternativas que, embora menos lucrativas, lhe permitam manter-se no campo, produzindo mais saudáveis alimentos para si e sua família, com dignidade e respeito ao meio ambiente. Os assentados de Rondinha e do Simon Bolívar estão fazendo suas escolhas.

A Pesquisa buscou ouvir as famílias assentadas a respeito do desafio que cada um terá que fazer na sua tarefa definindo a partir dessa realidade sua opção entre a vida prolongada

ou a morte prematura. Este é o alerta não podemos somente pensar no imediato, mas ter capacidade de olhar um pouco mais longe para as gerações do futuro que esperam de nós esta compreensão.

Nós os filhos da natureza poderemos pagar um preço alto por ter se tornado seu principal agressor. A solução para os problemas aqui encontrados não estará simplesmente em querer mudar sozinho (as). O novo somente acontecerá com uma ação coletiva, com comprometimento, com consciência da mudança. Muitas famílias aqui relacionadas neste trabalho já estão mostrando na prática com experiências concretas que é possível mudar, por isso já começaram a fazer sua parte mostrando nos bons exemplos do que já está sendo construído. Nada será impossível basta querer mudar. Mesmo no momento com a ilusão que é um produto rentável, mas conforme os resultados desta pesquisa posso dizer que se fomos fazer todos os cálculos das perdas e ganhos a monocultura da soja não é viável para pequena agricultura familiar dos assentamentos e também para o conjunto do município pois a mesma está causando muitas contradições que começamos a perceber com impactos econômico, social, ambiental apresentados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Tiago Oliveira; Ganini, Rosângela Nasser. **Revolução Verde e a Apropriação do Capitalismo**. CES Revista, Juiz de Fora MG, V. 21 p. 43-56, 2007.

BERGAMASCO, Sonia. Et al , **Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros** Campinas, ed. 1997.

Baudel, Wanderley, Maria de Nazareth. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. Publicação: Uma nova ruralidade em América Latina, Norma Giarracca. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociais, Cidade de Buenos Aires, Argentina. 2001.p.36. ISBN: 950-9231-58-4.

BRASIL, Justiça Federal da 4ª Região, **Mantida a Investigação sobre Cultivo de Soja Transgênica na Fazenda Gaúcha**. Santo Ângelo 16/05/2002, p.01.

CAMPOS, Chistiane, Senhorinha, Soares. **Campesinato Autônomo- Uma nova Tendência Gestada pelos Movimentos Sociais do Campo**. Londrina, Lutas e Resistência, V.1p. 146-162 Set.2006.p.146-152.

_____ **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio** 1º Edição, Buenos Aires, CLACSO, 2011.p.106.

_____ **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio** 1º edição, Buenos Aires, CLACSO, 2011.p.102.

CUNHA, Ricardo. **Boletim de imprensa Discurso Michel Temer, canal rural, Expodireto, Não –Me- Toque** RS.10/03/2014.

CONGRESSO DE DIREITO AMBIENTAL, 2014, **Curso de magistrados em Brasília. Mata Atlântica, Santa Catarina Programas do MMA, Portal da Transparência**, 29 de Janeiro 2014.

Encontro Nacional Geografia Agraria UFU, XXI, Comunidade Serra das Pias /AL Uberlândia Minas Gerais: 15/20. BARBOSA, APARECIDA MARTA. Et al **Resistencia Camponesa e Organização Sócia Espacial**, 2012.p. 03,04.

FABRINI, João, Edmilson. **Resistencia Camponesa para além dos Movimentos Sociais**. Revista Nera, ano 10 nº11, Universidade Estadual Oeste do Paraná, Centro de Ciencias Humanas, Marechal Candido Rondon, p.09-32. Julho Dezembro de 2007

FABRINI, João Edimilson. **Os FONTES, Eliana Maria Gouveia, Desenvolvimento, Estágio no Brasil de Requisitos para uma política de Biossegurança** In: Seminário Internacional sobre Biossegurança e Transgênicos, 1999, Brasília. Senado Federal, 1999, p.21-30.

FERNANDES, M.B. **Entrando no Território do Território**, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo. 2005.p.285-286.

GRENPEACE, **A soja transgênica no Brasil, contaminação e royalties**, Campanha de Engenharia, Brasília, Julho 2004, p.01.

GUIMARÃES, Alberto Passos; **A Crise Agrária** 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, **Histórico de rendimento médio Soja, Milho, Trigo**, Agencia, Ijuí, 2013.

JUNIOR, José Continho. **Relação Transgênico-Agrotóxicos**, Porto Alegre: MST;2012.p.01.

JUNIOR, Marcos Antonio Mitidiero. **Igreja, Campesinato e Luta na América Latina**, Revista Geografia da América Central nº especial EGAL. Apresentado XIII Encontro dos Geógrafos da América Latina, Universidade Nacional de Costa Rica, Julho de 2011.p.1-14.

MAPA, **Transição do Bioma da Mata Atlântica e Bioma Pampa no RS**, EMATER/PA/PRA/Rondinha/Janeiro. 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros, apud BOMBARDI, Larissa, Mies, **Conceito do Campesinato Modo de vida e Especialização**, Estudos Preliminares USP, São Paulo 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Hegemonia do Agronegócio no Brasil uma construção em disputa**. Espaço Plural ano XII nº 24, Movimentos Sociais da América Latina, ISSN- 1518-4196 1º semestre de 2011.

NIENCZEWKI, Gabriel Thompen. **A Luta de Classes no Brasil. O Latifúndio e o Papel do Campesinato na Transformação da Realidade Social**,

OLIVEIRA, Antonio, Cossetin. **O Assentamento Rondinha- RS: Reconpondo a História Local**.2008.70p. Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso de Graduação em Historia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2008.p.38.

OLIVEIRA, Antonio, Cossetin; DIESEL, Vivien Universidade Federal da Paraíba, **A Concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra quanto ao trabalho de Assistência Técnica**: VI Simpósio Internacional e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária 1º Jornada da Geografia das Aguas, 2013, João Pessoa. João Pessoa: ANAIS-UFPB.1-22p.

OLIVEIRA, Antonio Cossetin; Campos Christiane Senhorinha Soares, Universidade Federal da Paraíba. **As Transformações na Agricultura à partir de um Estudo Histórico Geográfico**: VI Simpósio Internacional e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 1º Jornada da Geografia das Aguas, 2013, João Pessoa ANAIS UFPB,1-22p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção Ea agricultura**, São Paulo; Ática 1990,p.68.

PESCE e DOMINGUÊS. **Estudos Preliminares sobre Agronegócio na Bacia do Prata**, Apresentado Disciplina Concentrada sobre agronegócio aos Mestrando de Geografia, Santa Maria, 2012.

PINHEIRO. Sebastião. **A Agroecologia e a Crise Civilizatória**, Porto Alegre: 2009

PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. REN, v. 40, n.3, jul./set, 2009 (411-423).

PONTES, S.M.B. **Organização da Unidade Camponesa Alguns aspectos do Pensamento de Chayanov e de Marx**. Natal RN. 2005. Ano 08 N° 07 Revista NERA. P.36-37.

PIRES, Murilo José de Souza; Ramos Pedro. **O termo Modernização Conservadora: Sua Origem e utilização no Brasil**. Reno 40 n° 03 Editora Pioneira 412-424 Julho-Setembro 2009.

PIZZOLATTI, José Ives. **Organização das Cooperativas do Brasil Visão e Conceito de Agribusiness** In; Congresso Brasileiro de Cooperativismo, 1999 Tangara SC. Universidade do Oeste Catarinense-UNIOESTE, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOIA. Secretaria Municipal de Administração e Finanças **Balancetes de Receitas** Exercício. Dezembro 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA. Secretaria Municipal de Administração e Finanças. **Balancetes de Receitas**. Exercício Dezembro 2013.

SANTANNA, Reginaldo. **O Capital: Crítica da Economia Política**: livro I Karl Marx, 24° Edição- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.p.57

SATASIAK, Ana Paula. **Agroecologia com Alternativas Sustentáveis, Frente a Modernização da Agricultura**-Encontro Nacional Geografia Agrária, UFU, Uberlândia.MG Outubro 2012.p.1-15.

SAQUET, A.M. e SANTOS, A.R. (Organizadores) **Geografia agrária Territórios e Desenvolvimento**, São Paulo Expressão Popular 2010.p.117.

VIEGAS, Cristiane, **Boletim de imprensa entrevista vice-Presidente da Expodireto**. Canal rural, Não-Me- Toque RS, 10 de março de 2014.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHET, Alceu. (2001), **Revolução Verde e a Apropriação Capitalista**. CES, Revista V.21 Juiz de Fora MG. 2007.p.43-56.

ZARTH, Paulo. **Do Arcaico ao Moderno, O Rio Grande do Sul Agrário do Século XIX**, Ijuí, editora UNIJUÍ 2002.

KORB, Osmar Peri. **Plano desenvolvimento regional rural, Municipio de Joia**, Região AMUPLAM, ed.Sedigraf. 2000.p.120.